

ATA Nº 6/2022

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, no Auditório Municipal da Batalha, sito na Rua Infante D. Fernando, na Vila da Batalha, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal da Batalha, tendo estado presentes os Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais:-----

- Joaquim José Pereira Ruivo -----
- Alfredo Monteiro de Matos -----
- Armando Pedro Pinheiro Rosa -----
- Hugo Frederico Pedro Vicente -----
- Célia Maria Lopes dos Santos Murta Cadima -----
- Germano Santos Pragosa -----
- José Moreira Filipe -----
- Nuno Miguel Silva Santos -----
- Elsa Maria Martins Libânio -----
- Octávio Carvalho Vilaça -----
- Telmo Alexandre Henriques Ferreira -----
- Fernando Miguel Rodrigues Marques -----
- Lina Isabel dos Santos Oliveira -----
- Francisco Manuel dos Santos Coutinho -----
- Carlos Alberto Monteiro dos Santos -----
- Válder Mendes Cardoso -----
- Eduardo Manuel Cardoso Marques Veiga -----
- Elodie Carreira Zeferino-----
- Arlindo Oliveira Silva Marques -----
- Ricardo António Matias Vala -----
- Fernando José Lopes de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia da Batalha);-----
- António Fernando Martins de Sousa Lucas (Presidente da Junta de Freguesia de Reguengo do Fetal);-----
- Marco Alexandre Ribeiro Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede);-----
- José Carlos dos Reis Ferraz (Presidente da Junta de Freguesia da Golpilheira).-----

**

- A senhora deputada municipal Catarina Alexandra da Cruz Bagagem, solicitou a sua substituição nesta assembleia, tendo sido substituída pelo senhor Vítor Manuel Monteiro Correia.-----

**

Ao abrigo do disposto no artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, na sua redação atual, estiveram ainda presentes nesta sessão os seguintes membros da Câmara Municipal:-----

- Raul Miguel de Castro, Presidente da Câmara Municipal; -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Guerra
[Signature]

Página 2 de 75

- Carlos Agostinho da Costa Monteiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal;-----
- Mónica Aguiar Louro Cardoso, Vereadora (a tempo inteiro);-----
- Maribela dos Santos Vieira, Vereadora (a meio tempo);-----
- André Costa Loureiro, Vereador;-----
- Ana Rita André Costa e Silva Calmeiro, Vereadora;-----
- Nuno Augusto Silva Almeida, Vereador.-----

**

A Mesa desta sessão da Assembleia Municipal foi composta por:-----

- **Presidente:** Joaquim José Pereira Ruivo;-----
- **1º Secretário:** Elsa Maria Martins Libânio;-----
- **2º Secretário:** Germano Santos Pragosa.-----

**

Esteve presente na sessão a colaboradora da Câmara Municipal da Batalha, Vera Lúcia Almeida Rito, Técnica Superior, designada para lavrar a ata.-----

**

-----**ABERTURA OFICIAL DA SESSÃO**-----

Pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi a sessão declarada aberta eram vinte horas e quarenta minutos.-----

Dirigidos os cumprimentos iniciais a todos os presentes na sala, bem como ao público que acompanha a reunião on-line, foi solicitado de seguida ao público presente que desejasse intervir nesta reunião, que fizesse a sua inscrição em folha própria, junto do secretariado da Assembleia.-----
Informou de seguida que a senhora deputada municipal do PPD/PSD Catarina Bagagem, solicitou a sua substituição nesta sessão pelo senhor Vitor Correia. Aproveitou o ensejo para relembrar os senhores deputados que a justificação de faltas às sessões da assembleia de acordo com o artigo 17.º do Regimento, *«deve ser apresentada mediante requerimento dirigido por escrito, fundamentado com base no motivo justificado, e dirigido à mesa da Assembleia no prazo de cinco dias após a reunião. São motivos de falta doença, casamento, maternidade, paternidade, luto, existência de facto não imputável ao membro da Assembleia motivo profissional inadiável, missão ou trabalho em representação da Assembleia, bem como a participação nos termos do Regimento, em outras atividades da Assembleia»*.-----

**

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**APROVAÇÃO DE ATA:**-----

Para votação da Assembleia, foi presente a ata n.º 05/2022 da sessão de 28 de setembro de 2022, cuja leitura foi dispensada atendendo a que previamente foi enviada uma cópia a todos os membros desta Assembleia, tendo a **Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovado a sua redação final.** --



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 3 de 75

De referir que, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual, não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita.-----

Relativamente a este assunto usou da palavra o senhor deputado municipal **Francisco Coutinho** reconhecendo que relativamente a especificidades das mesmas quanto ao seu conteúdo, estas relatam na medida do possível o que se passou na sessão. No entanto, recomendou que no descritivo da votação fosse registado os votos oriundos de cada partido, situação que não se verifica em todos os setores, e por outro lado que não se descreva e muito menos se cite a votação nominal de cada deputado. Acrescentou de seguida, que as suas ações nesta Assembleia são como independente, em representação do partido que o elegeu, o CDS/PP. Disse ainda, que do ponto de vista do partido que representa a ata está bem elaborada, descreve e bem, o que se passa, inferindo, em alguns casos em situações que poderiam ser redigidas de outra maneira. Seguidamente exemplificou que no lugar de estar escrito o nome dos deputados que votam contra ou se abstiveram deve, no ponto de vista do partido que representa, mencionar-se os votos por partido, sem identificação nominal dos deputados. Por fim referiu que, pensa que anteriormente esta metodologia já tenha sido recomendada, pelo que, caso o senhor Presidente da Assembleia o entenda, tomasse as devidas notas desta recomendação, tendo este referido que estas observações serão levadas em conta.-----

----- ** -----

Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia**, informou que as respostas relativamente às questões suscitadas pelo público na última sessão da assembleia foram remetidas em devido tempo. Informou também, que tem sido dado conhecimento por parte do secretariado da Assembleia, de toda a comunicação rececionada e que se entende como útil aos senhores e senhoras deputados/deputadas. Acrescentou ainda, que tem dado conhecimento das notícias veiculadas pela Lusa e que entende como pertinentes, para que os senhores deputados consigam fazer uma reflexão mais alargada relativamente aos problemas autárquicos, reconhecendo que nem sempre tem sido possível remeter as mesmas com a cadência desejável.-----

Posto isto e em representação da mesa da Assembleia o senhor **Presidente da Assembleia** apresentou para apreciação e discussão da Assembleia, um voto de pesar pelo falecimento do senhor Rui Alberto Crespo Ferreira da Silva, que se transcreve:-----

----- "**Voto de pesar pelo falecimento do senhor Rui Crespo** -----
Natural da Batalha, empenhou-se sempre na defesa dos interesses da sua terra, particularmente, quando foi eleito vereador, encabeçando a lista do CDS, partido a que pertenceu desde a sua fundação.-----
Foi muito empenhado na divulgação da vila e do concelho, mormente quando desempenhou as funções de vogal da Comissão de Turismo de Leiria, Rota do Sol.-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 4 de 75

Acompanhou inúmeras visitas ao Mosteiro e à vila num tempo em que escasseavam guias. Ele próprio desempenhou essas funções com grande espírito altruísta e dedicação assinalável, demonstrando em todas as situações grande ligação à sua terra e gentes.-----

Desempenhou as funções de vereador municipal.-----

Seguiu-se a votação do predito voto de pesar, tendo este sido aprovado, **por unanimidade**, pelos presentes -----

Posto isto, passou à apresentação da proposta apresentada pelo Executivo, tendo em vista a criação de um grupo de trabalho para o arranque do projeto I9 Batalha, que se cita:-----

«O "I9 - Espaço do Conhecimento da Batalha", a reinstalar no edifício Dr. Gens, na Vila da Batalha, visa o desenvolvimento de dinâmicas capazes de promover o desenvolvimento de ideias e de projetos de negócio pelos jovens, assumindo-se como um estímulo ao empreendedorismo.-----

Pretende-se que o referido imóvel e os seus três pisos - cuja utilização apenas reside atualmente nas atividades associadas à Academia Sénior da Batalha, venha a acolher espaços associados à prática do coworking, à incubação de empresas e à instalação dos chamados nómadas digitais; assim como o gabinete de desenvolvimento económico e do empreendedorismo, de apoio ao emigrante e ao investidor da diáspora e gabinete de apoio à ACERBATALHA - Associação da Comunidade de Energia Renovável.-----

O "I9 - Espaço do Conhecimento da Batalha" não prossegue objetivos financeiros, mas antes contribui para o desenvolvimento concelhio, através de uma política municipal de apoio aos jovens empreendedores, à promoção de novas iniciativas de negócio e à criação do autoemprego.-----

Atendendo à relevância deste projeto, e porque o empreendedorismo jovem deve ser assumido como um fator fundamental para o sucesso das gerações futuras, a Câmara Municipal da Batalha encara o desenvolvimento de base local, a promoção de contextos imersivos de criatividade e a criação de complementaridades entre os empreendedores e o tecido empresarial concelhio e regional como verdadeiras prioridades.-----

Neste contexto, tenho a honra de propor que, para efeitos de criação de um grupo de trabalho com a missão de acompanhar o arranque deste projeto, pelo período de quatro meses, cada bancada designe um representante jovem que integrará as sessões de trabalho.-----

Após a apresentação da proposta o senhor **Presidente da Assembleia** solicitou que cada bancada indicasse até ao dia 15 de janeiro o seu representante a integrar este grupo de trabalho.

No seguimento da Recomendação apresentada pelo Movimento Independente Batalha é de Todos à mesa da Assembleia, o senhor **Presidente da Assembleia** solicitou ao senhor deputado Armando Rosa que apresentasse a mesma. -----

Assim, usou da palavra o senhor deputado municipal **Armando Rosa**, que após cumprimentar todos os presentes deu a conhecer a «Recomendação apresentada pelo Movimento Independente sobre o funcionamento da Unidade de Saúde Familiar Condestável, que engloba os usualmente chamados Centros de Saúde da Batalha e os Polos de São Mamede e do Reguengo do Fetal. -----

O Movimento Independente tem presente que o Município não possui, na sua esfera, competências abrangentes para, por si, implementar melhorias significativas no funcionamento do Centro de Saúde da Batalha e nos já referidos Polos de São Mamede e do Reguengo do Fetal.-----

Parte significativa da oferta de Cuidados de Saúde Primários deve ser garantida pela administração central do Estado, competindo, todavia às autarquias, esgotarem todas as possibilidades que a Lei e os recursos lhe permitem, seja para cumprirem a parte que lhes é exigida pelo Regime Jurídico das Autarquias Locais e pela prevista na assunção de competências descentralizadas, seja para cumprir as falhas da Administração local, neste caso Central.-----

O Movimento Independente tem presente o trabalho atento que tem sido desenvolvido pela Câmara Municipal onde se inclui o projeto estruturante para o futuro do nosso concelho, que será a construção do novo Centro de Saúde da Batalha, o qual se espera, pois, que possa ter a valência de Medicina Dentária e que, sendo um equipamento de nova geração, traga uma acentuada melhoria nas condições de serviço atualmente existentes e, ainda, um aumento desses serviços a que os cidadãos necessitam cada vez mais de recorrer. -----

Temos ainda presente o esforço que todos os profissionais desta área desempenham no dia-a-dia para assegurar, com uma escassez tremenda de recursos humanos, a melhor assistência possível aos utentes e o próprio funcionamento destas unidades. -----

Sucedem porém, que urge criar condições dignas para os utentes que aguardam, antes do início de funcionamento e abertura de portas, designadamente na Batalha. -----

É, por isso, que o Movimento Independente recomenda à Câmara Municipal, no mais curto de espaço/tempo possível, face às condições climatéricas adversas – de frio e chuva que já todos temos observado – que junto da Direção da Unidade de Saúde promova a alteração da abertura da Unidade de Saúde da Batalha aos utentes pelo menos 30 minutos mais cedo do que atualmente se observa, repondo, desta forma, o horário vigente antes do período da COVID19.-----

Assim, numa primeira fase, a porta principal do Centro de Saúde deve passar a estar aberta às 08h00 da manhã, permitindo aos utentes que acedam à sala de espera e que aí, no seu interior, com um conforto que atualmente não existe em virtude de estarem ao frio e à chuva, aguardem o início normal das atividades do Centro de Saúde e do seu funcionamento pelas 08h30. -----

Numa segunda fase, deve avaliar-se a extensão e utilidade da medida aos Polos de São Mamede e do Reguengo do Fetal.-----

Acresce a isto o facto de se assistir a uma impossibilidade crónica de atendimento telefónico implicando, muitas vezes, uma deslocação presencial desnecessária e dispendiosa para esclarecimentos ou informações que podiam muitas vezes ser solicitadas telefonicamente ou mesmo marcação de consultas, tudo que podia ser acautelado e resolvido através de um contacto telefónico.

Assim, o Movimento Independente recomenda à Câmara Municipal que adote, de forma urgente, todas as medidas e valências que estão na sua esfera e competência para, junto da Direção da Unidade de Saúde Familiar e, sendo caso disso, do próprio ACES Pinhal Litoral, de modo a passar a ser garantido, a partir de janeiro de 2023, um atendimento telefónico regular.-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 6 de 75

Não nos podemos esquecer que o direito à saúde e ao bem-estar, incluindo à assistência médica e aos serviços sociais, está consagrada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, materializando-se na prestação de cuidados completos às pessoas durante toda a sua vida e tão perto quanto possível do seu ambiente diário como o exige a Organização Mundial de Saúde no âmbito dos Cuidados de Saúde Primários.-----

Ora, a Lei de Bases da Saúde determina que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) deve reger-se pelo "princípio da proximidade" e que as Autarquias Locais participam na efetivação do direito à proteção da saúde, nas suas vertentes individual e coletiva, em especial nos cuidados de proximidade e na própria comunidade.-----

Estes direitos, no nosso entender, não estão a ser suficientemente assegurados à população, verificando-se falta de profissionais de saúde e uma incapacidade para atender atempadamente quem necessita de consultas, exames ou tratamentos, assim como de transporte e acompanhamento às unidades de saúde em que estão inscritos, que urge pois, reverter.-----

Recomendamos, pois, que, com esforço de todos os envolvidos e o patrocínio ativo da Câmara Municipal, bem sabendo as suas limitações que resultam da Lei, passe a ser assegurado um atendimento telefónico fluente, ativo e de qualidade no Centro de Saúde do nosso concelho, e nos seus polos, bem como assegurar-se a abertura das instalações no estabelecimento sede do Centro de Saúde da Batalha, aos utentes às 08h00, com o seus acesso à sala de espera e, ainda, avaliar-se concretamente a extensão desta medida aos Polos de São Mamede e do Reguengo do Fetal.»-----

*Após a apresentação desta Recomendação, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou-a à votação, tendo a Assembleia Municipal aprovado a mesma, **por unanimidade**.*-----

----- ** -----

*De seguida, foram abertas as inscrições para que os senhores deputados municipais pudessem ainda intervir sobre outros assuntos antes do período da ordem do dia, tendo o senhor **Presidente da Assembleia** recomendando que os assuntos a apresentar fossem descritos de forma sucinta de modo a que o tempo estipulado para este período não fosse ultrapassado, evitando-se assim o que aconteceu na última reunião.*-----

*Seguiu-se a intervenção do senhor deputado **Francisco Coutinho** para apresentar duas informações ao executivo, a primeira prendendo-se com o facto de se constatar que "a empresa Suma não tem vindo a ser tão eficaz quanto basta, em alguns aspetos, pelo que se recomenda ao Município que interceda junto daquela empresa no sentido de:*-----

- manter os recipientes de lixo desinfetados;*-----
- reforçar os contentores em zonas que se deparam com excesso de lixo para o equipamento existente;*-----
- que a limpeza, sobretudo na zona plana da vila, seja levada a efeito com equipamento necessário evitando-se a ocupação de vários trabalhadores, soprando as folhas e demais imprevistos de uma zona para outra, sugerindo-se por conseguinte, à semelhança do que ocorre noutros Municípios, a existência de uma viatura aspiradora.*-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Página 7 de 75

A segunda prende-se com as deslocações ao estrangeiro por parte dos representantes do executivo, tendo o CDS/PP constatado que existem diversas deslocações por parte desses representantes ao estrangeiro, situação que compreenderá, considerando o que eventualmente estará subjacente a tais deslocações. Contudo, e *“sem embargo das mesmas terem lugar, o CDS/PP recomenda que o executivo ou quem o represente, elabore um relatório circunstanciado, onde constem de entre outros, os assuntos versados, os encargos efetuados no presente, para o futuro e para o Município, assim como as despesas que eventualmente envolvem aquela representação municipal.”* -----

O senhor deputado municipal **Válter Cardoso**, após cumprimentar todos os presentes, informou que esta será a sua primeira intervenção nesta Assembleia, aproveitando para questionar o executivo municipal relativamente às parcas condições verificadas em algumas escolas, nomeadamente Rebolaria, Faniqueira, Casais dos Ledos quanto a iluminação exterior, abrigos, refeitórios, wc's, fossas, zonas de jogos e outros melhoramentos, no seguimento do email já remetido ao senhor diretor do Agrupamento de Escolas com conhecimento á Câmara e que ainda se encontra a aguardar resposta. Aproveitou a oportunidade para sugerir uma reflexão, afirmando que, *como deputado eleito devemos olhar para os interesses dos munícipes, uma vez que foram eles que nos elegeram. Intervirei sempre que achar que devo intervir. Não vou intervir se não tiver grande conhecimento, ou só porque sim. Somos a voz dos cidadãos e é em nós que eles depositaram confiança. E somos nós que temos o poder de lhes dar a voz. Pessoalmente a minha forma de viver, conviver e de estar em sociedade, baseia-se no respeito e responsabilidade pelo outro. Quem me conhece sabe que eu sou assim, tenho aqui grandes amigos e espero mantê-los para a vida. E como lema de vida - na vida para mim não pode valer tudo, nem a nível pessoal, familiar e profissional, para atingir metas. Temos que ter consciência dos nossos atos na sociedade enquanto cidadãos, pois não adiante virmos para aqui apontar o dedo uns aos outros quando todos nós temos telhados de vidro. Os interesses dos munícipes são aquilo que interessa aqui debater nesta Assembleia, devemos exatamente discutir os interesses deles, e aproveitar o fantástico concelho que temos, devendo todos nós ajudar o executivo da Câmara que agora nos governa. Quem nos pôs aqui foram os munícipes. Terminou esta sua intervenção desejando uma boa Assembleia a todos os presentes e façam o favor de serem felizes! ---* Interveio de seguida, o senhor deputado municipal **Alfredo Matos** que após cumprimentar todos os presentes, pediu ao senhor Presidente da Assembleia que à semelhança do que aconteceu na última reunião da Assembleia identificasse a que partido pertencem os deputados que vão intervir. De seguida, e uma vez que as respostas dadas pela Câmara às intervenções do público não se encontram apenas à mesma, gostaria que estas fossem dadas a conhecer a todos os deputados municipais. Mais disse que ao ler a ata da última reunião, constatou que o senhor Presidente da Assembleia fez referência quanto ao número de intervenções efetuadas pelos deputados do PPD/PSD referindo que estavam a realizar demasiadas intervenções só porque a reunião estava a ser transmitida. Pelo que, lembrou o senhor Presidente da Assembleia que as intervenções dos deputados do partido que representa vinham preparadas independentemente da existência ou não da transmissão. Relembrou ainda que a média de intervenções dos deputados do seu partido é superior a dez por sessão, ao

Handwritten signature and initials in blue ink.



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

contrário do Movimento Independente que crê não terem feito uma média superior a duas. Disse ainda que esta sempre foi a prática dos deputados do partido, e continuará a sê-la independentemente da existência ou não de transmissão. -----

Solicitou ainda ao senhor Presidente da Câmara, e no seguimento ao que lhe foi pedido e que constatou pela leitura das atas, que o senhor Presidente não juntasse menos questões para responder de uma só vez de modo a que nenhuma ficasse sem resposta e desta forma todos sejam esclarecidos das suas questões. -----

Por último, agradeceu ao senhor Vice-Presidente da Câmara os votos de boas festas remetidos, em seu nome e das vereadoras eleitas pelo Movimento Independente, ficando contudo, a aguardar os votos de boas festas do senhor Presidente da Câmara, aproveitando o ensejo para lhe dirigir os votos de boas festas. -----

Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para esclarecer que o que pretendeu demonstrar na sua intervenção que consta da ata anterior, prendeu-se com a sua preocupação relativamente à gestão do tempo que já estava a ser ultrapassado, sendo certo que o recado que deixou veio na sequência da intervenção dos deputados do PPD/PSD, contudo, esclareceu, era dirigida a todas as bancadas. Reconheceu, ainda, assim, que é um facto que a transmissão on-line potencia um maior número de participações, que se torna bastante vantajoso a nível democrático. -- Seguiu-se a intervenção do senhor deputado municipal **Telmo Ferreira** que após cumprimentar todos os presentes direccionou a sua intervenção para o Centro de BTT da Batalha e São Mamede inaugurado em 2012, considerado como uma referência nacional para os praticantes da modalidade e amantes da natureza, referência essa reconhecida pela Federação Portuguesa de Ciclismo, através da homologação do mesmo. Relativamente a este projeto de enorme excelência constatou que o mesmo tem vindo a ser desprezado e abandonado ao longo do tempo, o que resultou na perda de requisitos e normas vigentes para centros homologados. Destacou ainda a evidente degradação existente no Parque Sensorial da Pia do Urso e dos seus equipamentos pelo que questionou o senhor Presidente da Câmara quando haverá uma requalificação do Centro de BTT, do Parque Sensorial Pia do Urso no sentido de revitalizar o predito espaço público, com o intuito de conceder uma maior valorização ao desporto da natureza e convívio familiar. -----

O senhor deputado municipal **Ricardo Vala**, usou da palavra para cumprimentar todos os presentes deixando a todos a seguinte reflexão: *o ano de 2022 está a findar e não vai deixar grandes saudades, no entanto as projeções para o ano de 2023, são ainda menos animadoras.* -----

Espera-se que o ano 2023 seja um ano duro para as famílias e para as empresas devido a conjuntura dos vários fatores económicos que todos sabemos. -----

Deixo aqui uma mensagem para cada um de nós, tentarmos ajudar o nosso próximo que esteja com dificuldades e deixarmos de ser tão individualistas e egoístas, tentarmos passar a nossa solidariedade não só nesta Época Natalícia, mas durante todo o Ano. -----

Em meu nome e da Iniciativa Liberal da Batalha desejamos a todos os Batalhenses um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo. -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 9 de 75

Usou da palavra o senhor deputado municipal **Hugo Vicente** que após cumprimentar todos os presentes, destacou novamente que irá falar lentamente, em virtude da parte sul de São Mamede não dispor ainda de internet em condições, pelo que *“gostaríamos que todos nos ouvissem em condições, situação essa que não se irá verificar em virtude de múltiplas situações e a vivermos em São Mamede num país e fora do concelho da Batalha, ao qual não temos as mesmas potencialidades que os nossos conterrâneos têm.*-----

Venho aqui, não valorizar, não vangloriar, não enaltecer alguma coisa... Venho aqui preocupado, porque sou levado a pensar que o atual executivo não só parou as obras no primeiro ano, como com a necessidade de fazer diferente pode estar a desperdiçar o que de bom tínhamos. Senhor Presidente, leva-me a pensar que das duas uma, ou estão a forçá-lo a realizar um mau trabalho, ou então atrevo-me a dizer que a sua equipa está com ares de incompetência. Todos sabemos que transferiram a biblioteca para a Casa do Conhecimento, espaço com melhores vistas, é certo, mas onde não cabem os livros todos, e por isso muitos continuam encaixotados e indisponíveis para a consulta. Sabemos que existem pessoas, crianças que necessitam de consultar livros existentes na biblioteca, e que, por estarem encaixotados não podem ser consultados. Não há espaço para livros e, mesmo o espaço de trabalho para os leitores é reduzido. São as vossas opções, mas o que agora me preocupa é saber se é verdade o que se diz na praça pública, que a biblioteca José Travaços dos Santos corre o risco de ser excluída da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, por ter deixado de cumprir os requisitos mínimos, para tal classificação, o que seria uma situação muito grave para o concelho e para os batalhenses. Já agora, a biblioteca, em dominó, empurrou o coworking para a Casa do Dr. Gens e, o coworking empurrou o Julgado de Paz para as antigas instalações da Conservatória. Já garantiram que este novo espaço cumpre todos os requisitos de acessibilidade necessários para esta abertura, ou vamos perder também o Julgado de Paz, porque não temos condições, quando já as tínhamos aprovado na casa do Dr. Gens? Em outros tempos, a Batalha e os batalhenses tinham obra feita, tinham obras em movimento. Hoje temos obras paradas e sem fim à vista. É um problema. Com desculpas e mais desculpas, sem pés nem cabeça. Atrevo-me a dizer que o nome que apelidaram o vosso Movimento socialista Batalha é de Todos, deveria mudar-se e apelidar-se agora de a bela adormecida e a pena de alguns. E termino com um convite a irem à biblioteca, e lerem um livro...isto se o encontrarem.” Terminou a sua intervenção dirigindo a todos votos de Feliz Natal e Próspero Ano Novo.-----

Seguidamente e após questionado pelo senhor **Presidente da Assembleia** se pretendia usar da palavra, interveio nesta sessão o senhor **Presidente da Câmara**, iniciando a mesma com um cumprimento dirigido a todos os presentes, mencionado ainda que iria tentar responder a todas as questões e recomendações deixadas.-----

Posto isto, e no seguimento da recomendação apresentada pelo senhor deputado Armando Rosa, quanto à antecipação da abertura das instalações do Centro de Saúde, mostrou a sua concordância com a medida, referindo ainda que já houve uma tentativa de implementar a mesma, não tendo existido abertura por parte do responsável daquela unidade de Saúde. Acrescentou que esta será a melhor solução, sendo a que se encontra mais em voga pelo país. -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 10 de 75

Referiu também que a Câmara procedeu à instalação de uma tenda para acomodar os utentes em situações de mau tempo, mas teve que retirar a mesma por falta de acordo com o responsável, medida essa que durou apenas um dia. -----

Seguidamente manifestou a sua concordância com as palavras proferidas pelo senhor deputado municipal Francisco Coutinho relativamente à deficiência de serviço por parte da SUMA, bem como à falta de contentores e respetiva limpeza, que faz parte do contrato, e como tal, deverá ser cumprido pela empresa, situação já alertada pela Câmara junto da mesma. No que concerne às deslocações ao estrangeiro informou que nenhuma ocorre sem a respetiva apresentação de proposta ao Executivo da qual consta orçamento e objetivos da deslocação, pelo que passará também a dar nota dessa informação à Assembleia Municipal, dissipando assim, todas as dúvidas relativamente ao que tem sido feito nesta matéria. -----

Quanto à necessidade de intervenção nas escolas do ensino básico suscitada pelo senhor deputado municipal Válder Cardoso informou que têm sido realizados alguns trabalhos de reparação, nomeadamente nos telheiros, sendo que existem outras metas que se pretendem atingir e que estão a ser preparadas de modo a criar melhores condições nas escolas para alunos e professores. -----

Seguidamente informou o senhor deputado municipal Alfredo Matos que irá solicitar ao senhor Presidente da Assembleia o envio das respostas remetidas pela Câmara relativamente às questões colocadas pelo publico. Disse ainda que, relativamente às questões que ficaram sem resposta, sempre que possível, as mesmas têm sido dadas, até porque este executivo, para além de estar disponível em responder às questões colocadas, nada tem a esconder, sendo que muitas vezes as questões são tantas que algumas poderão ficar sem resposta dada a diversidade de assuntos abordados. Esclareceu ainda, que relativamente aos votos de boas festas remetidos pelos senhores vereadores, assumiu em tempo certo e local indicado que este procedimento não foi o mais correto pelo que serão tomadas medidas para que esta situação não se volte a repetir. -----

Quanto à questão colocada pelo senhor deputado Telmo Ferreira informou que o centro de BTT irá entrar em obras no início do ano, lembrando também que não foi o atual executivo que deixou caducar a classificação do mesmo, no entanto o importante será resolver a situação. -----

Relativamente às palavras deixadas pelo senhor deputado municipal Ricardo Vala quanto à necessidade de se estar atento e ajudar o próximo, destacou que da parte do Município existem um conjunto de programas com o intuito de apoiar em diversas vertentes quem necessita, destacando que a marca deste executivo se prende com o facto de que só devem ser ajudadas/apoiadas as pessoas carenciadas de modo a existir maior justiça neste domínio. -----

No seguimento da interpelação efetuada pelo senhor deputado municipal Hugo Vicente relativamente à dificuldade de acesso à Internet em São Mamede, esclareceu que neste domínio a capacidade do Município encontra-se limitada, e prende-se muitas vezes apenas com questionar quando e o que se encontra a operadora a realizar. Acrescentou que é do conhecimento que se encontram a ser montadas, em vários pontos do concelho incluindo São Mamede, linhas de acesso à Internet, e apesar de não ser a operadora que se pensava espera-se que o trabalho continue e seja



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)



Página 11 de 75

célere, constatando de seguida, que por vezes fica com a sensação que este problema apenas surgiu agora, e anteriormente toda a população tinha acesso à internet. -----

No que concerne às obras que se encontram paradas elencou algumas situações que importam recordar designadamente: -----

- Casa do Mimo - destacou a inexistência de aprovação de projeto por parte da Segurança Social e que iria condenar esta associação em futuros apoios por parte desse organismo, situação essa que foi revertida e possibilitou que a Instituição conseguisse um apoio financeiro de cerca de 600 mil euros para a realização das obras e cujo concurso se encontra em preparação; -----

- Casa da Obra - uma obra com boas intenções, mas que correu mal, uma vez que até ao momento não foi possível assegurar um protocolo com o Instituto Politécnico que justifique o investimento realizado, existindo no entanto, um trabalho para a sua celebração. Relativamente a esta obra referiu que a mesma se encontrou parada durante algum tempo, estando agora em fase de arranque faltando apenas decidir os arranjos exteriores, em virtude da solução inicialmente equacionada não ser a mais exequível, crê-se no entanto que a obra estará concluída no próximo ano. -----

- Pavilhão de São Mamede a obra encontra-se parada para avaliação dos custos inerentes à ampliação deste, uma vez que estar a fazer uma obra de 1,5 milhões de euros com capacidade apenas para 130 espetadores, é no seu entender, arranjar lenha para alguém se queimar, pelo que será avaliada pelo executivo esta possibilidade caso o valor da ampliação seja acessível. -----

No que concerne à mudança de instalações por parte da biblioteca mencionou que de alguma forma se sente preocupado com tanto alarmismo, uma vez que nunca houve preocupação com este serviço, cujo espaço nunca cumpriu na sua totalidade as regras estipuladas para integrar a Rede de Bibliotecas, prevendo-se a deslocação dos responsáveis desta rede à Batalha para desenvolver o processo da nossa biblioteca. -----

No que toca à mudança de instalações do coworking para a casa do Dr. Gens, importa também referir que o projeto de coworking equacionado falhou, uma vez que, de todas as pessoas que iniciaram o mesmo apenas uma desenvolveu convenientemente o projeto tendo ultrapassado o prazo de utilização graciosa do espaço que lhe foi concedido. Acrescentou, que é intenção do executivo juntar naquele espaço uma panóplia de serviços, tais como gabinete de empreendedorismo, gabinete da diáspora e coworking, criando desta forma uma interação permanente com as empresas do concelho bem como, com aquelas que nele se pretendem instalar. -

No que diz respeito ao Julgado de Paz referiu que terão que ser analisados muito bem os custos inerentes ao mesmo, em virtude do nosso Julgado ser o pivot da rede de cinco da região litoral, e que por conseguinte, terá um custo acrescido dada a necessidade de ter um assistente técnico e um técnico jurista a tempo inteiro, motivo pelo qual estão a ser realizadas conversações de modo a existir uma maior equidade nos custos. Não podemos aceitar a assinatura de um protocolo sem garantir a respetiva contrapartida dos custos inerentes à sua celebração, pelo que é necessário ter alguma cautela com estas situações e defender o Município. -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 12 de 75

Disse ainda que relativamente à Ecovia e à Ciclovia houve necessidade de rever algumas situações, de modo a garantir uma maior segurança para quem circula na via. -----

Por último, mencionou que o Município se encontra focado na concretização de projetos que possibilitem acesso a financiamento comunitário, bem como a avaliar as necessidades de intervenção na rede de águas e na rede viária, encontrando-se ainda a desenvolver as diligências necessárias para o desenvolvimento quer da zona industrial da Jardoeira, quer de São Mamede.

Após as explicações apresentadas pelo senhor Presidente da Câmara o senhor deputado municipal Hugo Vicente solicitou o uso da palavra, tendo o senhor Presidente da Assembleia informado que teria oportunidade de intervir, caso existisse tempo, após as intervenções dos restantes deputados municipais inscritos, não tendo o senhor deputado municipal ficado muito satisfeito com esta opção pois, no seu entender, não ajudaria as pessoas em casa a clarificar as situações.-----

Seguiu-se a intervenção da senhora deputada municipal Célia Cadima, que após cumprimentar todos os presentes, referiu que *“na última sessão o excelentíssimo senhor deputado Hugo Vicente declarou a esta assembleia que estando atento à situação atual da educação no nosso concelho, lhe merecera especial atenção a descida do Agrupamento de Escolas da Batalha no ranking referente aos resultados obtidos nos exames nacionais 2020/2021, devido à redução das médias obtidas pelos nossos alunos; 11,37 valores que compara com 13,8 valores no ano letivo anterior. Senhor deputado Hugo Vicente, compreendo a sua apreensão, embora não compartilhe inteiramente dela. A sua apreensão é aliás compreensível em alguém que não está diretamente envolvido no setor da educação. Tal como o senhor deputado, muitos confundem os rankings publicados nos media referentes às médias obtidas exclusivamente nos exames nacionais, com resultados educativos. Porém, não querendo aqui discutir as virtudes e defeitos dos mesmos, tais rankings apenas ordenam as escolas pelos resultados obtidos num único instrumento avaliativo, nada esclarecendo sobre outros indicadores talvez até mais importantes; que permitem aferir da qualidade do processo de ensino/aprendizagem. Porque este é um processo complexo e multidimensional, que por isso mesmo não pode ser resumido nem acantonado aos resultados obtidos num único momento e num único instrumento. O processo de ensino/aprendizagem, prossegue objetivos de longo prazo, em múltiplas dimensões. É um processo que visa apoiar, facilitar e promover o desenvolvimento de um ser humano na sua plenitude intelectual, social, psicológica e cívica. Ora, o ranking resultante exclusivamente de uma ordenação de resultados obtidos nos exames nacionais subestima os processos e os contextos educativos, nada esclarecem sobre o comprometimento das escolas com a inclusão e os princípios democráticos da participação da igualdade de equidade e da solidariedade.* -----

Nelson Mandela disse que a educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo. De certo não a confundia com os exames nacionais, embora eles desempenhem um papel importante no nosso sistema de ensino, quanto mais não seja para garantir alguma equidade no acesso ao ensino superior. Porém, também é verdade que ninguém pode assegurar que a obtenção de bons resultados nos exames nacionais garanta, só por si, o sucesso no ensino superior. Além disso, a redução da média global do Agrupamento nos exames referidos, não impediu que na primeira fase do concurso



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 13 de 75

nacional de acesso ao ensino superior, a média do concelho tenha superado a média nacional. Por outro lado, os resultados obtidos nos exames nacionais variam todos os anos, quer os nossos, quer os de outros estabelecimentos de ensino, e assim é, porque a escola não é uma fábrica que produz produtos normalizados. Os alunos são todos diferentes, cada um é um universo incomparável e único e frequentemente imprevisível. Como professora, todos os anos eu conheço seres humanos únicos, e embora tente estabelecer comparações e encontrar padrões, cada um deles é diferente de todos quantos já conheci, tal é a condição humana, e é isso que é fascinante e desafiante na educação. ----- Seja como for senhor deputado, os próprios resultados que legitimamente o preocuparam não foram assim tão desastrosos como lhe parece. Afinal as médias obtidas pelos nossos alunos nas provas nacionais ficaram acima das médias nacionais na maioria das disciplinas, e em 2021/2022 voltaram a suplantar as médias nacionais e distritais, também na generalidade das disciplinas. -----

Compreendo a sua preocupação senhor deputado, porém deixe-me tranquilizá-lo no que toca à situação da educação no Município da Batalha, revelando-lhe outros indicadores importantes para aferir da boa saúde da educação. A percentagem de alunos do Agrupamento que concluem o ensino secundário no tempo esperado – 3 anos – é superior à nacional, 67,1 % contra 64,3 %, pelo que a percentagem de alunos que conclui o ensino secundário antes dos 18 anos é, no Agrupamento, bastante superior à média nacional. A percentagem de alunos no ensino profissional que conclui o curso sem qualquer retenção é significativamente superior à média nacional; 76,8 %, que compara com 63,7 %. A média nacional no concurso nacional de acesso ao ensino superior na primeira fase 2021/2022 foi de 81 %, inferior em oito pontos percentuais à do Agrupamento. Além disso a percentagem de alunos do Agrupamento que conseguiu ingressar na primeira opção assinalada foi superior à nacional em sete pontos percentuais. -----

A acrescentar a isto, o dinamismo do Agrupamento é visível nas atividades que desenvolve, nos projetos que dinamiza, na participação em certames e outras dinâmicas. Tudo com um só objetivo, contribuir para o desenvolvimento integral, multidimensional das crianças e jovens que lhe foram confiados. -----

Por último, quero parabenizar a Câmara e o Agrupamento pela aprovação recente do projeto conjunto para a criação de um Centro Tecnológico Especializado, com investimento superior a 1 milhão de euros e que conta ainda com o apoio de empresas do concelho.” -----

Usou da palavra o senhor deputado municipal Carlos Santos que após cumprimentar todos os presentes, parabenizou o concelho pela aprovação do Centro Tecnológico Especializado, questionando de seguida se a Câmara irá conceder mais algum apoio ao Agrupamento de Escolas para o desenvolvimento deste projeto, para além dos cerca de cinquenta mil euros já concedidos para coadjuvar na sua execução. Terminou esta sua intervenção desejando boas festas a todos os presentes. -----

Interveio, de seguida, o senhor deputado municipal Vitor Correia que após cumprimentar todos os presentes manifestou o seu desagrado pelo facto do senhor Presidente da Assembleia estar a apressar continuamente assuntos e intervenções, uma vez que os deputados do PPD/PSD têm

Handwritten signatures and initials in blue ink.



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 14 de 75

alguma profundidade nos temas que abordam considerando-os importantes, e este apressar faz-lhe lembrar de certa forma um bocadinho a censura, situação não considerada muito válida para os tempos de democracia atuais. Referiu ainda que sabe que está estipulado um limite de sessenta minutos para o período antes da ordem do dia. No entanto, o concelho da Marinha Grande, por exemplo faz a sua Assembleia Municipal em dois dias, dando assim mais tempo para debater todos os temas. Posto isto, sugeriu ao senhor Presidente da assembleia que previamente reúna com os líderes de bancada e considerem que outros temas podem ser incluídos no período da ordem do dia, uma vez que no seu entender muitos dos pontos que estão na ordem do dia são os mínimos necessários para se trazer a uma assembleia, o que denota, no seu entender *“um bocadinho de proteção a uma maioria absoluta que parece que vai a uma Assembleia Geral apenas para fazer um cheque naquilo que temos de fazer.”* -----

Seguidamente direccionou a sua intervenção para as águas referindo que *nós vivemos num “contexto de inflação, as famílias estão a sofrer, há um aumento de custos, pelo que é muito importante que a Câmara dê um sinal às pessoas de que está com as pessoas neste combate à inflação. Nem que seja um sinal, se não houver dinheiro, que seja um sinal simbólico de que pelo menos está com as pessoas nesta altura. O PSD apresentou uma proposta à Câmara Municipal, para que não se subisse o preço da água em 2023, ou seja, que fosse a Câmara a suportar o aumento do preço da água para 2023, que é um custo insignificante para a Câmara, são vinte e nove mil euros na totalidade do orçamento, realmente é uma insignificância. A proposta não foi aceite. Nós não compreendemos porque é que a proposta não foi aceite”,* pelo que gostaria que o executivo explicasse às pessoas o motivo pelo qual não está disposto a cobrir este aumento do preço da água para o próximo ano. Acrescentou ainda que esta tomada de posição é incompreensível também pelo facto de este ano o executivo já ter gasto cerca de trezentos mil euros em estudos – *“um bocadinho o tique do Partido Socialista gastar muito dinheiro em estudos”* – estudos esses que no seu entender não levarão a Câmara a lado nenhum, destacando a realização de um estudo adjudicado à entidade Hidrovia, Lda pelo montante de quarenta e quatro mil euros com o intuito de estudar o saneamento no sudeste do concelho de São Mamede. Acresce que, no seu entender, a conclusão deste estudo para o qual já se conhecia previamente o resultado, irá ficar na gaveta, pelo que poderia ter sido desenvolvido pelos engenheiros da Câmara, uma vez que a sua conclusão era fácil de alcançar. Ainda assim, a Câmara gastou quarenta e quatro mil euros num estudo que será metido na gaveta, mas não se encontra disposta a gastar vinte e nove mil euros para cobrir o aumento do custo da água para as famílias no próximo ano. Posto isto, solicitou uma explicação ao executivo relativamente a esta tomada de posição afirmando ainda que sabe que o executivo provavelmente, lhe irá responder com questões técnicas, nomeadamente que esta situação poderá ser vista pelo Tribunal de Contas como um subsídio a conceder às Águas do Lena, S.A.. No entanto tal explicação não é válida, uma vez que a Entidade Reguladora das Águas disse que, desde que haja um serviço, e que esse serviço seja faturado, e desde que haja alguém que o pague, não há problema nenhum, não reveste a forma de um subsídio, mas sim o pagamento de um serviço. Neste sentido, e como no seu entender não existe



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Página 15 de 75

razão nenhuma para a Câmara não suportar o custo do preço da água para o próximo ano, preocupa-o o facto de estar a ser feita política com a questão das águas, uma vez que entende que quase de certeza querem permitir que haja um aumento das águas no próximo ano, para que quando o serviço passar para a Empresa Municipal possam mexer nos tarifários a seu belo prazer. *Mas, "enquanto usam a água como política, mexem também na carteira das pessoas, e isso para mim é o mais importante".*-----

Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para informar que tomou boa nota das informações deixadas pelo senhor deputado Alfredo Matos, relativamente às respostas dadas às questões colocadas pelo público e que tem toda a pertinência, pelo que serão dadas conhecimento das mesmas aos deputados municipais. Relativamente às participações neste período, e de acordo com o abordado pelo senhor deputado Vítor Correia, mencionou que o Regimento foi aprovado precisamente para evitar descambes, resultando de um mecanismo de controlo da Assembleia dentro das regras democráticas de participação, e, portanto não poderá ser alterado ao sabor das conveniências ou oportunidades de intervenções políticas, situação essa que não irá permitir. Acrescentou ainda, que o Regimento foi aprovado e deverá, na medida do possível, ser cumprido, sendo certo que grande parte das vezes é ultrapassado o tempo de intervenção previsto. No que diz respeito à censura referiu que não se revê minimamente nessa palavra, ficando surpreendido com o facto do senhor deputado invocar isso mesmo, reconhecendo que *"tem toda a legitimidade uma vez que estamos em democracia, e seguramente o senhor deputado, em consciência, também não me vê nesse papel de censor. Mas faz parte deste contexto democrático de participação".*-----

O senhor deputado **Armando Rosa**, no uso da palavra, esclareceu que há pessoas que integram esta Assembleia há mais de um ano, e não têm conhecimento que em causa está o Movimento Independente, apesar de tentarem por diversas vezes, de certo modo *"difamar, injuriar, e bem como suscitar questões que aqui não merecem qualquer relevo, devem respeitar todos os eleitos, acima de tudo devem respeitar o voto popular conforme resultado das urnas. É isso que eu vos peço, trabalharmos em conjunto nesse sentido, e nada mais do que isso. Ora, desde a última Assembleia, em finais de setembro, importa destacarmos aqui vários acontecimentos ocorridos na nossa comunidade:*-----

- o projeto Bairro Comercial Digital da Batalha, apresentado em consórcio pelo Município com a ACILIS, foi considerado elegível pelo painel de jurados, tendo obtido uma nota final de 4,8 valor, no máximo de 5. Este projeto com uma dotação financeira de mais de quinhentos mil euros tem como principais objetivos, estimular o crescimento económico do comércio local através da introdução dos meios digitais; capacitar os comerciantes da vila da Batalha para os canais digitais disponibilizando aos consumidores uma plataforma digital de venda on-line centralizada, acessível e inclusiva.-----
- o executivo municipal promoveu uma reunião com os proprietários para ampliação da Área de Localização Empresarial da Jardoeira, numa clara e manifesta prioridade e urgência de muitos anos para a sua expansão decorrente da identificação de pretensão de instalação de diversas empresas,

Handwritten signature and initials in blue ink.



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 16 de 75

face à elevada procura que o nosso concelho tem registado para a fixação de unidades empresariais e à inexistência de terrenos para tal, não só na freguesia da Batalha, como também, em São Mamede. -

- a Câmara Municipal promoveu diversos encontros setoriais, o que se tem que saudar, com os empresários do concelho com intuito de analisar face à grave crise energética e instabilidade dos mercados, quais as perspetivas que se afiguravam para o próximo ano. Todos foram chamados a participar, sendo essa uma das premissas, aliás, o Movimento Independente foi sufragado, a participação é de todos, a Batalha é de todos.-----

- o Museu da Comunidade Concelhia da Batalha foi novamente distinguido com um prémio internacional, desta feita, XII edição dos prémios Ibermuseus da Educação, com um projeto denominado «O Património e a Biodiversidade na Batalha, em torno do Rio Lena, conhecer para proteger», que consistiu num programa iminentemente vocacionado para a promoção do conhecimento, a preservação e a divulgação do património cultural e ambiental concelhio, com especial incidência para o rio Lena.-----

- Foi celebrado em França, um protocolo que promove a internacionalização das empresas do nosso concelho e a promoção nacional do território, em colaboração, não só com os nossos emigrantes, e também com a Câmara de Comércio e Indústria Franco Portuguesa, o que permitirá a promoção da internacionalização das empresas e a divulgação das potencialidades do município em França, atraindo novos investimentos capazes de gerar valor acrescentado.-----

- Foi assinado o memorando de constituição da Associação ACERBATALHA – Associação da Comunidade de Energia Renovável, que como sabemos, junta entidades públicas e empresas e que visa aumentar a eficiência energética e de utilização de fontes de energias endógenas nas empresas e nas Instituições do concelho da Batalha, numa sessão conjunta com a ADENE – a Agência para o Desenvolvimento Energético, a Direção Geral de Energia e Geologia, que visou debater as Comunidades de Energia e o auto consumo.-----

- O Agrupamento de Escolas viu aprovada a candidatura através do PRR para a criação de um Centro Tecnológico Especializado de Informática. Esta notícia, é, pois, extraordinária, pois contrariamente a outras obras que não têm qualquer relevo para o nosso concelho, no momento em que foram lançadas, permitirá aos nossos alunos, aos docentes e às empresas, integrarem os desafios da indústria e da sociedade digitais, mediante projetos curriculares inovadores no momento em que a competência e a concorrência é internacional. Sabemos que esta candidatura, em destaque no nosso distrito, mas também no nosso país pela qualidade que apresentou contando com o apoio do Município e a concretização de diversas parcerias com empresas do concelho, vai equipar com tecnologia de ponta na área da informática, o nosso Agrupamento de Escolas sede, e com isso permitir aproximar os alunos às empresas no que constituirá, por certo, um projeto de excelência, lançando frutos para o futuro.-----

São, pois, estes os sinais que demonstram um trabalho de excelência no executivo neste período, com os olhos postos no futuro, mas que estamos certos, que continuará sempre em cada momento a cuidar dos mais desfavorecidos, num ano de 2023 que nos trará desafios ainda mais complexos, pela



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 17 de 75

instabilidade decorrente da guerra, do aumento das taxas de juro e da histórica inflação que todos estamos a viver.” -----

Seguiu-se a intervenção do senhor deputado **Nuno Santos** que após cumprimentar todos os presentes questionou qual o ponto de situação das candidaturas do Programa Crescer Mais e das Bolsas de Estudo, uma vez que as candidaturas ocorreram entre os meses de agosto e outubro, e até à data ainda não foram submetidas para aprovação do executivo. Questionou ainda, qual o motivo deste atraso e qual a previsão para a sua análise. Em virtude da atual conjuntura económica, e as dificuldades que as famílias se encontram a passar, os deputados eleitos pelo PPD/PSD sugerem que estas candidaturas sejam tratadas/aprovadas o mais rapidamente possível, de forma a ajudar com prontidão as famílias do Município. -----

Aproveitou o ensejo para agradecer à senhora deputada Célia Cadima pelo esclarecimento prestado relativamente às taxas de sucesso dos alunos do Agrupamento de Escolas, referindo que a questão apesar de ter sido colocada pelo deputado Hugo Vicente é uma questão de todos os elementos do partido PPD/PSD. -----

A senhora deputada municipal **Elodie Zeferino**, no uso da palavra dirigiu um cumprimento a todos os presentes, fazendo de seguida um reparo à intervenção do senhor deputado Armando Rosa relativamente à candidatura dos Bairros Comerciais Digitais, em virtude da nota máxima não ser de cinco uma vez que existe uma majoração de quarenta por cento para quem concorre em consórcio, existindo por isso candidaturas na região de Leiria com nota superior a cinco, tendo a candidatura da Batalha ficado em terceiro lugar conjuntamente com Leiria. -----

Seguidamente e tendo em conta os artigos número 19.º e 72.º da Lei do Enquadramento Orçamental e numa ótica da transparência e da acessibilidade de informação a todos os cidadãos “*como já referido hoje e anunciado na vossa campanha*”, questionou qual a razão para não estarem ainda disponíveis no site da Câmara os documentos associados ao Orçamento de 2022, numa altura em que estamos já para aprovar os documentos referentes ao ano de 2023, não sendo por isso possível aos munícipes realizar comparações entre orçamentos. -----

Interveio de seguida o senhor deputado municipal **Fernando Marques**, que após cumprimentar todos os presentes colocou duas questões relativamente ao Centro de Saúde da Batalha. A primeira prende-se com o facto de terem conhecimento da rejeição de um projeto de melhoramento do edifício da USF Condestável, financiado em oitocentos mil euros, para dar lugar à construção de um novo edifício para o Centro de Saúde. No seu entender, na melhor das hipóteses este novo espaço estará à disposição dos utentes lá para o final de 2027. Será que deixar cair o projeto de melhoria financiado terá sido a melhor opção, uma vez que por esta altura já estaria a ser executado, e mesmo assim continuar a preparar um edifício novo? De seguida questionou o que estava o executivo a pensar fazer para melhorar a situação dos utentes que têm que esperar ao frio e à chuva com uma senha na mão, muitas vezes desde as 7h00 ou 7h30, numa altura em que se aproxima o Inverno e consequentemente o aumento da patologia respiratória aguda e o aumento de procura dos cuidados de saúde primários. -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 18 de 75

Posteriormente foi dado o uso da palavra ao senhor deputado municipal **Eduardo Veiga** que após cumprimentar todos os presentes mencionou que para si este último ano foi um ano de aprendizagem que lhe permitiu entender o funcionamento desta Assembleia Municipal, assim como, entender que os deputados são a voz dos munícipes neste espaço. Destacou de seguida que este tinha sido um ano muito difícil, também pela situação que se vive na Ucrânia e que criou uma crise económica global. Acrescentou que *“foi por todos dado um voto de confiança registado nas eleições e margem de manobra ao executivo para encetar o seu programa. Apesar de promessa feita sobre a forma do slogan «Menos palavras, mais ação» alguns munícipes constatarem que na Batalha está tudo parado, é o Pavilhão de São Mamede, a Casa da Obra, a Casa do Mimo, a Creche Municipal, o Pavilhão da Torre que não chegou a sair do papel. Torna-se difícil para a população entender tanta demora no re-arranque destas e outras obras. Agora a desvantagem de falar em último é que muitos dos meus pontos já foram debatidos aqui, mas acho que é justo para as pessoas que me pediram para dizer, que os repita, mesmo que o senhor Presidente já tenha respondido, que torno a referir. ---* Seguidamente passou a enunciar os pontos:-----

Primeiro ponto – *Preocupação existente da população da Torre e Reguengo do Fetal, que vivem inquietos e sem garantias futuras do não licenciamento das novas pedreiras, cujo impacto na sua qualidade de vida será tremendo. A suspensão do PDM vigora até setembro, mas não há certezas do que acontecerá após essa data.* -----

Segundo ponto – *Apesar das melhorias das condições de circulação ao ter sido adicionada uma nova faixa de rodagem em frente ao Agrupamento de Escolas da Batalha, ainda há bastantes congestionamentos, principalmente em dias de chuva como hoje, onde a fila de espera chegava ao Intermarché. Poderá este problema ser amenizado com o Regulamento da Rede de Transportes Escolares abrangendo mais localidades.*-----

Terceiro ponto – *A Câmara anunciou um protocolo com a Altice para reforço da cobertura de rede das freguesias de São Mamede e Reguengo do Fetal, e, no entanto, após contacto com a Altice, a resposta do provedor do cliente é que não é possível disponibilizar o serviço de fibra, nem têm uma data prevista para efetuar alteração nas condições que melhoram o atual acesso à internet. Afinal, o que é que estipula o protocolo e quando é que será posto em prática.*-----

Quarto ponto – *Este que já foi o ponto mais debatido aqui hoje. Continuam os utentes do Centro de Saúde sem condições mínimas enquanto aguardam pela abertura do mesmo, situação essa, agravada pelas atuais condições meteorológicas. É urgente a sua resolução. Esperemos que o projeto da nova unidade de saúde contemple e resolva este problema.”*-----

Voltou a intervir nesta Assembleia o senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo o senhor deputado Carlos Santos, que o Centro Tecnológico será um processo aberto e dinâmico, que irá demorar alguns anos, e por isso estará aberto à entrada de novos investidores. -----

Quanto à intervenção do senhor deputado Vitor Correia alusiva ao estudo de saneamento, informou que não existe ainda o *dom de adivinhar as coisas*, pelo que é importante saber não só o estado das infraestruturas, mas também o custo com a realização dessas infraestruturas, situação essa que só é



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 19 de 75

possível descortinar através da realização de projetos que irão permitir o desenvolvimento de redes inexistentes e o melhoramento das existentes e já obsoletas, pelo que é necessário existirem projetos em carteira tendo em vista o desenvolvimento futuro. Referiu ainda que relativamente à zona sudeste de São Mamede terá que ser avaliada a hipótese de se gastar cerca de dez milhões de euros para dotar aquele local de rede de saneamento, ou optar por outro tipo de iniciativa que permita mitigar a situação atual. -----

Relativamente à questão colocada pelo senhor deputado Nuno Santos esclareceu que os dois projetos referidos sofreram alterações ao Regulamento, pelo que em breve as candidaturas serão apreciadas. -----

No que concerne à questão colocada pela senhora deputada Elodie Zeferino mencionou que iria verificar a situação para serem tomados os procedimentos necessários para suprimir esta lacuna, apesar de ter a sensação de que os mesmos estariam disponíveis. -----

Relativamente à desistência da candidatura relativa à Remodelação do Centro de Saúde da Batalha levantada pelo senhor deputado Fernando Marques esclareceu que quando se estava a proceder a uma análise deste projeto de modo a averiguar que melhorias podiam ainda ser introduzidas, foi-lhes dado a conhecer por parte da ARS Centro a existência de quatro milhões de euros para a construção de raiz de um Centro de Saúde na Batalha, pelo que, como não era possível abarcar ambas as candidaturas, optou-se pela construção de raiz de um Centro de Saúde virado para o futuro. -----

No que concerne à intervenção do senhor deputado Eduardo Veiga, disse entender perfeitamente, e até pela experiência que tem, que nestes cargos o primeiro ano é sempre de aprendizagem e por vezes o segundo, no entanto, a partir desse momento, as ações começam a ser refinadas, a postura começa a mudar e passarão a apoiar aquilo que deve ser apoiado e a contestar aquilo que não deve ser apoiado, atitude legítima e que resulta do funcionamento da democracia. Quanto à situação das pedreiras informou que dia 21 irá realizar-se uma alteração prévia à revisão do PDM que iremos tentar concretizar e pela qual se está a considerar a localização de pedreiras apenas na zona sudeste de freguesia de São Mamede, pelo que, no seu entender todas as outras pedreiras acabarão por cair.

No que diz respeito ao protocolo com a Altice, a Câmara foi abordada para a sua concretização tendo ficado com a expectativa que o mesmo iria responder às nossas necessidades. No entanto tal não aconteceu devido a factos desconhecidos, nomeadamente que se prendem com a realização de concurso anual que dita o que compete a cada operadora realizar em determinada região, pelo que estamos na expectativa a tentar perceber quem é que pode vir instalar a rede nos territórios com essa carência. Acrescentou também que, neste domínio, a Câmara está sujeita a congestionamentos de muitas outras entidades que deveriam prestar um serviço público e, por vezes, na nossa ótica não o estão a fazer. Mencionou ainda, que por via das exigências existentes a nível nacional a execução destas redes em territórios não abrangidos terão que ser aceleradas no ano de 2023. -----

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor **Presidente da Assembleia** deu por terminado este período, uma vez que face ao regimento o tempo destinado ao mesmo já se



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 20 de 75

encontrava ultrapassado em vinte minutos, tendo sido respeitadas as inscrições prévias efetuadas pelos senhores deputados municipais.-----

Usou da palavra o senhor deputado municipal **Hugo Vicente** para interpelar a mesa, no sentido de não terem sido esclarecidas de forma conveniente as questões apresentadas, ao que o senhor **Presidente da Assembleia** informou que terão oportunidade de colocar novamente as questões na próxima Assembleia.-----

**

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao período de intervenção do público, período para o qual a mesa recebeu três inscrições.-----

Assim, deu início a este período o senhor David Faria, residente na Batalha, cuja intervenção incidiu sobre a falta de funcionários nas escolas.-----

Intervenção do senhor David Faria:-----

"Cumprimento os membros dos órgãos locais, cumprimento também o público. -----

Na última reunião que tivemos no Centro Escolar, com o senhor vereador Carlos Agostinho, foi questionado por mim mesmo até, o que é que a Câmara estaria a fazer para o aumento de funcionários, visto serem insuficientes. -----

Na altura, foi-nos dito que iriam entrar cinco funcionárias. Até hoje, não só as cinco funcionárias não entraram, como as que estavam afetas ao fundo desemprego saíram. -----

Mais...Na altura também foi dito que, voltou a frisar, nem todas as pessoas que vêm do fundo desemprego têm competência para lidar com as crianças. -----

Nos últimos meses tem havido um défice grande de assiduidade dos funcionários, principalmente de baixa e de doença. Neste momento, os almoços são apoiados por apenas duas funcionárias para as crianças que lá estão. -----

Na mesma reunião, foi prometida uma funcionária para uma criança com paralisia que necessita de cuidados e atenção constantes...até hoje não veio ninguém. -----

Em relação ao ATL o problema ainda é mais preocupante. Neste momento o ATL tem sessenta e quatro crianças com o apoio de duas funcionárias. Por muito que queiram ajudar a única solução que têm para controlar e vigiar as crianças é fechá-las numa sala a ver TV. É isto que é a educação. -----

Mais, destas duas funcionárias, basta que uma de cuidados de educação especial, ou outro qualquer, tenha que ir mudar uma fralda ou entregar uma criança ao pai, ficam as outras crianças sozinhas numa sala. Isto passa-se no Centro Escolar da Batalha, passa-se na Rebolaria e passa-se em São Mamede. Pelo que aqui foi frisado, penso que o mesmo se passará...eu não tenho conhecimento, mas nestes três locais passa-se isto neste momento -----

As funcionárias que participaram na parada de Natal vão ter direito a folga pelo trabalho em horas suplementares. Quem toma conta das crianças? Sendo que grande parte delas estão a fazer horas extraordinárias. -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 21 de 75

Houve um caso de um miúdo que esteve inscrito no Centro Escolar, estrangeiro, com dificuldades de adaptação, entretanto a mãe arranhou emprego e pediu inscrição no ATL, foi recusado e direcionado para a Golpilheira, menos mal. No entanto, não creio que tenha sido a melhor solução para uma criança com dificuldades de adaptação, onde já tinha começado a criar amizades, e depois foi colocado noutra escola a dois meses do período letivo. -----

Segundo o que a deputada Célia Cadima disse, o nosso ensino é bom, mas compete a este executivo apoiar para que continue a ser melhor. Não tenho a menor dúvida, que funcionários e professores queiram o melhor das crianças e lhes deem o melhor de si, mas é pouco. Obrigada."

Finda a intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para prestar os devidos esclarecimentos a esta intervenção, tendo o senhor Presidente solicitado que fosse concedida a palavra ao senhor Vice-Presidente Carlos Agostinho. Assim usou da palavra o senhor Vice-Presidente **Carlos Agostinho** que após cumprimentar todos os presentes informou que está na ordem de trabalhos desta Assembleia a abertura de procedimento para a colocação de mais trabalhadores nas escolas com recurso à bolsa de recrutamento em vigor, em virtude de ter já sido esgotada a lista de colocação relativamente ao mapa de pessoal aprovado para 2022. Informou também que neste momento a Câmara Municipal vincula-se neste domínio, às disponibilidades que tem de dotações no mapa de pessoal mediante os indicadores e os rácios do Ministério da Educação, sendo que a Câmara irá abrir, na revisão do mapa de pessoal a apresentar para 2022, o lugar de cinco auxiliares de ação educativa para a rede global, acrescidas de quatro para crianças com necessidades educativas especiais. Relativamente à colocação de pessoas provenientes de contrato emprego inserção esclareceu que por esta via existe uma maior rotatividade de pessoal. Mais referiu que em setembro de 2021 estavam inscritas na rede escolar mil novecentas e sessenta e cinco crianças, sendo que em setembro de 2022 esse número passou a ser de mil novecentas e noventa e três; um crescimento de quase sete pontos percentuais. Para além disso em 2021 tínhamos doze crianças com necessidades educativas especiais e neste momento temos vinte e duas crianças. Face ao exposto, e de forma a corresponder a este incremento de crianças irá ser proposta uma revisão ao mapa de pessoal que caso seja aprovada pela assembleia permitirá que a câmara a partir de amanhã possa recorrer à bolsa. Mencionou ainda que para o ano de 2023 encontra-se previsto no mapa de pessoal novo acréscimo de pessoal não docente para corresponder às necessidades dos estabelecimentos. -----

Constatou também que relativamente ao número de crianças que frequentam o ATL também este registou um aumento significativo pelo que, compreende a preocupação mencionada na intervenção realizada, verificando-se necessidade de acréscimo de pessoal não docente. -----

Acrescentou ainda que perante a missiva que a Câmara dirigiu ao Ministério da Educação, eles quase sempre se refutam a contratualizar para além do rácio, sendo que o Município no seu organograma tem a sua estrutura de recursos humanos nesta valência para além dos rácios, pois caso contrário estaríamos em maus lençóis. Referiu também o esforço coletivo de toda a equipa da educação, que tem sido incansável na supressão das dificuldades que aparecem no terreno momentaneamente. -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 22 de 75

Aproveitou o ensejo para informar que relativamente aos investimentos na rede escolar, os mesmos não foram descurados, tendo o Município, remetido à CCDRC e à Comunidade Intermunicipal, em 08 de junho, um conjunto de investimentos a realizar em diversas escolas, de modo a adaptar as mesmas a este contexto de escola a tempo inteiro, num montante total de um milhão e oitocentos mil euros. -----

Seguidamente foi concedida a palavra à senhora Diana Felgueiras, residente no Reguengo do Fetal, cuja intervenção incidiu sobre o pavilhão da Magueixa: -----

Intervenção da senhora Diana Felgueiras: -----

"Muito boa noite a todos. Antes demais pela pessoa do senhor Presidente da Assembleia dirijo um cumprimento à mesa da Assembleia, ao Presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, deputados municipais, Presidentes de Junta de Freguesia e também ao público aqui presente e também através das plataformas digitais. -----

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao senhor Presidente da Câmara Municipal a resposta escrita que deu às questões que eu deixei aqui na última Assembleia relativamente às pedreiras na freguesia do Reguengo do Fetal. Não posso é deixar de lamentar o conteúdo da resposta que me foi dada, que foi vaga e muito pouco esclarecedora, e ainda mais lamento não ter tempo de partilhar aqui convosco nesta minha intervenção, as respostas que recebi. -----

Mas adiante. -----

O tema que me traz aqui hoje é um tema que tem ficado no fundo da lista dos projetos municipais, e que até à data não se vê quaisquer perspetivas de vir a ser desenvolvido. E então estamos aqui a falar do Pavilhão da Magueixa, também conhecido como o Pavilhão da Torre que é uma iniciativa do Centro Recreativo e Desportivo da Torre e cujo projeto de construção foi objeto de um protocolo com a Câmara Municipal e com a Junta de Freguesia em 2021, ao qual ainda não foi dado seguimento. ----

E por isso, acho que é muito importante recordarmos aqui algumas questões que são as seguintes: ----

- Em 08 de fevereiro de 2021 a outorga deste protocolo foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara; -----

- Em 25 de fevereiro foi aprovada por unanimidade em Assembleia Municipal, criando-se de imediato, uma rubrica no orçamento para o projeto de execução; -----

- A 23 de maio aprovada por unanimidade na Assembleia do Centro Recreativo da Torre; -----

- Em 16 de junho, aprovada também, por unanimidade na Assembleia de Freguesia do Reguengo do Fetal; -----

- A 15 de agosto de 2021 é então assinado o protocolo entre estas três entidades; -----

- Em 22 de setembro, véspera das eleições, o Movimento dirigiu um esclarecimento público à população da Torre, no qual refere claramente que é falso ser contra a construção do pavilhão, e que é a favor de todas as iniciativas que visam melhorar a qualidade de vida dos Batalhenses; -----

- Posteriormente, na Assembleia Municipal de dezembro de 2021, quando questionado sobre este tema, o senhor Presidente da Câmara diz exatamente isto «perante a quantidade de jovens



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 23 de 75

existentes a praticar desporto, há falta de equipamentos, espaços desportivos no concelho, e não estamos a fugir de coisa nenhuma, porque também não prometemos coisa alguma».-----

Certo é que foi também em 2021 que o Centro da Torre assegurou a aprovação dos projetos de arquitetura, e de especialidades, que seriam necessários para dar seguimento ao protocolo, num investimento que já ascende na presente data um valor superior a trinta mil euros, cumprindo assim com as obrigações que lhe competiam no âmbito do protocolo. As únicas entidades que ainda não cumpriram com a sua parte foi a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia do Reguengo do Fetal. Aliás, os únicos indícios que existem é que não há qualquer intenção de cumprirem com o protocolo. Já começámos 2021 com uma rubrica inserida no orçamento municipal no valor de vinte e cinco mil euros, que em 2022 no orçamento já aprovado por este executivo é reduzida para quinhentos euros, e na proposta de orçamento que será votada daqui a pouco para 2023, simplesmente desaparece.-----

Mas, meus senhores, não nos podemos esquecer que são raras as vezes que qualquer ideia ou projeto reúne tamanho consenso e unanimidade entre todas as entidades. Estou certa que uma boa parte de vocês aqui presentes votaram a favor deste protocolo em mandato anterior, e por isso, ainda menos se compreende como é que é possível assistirem aqui impávidos e serenos a uma desresponsabilização no cumprimento dos compromissos já assumidos. Temos inclusive o senhor Presidente de Junta de Freguesia do Reguengo, também ele com assento nesta Assembleia, que já reiterou por diversas vezes na Assembleia de Freguesia que a Junta está disponível para cumprir o protocolo na parte a que lhe diz respeito.-----

E por isso, para terminar, deixo simplesmente as seguintes questões: - a Câmara Municipal irá ou não cumprir com o protocolo e executar o projeto nele proposto, em caso negativo quais os procedimentos previstos pelo Município para fazer cessar o protocolo e se haverá lugar ao não ao reembolso do investimento já feito pelo Centro da Torre para os projetos, e por último, qual tem sido também a posição assumida pela Junta de Freguesia do Reguengo junto do Município relativamente a esta matéria, e as diligências tomadas por esta, para promover o cumprimento do protocolo? Obrigada a todos. Boas festas e resto de boa noite.”-----

Finda a intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** tendo este referido que o Pavilhão da Torre parece ser uma novela e que muita gente não quer perceber o motivo pelo qual o Município não assume este apoio. Acrescentou de seguida que, inicialmente, quando tomou conhecimento do mesmo a Câmara daria um pequeno apoio, sendo da responsabilidade da Associação o financiamento para a concretização do projeto, posteriormente transmitiu-se a ideia de que o Município iria assumir este investimento de construção de mais um pavilhão para o concelho, e andamos sempre neste jogo. Disse também que *nós tivemos o cuidado de assumir depois de analisarmos que o lugar da Torre, infelizmente, a própria freguesia em si para ser mais abrangente, não tem crianças que justifiquem haver um pavilhão. Lembrando de seguida que se estão tão preocupados com um pavilhão, têm um pavilhão que está em funcionamento a um quilómetro de distância, que não é utilizado devidamente, indo para lá equipas de outras freguesias treinar.* Referiu também, que a construção de um pavilhão deverá olhar para outros fatores tais



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 24 de 75

como, finalidade da sua construção e possíveis utilizadores do mesmo, pelo que apesar de ser legítimo os locais aspirarem a uma construção desta especificidade, neste momento a mesma não se reveste de caráter prioritário para o Executivo, pelo que esta posição irá ser mantida, uma vez que existem outras necessidades a esse nível, passando o objetivo por realizar infraestruturas que sirvam para o concelho dada a escassez de verbas neste domínio. -----

Seguidamente perguntou, em tese, se alguém justifica um pavilhão quando há quinze crianças no lugar da Torre. Afinal o pavilhão é para quem? Para os de fora? Então a um quilómetro está um que o Município apoiou e vai utilizando horas para atribuir a Associações do concelho. Infelizmente não há espaço para todos. Eu assumo aqui que não é prioritária a construção do pavilhão da Torre, e não estamos aqui para agradar a A ou B, e não é unânime e pelo menos a maioria gostaria de ter lá outras coisas. Vamos tentar ver o que é possível fazer em benefício daquele lugar que também tem direito a ter outra qualidade de vida. Agora, gastar dinheiro num pavilhão na Torre, não é o valor que andam a estimar dos setecentos mil euros, basta ver os paredões que têm que construir em betão para evitar surpresas no futuro, e depois começam a partir daí a fazer as contas para ver quanto é que é preciso para fazer ali um pavilhão. Na nossa ótica há outras opções, até pela massa crítica que temos, e não estamos a puxar só para a sede do concelho, onde efetivamente tem massa crítica mais do que suficiente, e há falta de espaços para as equipas que existem em diversas modalidades poderem trabalhar devidamente, e portanto, isto para nós, neste momento, é um não problema. Se aparecer outra solução que minimize os efeitos sobre os fundos públicos, seguramente que, também estaremos cá para ajudar. Agora não nos peçam uma coisa que neste momento não é prioritário e que não tem utilização devida. Um pavilhão não é uma brincadeira qualquer, não é um capricho para ter alguma coisa para brincar de vez em quando, não é assim que as coisas se fazem. E nós temos conhecimento que o pavilhão da Casa do Povo poderia ser aproveitado para algumas atividades, e também não o é, porque não há gente nova para trabalhar, não há gente nova a aparecer. E, portanto, estamos aqui enredados numa teia, e é preciso libertar esse espartilho. Sim a investimentos que tenham justificação e onde pondera o bom senso, e não a esbanjar recursos. É tão simples quanto isto. -----

Seguidamente foi concedida a palavra ao senhor Gabriel Silva, residente na Golpilheira, cuja intervenção incidiu sobre o transbordo recorrente da caixa de esgoto e conduta da SIMLIS em Vale do Lena, Golpilheira:-----

Intervenção do senhor Gabriel Silva:-----

"Ora então muito boa noite a todos. -----

Era apenas para questionar o Executivo se tem conhecimento – certamente já tem conhecimento – ou se tem alguma solução prevista para o transbordo do esgoto principal do emissário da SIMLIS, que recorrentemente, e não foi só agora nestas últimas cheias que transbordou, mas sempre que chove um bocadinho as caixas de visita não aguentam e abrem e transbordam. E era apenas essa situação, para saber se têm alguma solução prevista para isso. Obrigado."-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 25 de 75

Finda a intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor **Vice-Presidente, Carlos Monteiro**, a pedido do senhor Presidente tendo este explicado que este é um problema muito antigo no emissário E8 da Águas do Centro Litoral, entidade essa que tem uma política anual de estanquização das tampas. Mais disse que a situação já foi reportada à entidade e solicitada a devida intervenção de modo a evitar-se o transbordo das águas pluviais.-----
Terminadas as inscrições do público, o senhor Presidente da Assembleia deu por terminado este período.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Passou-se, de seguida, à análise dos pontos abaixo designados, constantes da Ordem de Trabalhos:---

Ponto 1 - Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;-----

Ponto 2 - Apreciar e deliberar sobre a Revisão nº 1 /2022 do mapa de Pessoal nos termos do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro em conjugação com o disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 25º do citado diploma na sua redação atual;-----

Ponto 3 – Apreciar e deliberar sobre a alteração da denominação da Associação a constituir de CER Batalha para ACERBATALHA, nos termos do disposto no artigo nº 56º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto em articulação com o estatuído na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual;-----

Ponto 4 – Apreciar e deliberar sobre os Serviços de abastecimento público de água do Concelho da Batalha – Constituição da Empresa Municipal “Águas da Batalha, E.M., S.A.” - Decisão final após parecer da ERSAR, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, em conjugação com o disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, para posterior fiscalização prévia do Tribunal de Contas e remessa da versão final à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR);-----

Ponto 5 - Apreciar e deliberar sobre a reorganização interna de serviços, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, conjugado com a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e o disposto na alínea ccc), n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação – Proposta de alteração ao Regulamento Interno dos Serviços e Organograma;-----

Ponto 6 – Apreciar e deliberar sobre o Orçamento 2023 e Grandes Opções do Plano 2023-2027, nos termos das disposições legais conjugadas no n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (na sua atual redação); alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na sua atual redação), e do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro que aprovou o

[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 26 de 75

Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), onde se inclui a aprovação de: -----

- I. Assunção de compromissos plurianuais (até 100.000 euros), para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 08/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; -----
- II. Mapa do Pessoal para 2023, para os efeitos previstos na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; -----
- III. Autorização para a inscrição de rubricas de receita cuja necessidade de cobrança ocorra durante a execução, desde que exista rubrica no classificador orçamental para a mesma e não se pretenda aumentar o valor global do orçamento, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Ponto 7 – Apreciar e deliberar sobre a retificação da área de cedência para domínio público, localizada no Canto do Areeiro, sito em Jardoeira, freguesia da Batalha, ao abrigo do disposto na alínea q) do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro – retificação da deliberação tomada na Assembleia Municipal de 25/02/2022; -----

Ponto 8 - Apreciar e deliberar sobre a atualização do valor da quota anual do Município da Batalha enquanto associado da ENERDURA, nos termos das disposições legais conjugadas na alínea n) do nº 1 do artigo 25º e alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, alínea b) do nº 1 do artigo 54º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro e artigos 51º e seguintes da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto; -

Ponto 9 - Apreciar e deliberar sobre a proposta de alteração ao Regulamento Interno do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha (publicado na 2ª série do DR nº 81 de 24-04-2012 na redação dada pelo aviso nº 11266/2012 publicado na 2ª série do DR nº 163 de 23 de agosto de 2012), nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alíneas k) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; -----

Ponto 10 – Tomar conhecimento do Seguro de Acidentes Pessoais para Autarcas. -----

----- **Ponto 1** -----

Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual -----

A pedido do senhor **Presidente da Assembleia** usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** referindo que em virtude de ter sido disponibilizada atempadamente esta informação se encontra, disponível para prestar os esclarecimentos que os senhores deputados entenderem. -----

Interveio a senhora deputada **Elodie Zeferino** congratulando a continuidade da estabilidade financeira das contas do Município, que tem em caixa cerca de 2,7 milhões de euros, devendo a



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Pág. 27 de 75

fornecedores cerca de seiscentos mil euros, o prazo médio de pagamento mantém-se baixo, na casa dos quarenta dias; o fundo disponível para assumir compromissos é cerca de quatrocentos mil euros, tudo em linha com o que foi a gestão dos últimos anos desta Câmara. Apresentando de seguida uma preocupação; *“uma vez que há um ano atrás, precisamente, o senhor Vice-Presidente apresentou nesta Assembleia as contas que tinha herdado do anterior Executivo dizia; e vou passar a ler a ata de 20 de dezembro «O senhor Vice-Presidente, Carlos Monteiro, no uso da palavra, informou os presentes que “o orçamento para o ano de 2021 foi projetado com 19,2 milhões de euros de receita e consequentemente de despesa, sendo que à data de 30/11/2021 a execução da receita era de cerca de 12,8 milhões de euros o que significa que o grau de execução orçamental se situa em 66,72 %, pelo que será necessário adotar um mecanismo de alerta precoce de desvios, uma vez que a lei determina que os orçamentos não passam ter um nível de execução de receita inferior a 85 %. Situação esta que, em dois anos consecutivos, leva a que o orçamento esteja sob escrutínio das entidades oficiais DGAL, IGEFE e Tribunal de Contas, até que o município consiga adequar o orçamento à intrínseca capacidade de gerar receita.».* Posto isto, verifica que nos mapas apresentados hoje, a taxa de execução da receita a 31/12/2022 é de 66,57 %, ou seja, idêntica à registada há um ano atrás, pelo que questiona qual a taxa de execução da receita que se espera atingir a 31/12. Questionou ainda se o senhor Vice-Presidente já não se encontrava preocupado com o escrutínio das entidades oficiais, nomeadamente da DGAL, do IGEFE e do Tribunal de Contas, de acordo com o artigo 56.º - alerta precoce de desvios da Lei das Finanças Locais, e se foi só no ano anterior que estava alarmado. Referiu de seguida que os anos anteriores, nomeadamente 2020 e 2021 foram anos de gestão em plena crise pandémica, com alguma condescendência institucional, mas agora em 2022, não lhe parece que não hajam condições para se puder executar sem restrições. -----

Após agradecer a intervenção da senhora deputada, o senhor **Presidente da Assembleia**, concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que solicitou autorização para que o senhor Vice-Presidente Carlos Monteiro interviesse relativamente a este ponto. -----

Posto isto, usou da palavra o senhor Vice-Presidente **Carlos Monteiro** mencionando que aproveitou para referir que não deixa de estar preocupado, afirmando que caso contrário seria irresponsável, coisa que não é. Afirmou que estava preocupado, o mecanismo de alerta precoce mantém-se, pois não será possível atingir os oitenta e cinco por cento estipulados, apesar de se ter registado uma melhoria de dois a três por cento face ao período anterior, no entanto, referiu que *estamos a tentar fazer tudo para que possamos vir a atingir, e retirarmo-nos desse mecanismo precoce, porque obviamente, como sabem, esta receita projetada muito por força também dos fundos comunitários, que têm que ser diferidos no tempo, também isso, origina de alguma forma esta dificuldade em atingirmos este rácio.* Terminou esta sua intervenção afirmando que obviamente a preocupação existe e tudo faremos para controlar todo o processo de execução orçamental. -----

Interveio o senhor deputado **Ricardo Vala** para felicitar o executivo pelo documento apresentado, que esclarece muitos assuntos relacionados com a atividade deste, no nosso concelho. No entanto, mostrou a sua preocupação por nele não constar nenhuma informação relacionada com a creche,



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 28 de 75

não entendendo o motivo uma vez que se trata de uma infraestrutura prioritária para o concelho, pelo que, por certo, acredita que esta inexistência seja um lapso. Acrescentou de seguida, que a Iniciativa Liberal esteve reunida com o Dr. Carlos Agostinho, tendo este prestado esclarecimentos relativamente à situação da creche. No entanto, os munícipes da Batalha merecem saber o que se passa, visto que não aparece em lado nenhum uma explicação relativamente ao facto da obra estar parada. -----

A pedido do senhor **Presidente da Assembleia**, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo que a situação da creche se prende, neste momento e há alguns meses a esta parte, com a candidatura realizada no âmbito do PRR, isto porque aquando da realização desta candidatura não estava previsto haver alguma atenção com a eficiência energética, no entanto, posteriormente, esta situação tornou-se obrigatória para efeitos de candidatura, pelo que houve necessidade de se avançar com um projeto de eficiência energética do edifício, sendo que mediante o projeto foi realizada uma consulta à empresa que se encontrava em obra, tendo esta apresentado um orçamento extremamente elevado, em virtude de pretenderem cobrar nesta intervenção, mais um valor quase equivalente aquilo que tinham considerado no projeto inicial para o custo do estaleiro, pelo que em virtude do estaleiro já se encontrar no local, a Câmara não concordou com o valor, tendo exposto a situação ao empreiteiro que por sua vez também não estava de acordo. Face ao exposto, a Câmara tomou a decisão de realizar uma consulta aberta para verificar quem estaria interessado em realizar a intervenção referente à eficiência energética, à qual concorreu uma entidade a quem se entregou a obra. Mais disse, que neste momento, se encontra em fase de discussão entre a anterior empresa que está disponível para ceder todo o tipo de construção ali feito, querendo ser ressarcida de alguns materiais que terá adquirido, motivo pelo qual, foram solicitadas por parte da Câmara as faturas referentes à aquisição destes materiais por forma a ser verificada a data da sua aquisição, bem como a correspondência dos mesmos face aos valores em análise, pelo que continuamos no mesmo diálogo quase de surdos, em relação ao custo que pretendem imputar. Mais disse que esta situação está a ser conjugada com os consultores jurídicos de ambas as partes, de modo a ser possível chegar-se rapidamente a um acordo para ser possível terminar a obra. -----
Relembrou, de seguida, que o atraso da obra nada tem a ver com o facto da candidatura ter sido reprovada, como já ouviu dizer, pelo que é necessário questionar para se ter um conhecimento das situações. Explicou depois que quando a candidatura foi apresentada, não estava otimizada a parcela de terreno onde se encontra a ser construída a creche, motivo pelo qual a candidatura foi reprovada. Disse também que a Câmara se encontra a aguardar as possibilidades inerentes ao PT2030, quanto a estas tipologias, uma vez que o novo programa que saiu do PRR para as creches reduziu em cerca de um terço o valor de comparticipação por utente, motivo pelo qual muitos não irão concorrer ao PRR e aguardarão pelo PT2030, no qual se presume que possa vir a ter uma comparticipação de oitenta e cinco por cento. -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 29 de 75

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação escrita prestada pelo Senhor Presidente da Câmara e remetida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, com vista à apreciação por este órgão da atividade municipal desenvolvida pelo Executivo à data de dezembro de 2022, bem como da situação financeira do Município reportada com base nos valores indicativos relativos ao período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de outubro de 2022, cuja leitura foi dispensada, atendendo a que previamente foi enviada uma cópia a todos os membros desta Assembleia. -----

**

O senhor deputado Carlos Santos, ausentou-se desta reunião, pelas 22h43, devidamente autorizado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, e quando se estava a apresentar o ponto 1 da ordem de trabalhos. -----

**

-----Ponto 2-----

Apreciar e deliberar sobre a Revisão n.º 1 /2022 do mapa de Pessoal nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro em conjugação com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25º do citado diploma na sua redação atual -----

MGD n.º 704, de 25/10/2022 -----

A pedido do senhor Presidente da Assembleia, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** que solicitou autorização para o senhor Vice-Presidente intervir sobre este ponto. -----

Assim, no uso da palavra o senhor Vice-Presidente, **Carlos Monteiro** informou já se ter adiantado sobre esta matéria que diz respeito a uma revisão, votada por unanimidade no Executivo, com o objetivo de aumentar a dotação do mapa de pessoal referente ao ano de 2022, para acolher trabalhadores para a área educativa, mais precisamente nove postos de trabalho, designadamente quatro assistentes operacionais para crianças com necessidades educativas especiais e cinco assistentes operacionais para as restantes necessidades. Referiu ainda que esta revisão visa ainda a reposição para um assistente operacional – motorista, bem como o recurso a mobilidade para integração de postos de trabalho no Museu e Turismo. -----

Discussão e deliberação sobre a proposta de revisão do Mapa de Pessoal n.º 1/2022. -----

Após prévio esclarecimento prestado pelo senhor Vice-Presidente da Câmara, da necessidade e dos objetivos que se pretendem alcançar com esta proposta de revisão ao Mapa de Pessoal para o ano de 2022 – Revisão n.º 1/2022, previamente aprovada pelo Executivo Municipal em reunião de 31 de outubro de 2022, através da deliberação n.º 2022/0475/G.A.V., foi o ponto posto a discussão da Assembleia Municipal. -----

(...)

Findo o período de discussão, foi o ponto posto à votação da Assembleia Municipal, tendo sido deliberado, por maioria, aprovar a proposta de Revisão do Mapa de Pessoal n.º 01/2022, nos

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 30 de 75

termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, de acordo com os considerandos enunciados na deliberação n.º 2022/0475/G.A.V..-----

Absteve-se o senhor deputado municipal do CDS/PP, Francisco Coutinho.-----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.-----

----- ** -----

Ponto 3-----

Apreciar e deliberar sobre a alteração da denominação da Associação a constituir de CER Batalha para ACERBATALHA, nos termos do disposto no artigo 56.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, em articulação com o estatuído na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação-----

MGD n.º 101, de 09/11/2022-----

A pedido do senhor **Presidente da Assembleia**, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** que solicitou autorização para o senhor Vice-Presidente intervir sobre este ponto.-----

Neste sentido usou da palavra o senhor Vice-Presidente Carlos Monteiro para esclarecer que após apreciação nesta Assembleia da Comunidade de Energia Renovável, aquando do registo desta no Registo Nacional de Pessoas Coletivas, a denominação inicialmente prevista não foi aceite, pelo que se pretende com este ato alterar a designação da comunidade de CER Batalha para ACERBATALHA – Comunidade de Energia Renovável da Batalha.-----

Usou da palavra o senhor deputado **Alfredo Matos** mencionando que *"gostaria relativamente a este assunto começar por um esclarecimento de interesse pessoal. O senhor Vice-Presidente, Carlos Agostinho, na sessão passada na Golpilheira, fez referência a que eu podia ter interesses paralelos ou semelhantes aos da Comunidade de Energia Renováveis. E, mais tarde, comentou ou insinuou, que eu realmente estaria contra a criação desta Comunidade porque ela iria concorrer com interesses meus, na mesma área. Portanto, eu tenho obrigação, e sinto obrigação, e aproveito agora para o fazer, de esclarecer toda a gente de que realmente, eu não tenho interesse nenhum concorrente com a Comunidade de Energias Renováveis, não tenho painéis fotovoltaicos nenhuns, nem na empresa, nem em casa, nem em lado nenhum. Eu sou sim proprietário de uma empresa, e em nome individual, de terrenos que arrendei para que aí fossem instalados painéis fotovoltaicos, nomeadamente um parque no Juncal e, outro, nas Pedreiras. Eu não tenho rigorosamente nada a ver com a exploração dessa energia fotovoltaica. É uma empresa muito grande, é uma multinacional que vai tratar desse assunto, e com certeza, não estarão preocupados com a concorrência da ACERBATALHA, mas eu gostaria de deixar realmente, bem esclarecido que eu não exploro painéis fotovoltaicos, não tenho nada a ver com isso, não sou concorrente da ACER. Poderia ser sim associado se visse interesse nisso, e se abrangesse alguma das minhas empresas.*-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 31 de 75

Agora voltando ao assunto, para nós é indiferente se se chama CERBATALHA, ACERBATALHA, isso não tem qualquer relevância para nós. As nossas dúvidas estão no modelo de negócio proposto, porque revelam um desconhecimento evidente das matérias em causa. Cada vez que ouço falar sobre este assunto, aos responsáveis da ACERBATALHA, mais dúvidas se levantam. Estão em causa muitos assuntos que, realmente não dominam, e vê-se que há um desnorte de ideias. Nós já chamamos a atenção para isso no passado, antes era a ACER que iria fazer o investimento nos painéis, que depois iria faturar a energia produzida aos donos das instalações onde ela era produzida. Agora atualmente penso que a versão já é outra, e a ideia acho que já é outra, acho que é cada um a colocar os seus painéis e a produzir energia. Não sei se o consumo faturad pela ACER, se é diretamente produzida/consumida por ele, e se vai ceder só á ACER os excedentes que não precisa. Portanto, como se vê, os próprios organizadores disto ainda não sabem bem o que é que querem fazer, e isso a nós levantamos sérias dúvidas, e vemos que há aqui um sério risco de isto correr mal, e quem é que ficará mais mal visto no meio disto tudo se alguma coisa correr mal é a Câmara Municipal, porque a Câmara Municipal não pode brincar com coisas destas. Portanto, há empresas que não se importam de correr riscos e que vão a todas, e que vão a tudo e qualquer coisa lhes serve desde que haja um subsídio ou qualquer coisa mais barato. Agora, o município não se pode dar a esse luxo, porque está em causa a imagem de todos nós. Mantendo o princípio das sessões anteriores sobre este assunto, nós vamos voltar a votar pela abstenção.”

Retomou a palavra o senhor Vice-Presidente **Carlos Monteiro** para dizer ao senhor deputado Alfredo que “eu jamais diria que o senhor tinha um interesse particular, e que de alguma forma isto fosse colidir com esse interesse. Na altura, vou contextualizar quando me referi a essa situação, o senhor Alfredo terá dito que ficava a cerca de 2,6 km da futura Comunidade de Energia Renovável, e por esse motivo, não podia beneficiar de qualquer ligação na qualidade de produtor, uma vez que estava a instalar esses painéis. Conheço-o, sei que não vai misturar uma coisa com outra, portanto é um interesse pessoal que não tem nada a ver coma ACERBATALHA. Na altura, quando conversamos sobre este assunto na ordem de trabalhos da Assembleia, na contextualização e na fundamentação dos vossos argumentos, e para responder à sua interpelação, estavam em causa os 2,6 km, porque a Comunidade de Energia Renovável, vai estar contida nesta primeira fase num anel de 2 km, até 1 megwatt de produção de energia, e, portanto, foi nesse contexto de licenciamento que nós enquadrámos a nossa resposta.

Agora, relativamente às dúvidas, não sei se não teve possibilidade, penso que não esteve presente numa iniciativa para implementação de medidas de autoconsumo coletivo em Comunidades de Energia Renováveis, que conseguimos juntar nesta sala, as entidades responsáveis não só pelo licenciamento, mas pela condução do todo o plano nacional da criação das Comunidades de Energia Renovável. Nesta sala estiveram cerca de 90 pessoas, e tiveram mais de 180 pessoas a assistir on-line, à sessão de esclarecimentos e de constituição desta Comunidade de Energia Renovável, na qual conseguimos congrega, o senhor diretor geral da DGEG, que é a entidade licenciadora, a ADENE e o senhor Secretário de Estado. E, nesse contexto, enquadrámos projetos demonstrativos do que os



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 32 de 75

Municípios estão a fazer. O senhor Secretário de Estado teve a oportunidade de nos transmitir, assim como, o Presidente da DGEG, que estavam mais do que 70 pedidos, inclusive integrando Municípios do país. Não, não estamos no desnorte, nós estamos convictos de que este processo pode ter resultados muito positivos, não só para as empresas da economia local, mas também futuramente para os particulares. Não é irrigado por uma filosofia de uma entidade privada em regime de concessão; não é, nas quais elas participam com investimento, mas têm que ter um fim para corresponder a esse investimento e gerar retorno. É sim, uma comunidade que produz e consome. Consome o excedente que se produz dentro da comunidade, e quanto maior for a comunidade, maior benefício todos os participantes terão. Eu relembro que, nesse projeto, tivemos aqui Câmaras Municipais de Cascais, de Évora, tivemos CIM'S, todas elas com uma intenção clara de envolver, não só empresas, como o Município se envolve no processo, e obviamente tivemos a discutir modelos de gestão. E os modelos de gestão não são todos iguais nos casos em que nos foram apresentados. Temos soluções diferentes, há umas que se interligam com um grupo mais restrito de entidades, que têm de alguma forma maior capacidade no terreno para produzirem energia, para depois distribuírem, e há outras que têm num processo mais alargado, que envolvem até bairros residências. E, portanto, todo este processo de constituição das Comunidades de Energia Renovável é um processo evolutivo, que está a acontecer a nível nacional, e que está a evoluir, inclusive levou a que a ADENE elaborasse um documento de como é que o modelo se pode equacionar, e, nós efetivamente olhando para o nosso modelo consideraram que era um bom caminho. Se é o melhor? Obviamente, todos nós estamos a embarcar num projeto piloto, um projeto que a nível nacional é dos primeiros, e, portanto, daí o caráter inovador, mas acreditamos que vamos ser bem-sucedidos. Obviamente, não fizemos isto de uma forma pouco profissional, como devem entender, nós tivemos o apoio de gente credenciada na área, que está emergida no seio de entidades oficiais a nível nacional que discutem este problema de forma séria. Fizemos um trabalho de 6 meses exaustivo com as empresas locais no sentido de fazer um levantamento e o balanceamento energético dessas empresas. Primeiro conhecemos o tecido empresarial no raio de 2 Km, para perceber efetivamente qual era a capacidade produtiva em regime de energia renovável através de painéis fotovoltaicos. Também dissemos, efetivamente tem razão, que houve uma altura em que nós dissemos assim vamos candidatar a entidade, nós podemos candidatar as entidades que aderem ao projeto, mas também dissemos que temos de ir ao encontro dos avisos que vão sendo abertos para propiciar esse próprio investimento. E o aviso que neste momento está aberto, para propiciar investimentos neste momento é dirigido às próprias comunidades, e é nesse sentido que vamos aproveitar o terreno lá em cima naquela zona do parque de estacionamento na zona industrial do parque industrial da Jardoeira. E, portanto, é um processo evolutivo, jamais quis envolver, relacionar essa sua situação com a comunidade, foi contextualizada numa situação.... Era o afastamento da área de intervenção da ACER, porque você disse na altura que estava a 2,6 km. E disse-lhe também que o anel iria crescer e o licenciamento iria ser propiciado até aos 4 Km na fase seguinte. Todas as operadoras podem participar no processo. Quero dizer-lhe que 35 entidades do nosso concelho acreditam no projeto, muitas empresas já



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 33 de 75

dispõem de capacidade de geração de energia através de painéis fotovoltaicos em grande excedente, e elas estão no processo, e ao poderem disponibilizar para os outros vão ser ressarcidos dentro do contexto da comunidade de energia renovável. E portanto, temos documentos técnicos que comprovam que esta é uma solução muito aliciante para diminuir os custos de estrutura das empresas do nosso concelho, inclusive a fatura dos nossos Municípios. -----

Retomou a palavra o senhor deputado **Alfredo Matos** para informar que, de facto não, esteve nessa reunião, o que lamenta. No entanto, o que lhe levanta algumas dúvidas, é o aproveitamento político que se possa fazer de uma coisa destas. Mais disse acreditar nas boas intenções, mas quando lê no dia seguinte, no Região de Leiria, na primeira página, que o Município da Batalha vai fornecer energia a toda a população, “só podem estar a brincar e a gozar connosco, não é. Porque realmente é impossível que o parque que possa vir a ser criado pela ACER ter capacidade para fornecer sequer à vila da Batalha, ou sequer até à Jardoeira. A título de esclarecimento, o parque que a empresa a quem nós alugamos os terrenos, vai fazer no Juncal e nas Pedreiras uma quantidade de 150 mil painéis, o que requer, mais ou menos, só para por os painéis 300 mil metros de terreno, o que implica cerca de 50 hectares de terreno para fazer aquilo. E segundo o estudo deles aquilo daria para fornecer energia elétrica a uma comunidade entre 5 a 6 mil pessoas. Portanto, quando meia dúzia de painéis que a ACERBATALHA possa por num parque de estacionamento lá em cima, dá origem a uma notícia no jornal de que vão fornecer energia quase de borla a toda a população... Quer dizer, é um aproveitamento que não pode passar despercebido, senhor Vice-Presidente.” -----

Usou, novamente da palavra o senhor Vice-Presidente, **Carlos Monteiro** para solicitar ao senhor deputado Alfredo Matos um extrato do jornal onde consta essa frase assim taxativamente, pois “isso não é verdade, nem podia ser verdade. O Município da Batalha não pode fornecer a todos os habitantes do concelho energia renovável, isso não está escrito em lado nenhum. Jamais afirmaria uma coisa dessas. Eu tento ser correto sob o ponto de vista técnico, tento de alguma forma medir as minhas palavras. Jamais incorreria num erro desses, dessa natureza. Portanto agradeço que me envie pessoalmente, não é necessário para outras pessoas, esse extrato do artigo onde eu menciono isso, ou já alguma vez mencionei. Segunda questão, então o projeto não é só energia através de painéis fotovoltaicos, não sei se reparou, não só estatutariamente como no plano de ação previsto para a ACER, quais são as fontes de energia que vão ser tidas em conta neste plano. É a energia dos painéis fotovoltaicos, a energia da eólicas – já andamos neste processo de captação junto com as entidades para de alguma forma contratualizar, e depois é o acesso que estas comunidades de energia renovável tem, para nós podermos no futuro ir ao mercado grossista como outro operador. Portanto, é da conjugação de um mix de captação de fontes de energia renovável de que nós estamos a falar no processo de captação global que é exponencial e cresce. Aquilo que se disse nas notícias é a possibilidade de se estender a todo o concelho, não é o Município fornecer para todos os municípios como estava aqui a dizer, é a possibilidade de fornecer a todo o concelho.” -----

Interveio a senhora deputada **Elodie Zeferido**, referindo que este é um artigo exclusivo que se encontra no Região de Leiria, no entanto, e uma vez que não é assinante não consegue ter acesso a



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 34 de 75

todo o conteúdo do artigo, mas efetivamente o título diz «Batalha quer produzir e fornecer eletricidade a toda a população».-----

Retomou a palavra o senhor **Vice-Presidente Carlos Monteiro**, para referir que *“isso é uma afirmação de jornalista, não é uma frase minha nem do Executivo. Eu peço desculpa, isso é contextualizada numa peça jornalística feita a partir de uma conferência aqui dentro. Não coloquem na nossa boca palavras que nós nunca dissemos.”* -----

Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** dizendo que o assunto se encontra esclarecido, considerando que ninguém é responsável pelo que o jornalista escreve. Seguidamente questionou se havia mais alguma intervenção relativamente a este ponto, passando de imediato à sua votação, votação esse que incide sobre a alteração da denominação da Associação, tendo, no entanto, a discussão, seguido outros rumos. Seguidamente, e com o intuito pedagógico, recomendou a leitura de um artigo que saiu na última edição do jornal O Expresso alusivo a esta temática.-----

Após os devidos esclarecimentos prestados pelo senhor Vice-Presidente da Câmara relativamente à necessidade de se proceder à alteração da denominação da Associação a constituir de CER Batalha para ACERBATALHA, previamente aprovada em reunião de executivo municipal de 14 de novembro de 2022, sob a deliberação n.º 2022/0496/G.A.V., cujos fundamentos aqui se dão por integralmente reproduzidos foi o ponto posto a discussão da Assembleia Municipal.-----

(...)

Findo o período de discussão, foi o ponto posto a votação da Assembleia Municipal, tendo sido deliberado, por maioria, com 16 (dezassex) votos a favor e 8 (oito) abstenções, aprovar, atento o exposto no artigo 56.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, em articulação o estatuído na alínea ccc), n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambos os diplomas na sua atual redação: -----

- i) A participação do Município da Batalha, como membro-fundador, na ACERBATALHA - Associação da Comunidade de Energia Renovável, nos termos da minuta dos Estatutos que se anexa, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos; -----
- ii) Uma entrada de 1.000,00 € para o património associativo nominal daquela Associação (entrada inicial exigida nos termos do disposto no número 3, do artigo 4.º daqueles Estatutos);-----
- iii) A concessão de apoio técnico à submissão de candidatura ao Aviso Investimento TC-C13-i03 – Eficiência Energética em Edifícios de Serviços no Apoio à concretização de Comunidades de Energia Renovável e Autoconsumo Coletivo, no âmbito do PRR; -----
- iv) A disponibilização espaço físico em edifício municipal para a instalação da sede da CER BATALHA e eventual incubação do projeto durante um período de pelo menos 2 anos;-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 35 de 75

- v) **A concessão de apoio para a fase de arranque do projeto, mediante a disponibilização de um técnico especialista neste domínio de intervenção e apoio na organização administrativa da ACERBATALHA.** -----

Abstiveram-se os senhores deputados municipais Alfredo Matos, Hugo Vicente, Nuno Silva, Fernando Marques, Elodie Zeferino, Vítor Correia e Marco Vieira, do PPD/PSD, bem como, o senhor deputado municipal Francisco Coutinho do CDS/PP. -----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.-----

----- ** -----

----- **Ponto 4** -----

Apreciar e deliberar sobre os Serviços de abastecimento público de água do Concelho da Batalha – Constituição da Empresa Municipal “Águas da Batalha, E.M., S.A.” - Decisão final após parecer da ERSAR, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, em conjugação com o disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, para posterior fiscalização prévia do Tribunal de Contas e remessa da versão final à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) -----
MGD n.º 770 de 16/11/2022-----

A pedido do senhor Presidente da Assembleia, usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara, em virtude do senhor Presidente da Câmara se ter ausentado temporariamente da sala. O senhor Vice-Presidente, **Carlos Monteiro**, iniciou a sua intervenção informando os presentes que foi necessário submeter a proposta de constituição da solução do modelo de gestão para futuro abastecimento público da água do concelho da Batalha à entidade Reguladora, que há semelhança do procedimento adotado anteriormente, se pronunciou a cerca da proposta apresentada. Neste sentido, produziu um conjunto de recomendações, exteriorizadas num documento remetido à Câmara, sendo que, nelas constava a necessidade de suprimir duas situações obrigatoriamente, uma relacionada com o inventário e o cadastro de todos os bens revertidos pela Concessionária para o Município. Neste sentido informou que no início da concessão, o Município atribuiu à entidade Águas do Lena a gestão de todas as infraestruturas públicas do sistema de abastecimento público de água, sendo que neste momento a ERSAR solicitou “*que se apresentasse conjuntamente com o plano de ação, o cadastro e o inventário. Efetivamente, esse cadastro e inventário não foi, na altura remetido para a ERSAR. Dependia do levantamento e da comunicação das Águas do Lena, e nós notificamos as Águas do Lena para o fazer. Esse cadastro veio para o Município, portanto, essa necessidade está suprida.*” -----

Seguidamente informou, que a outra necessidade a suprimir se predo com o facto de esclarecer melhor algumas metas, métrica e indicadores de desempenho do contrato de gestão delegada,



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 36 de 75

situações essas que se encontram vertidas no número 5.1 do parecer remetido pela ERSAR. Disse ainda, "que todas as outras questões que são colocadas pela ERSAR, não teremos obrigatoriamente que acolher todas essas recomendações, mas quando, nos opomos a qualquer posição assumida pela ERSAR, nós temos que fundamentar as nossas decisões.-----

Portanto, o documento que nós vos fizemos chegar é efetivamente o resultado do parecer aprovado pela ERSAR, suprimindo já as duas necessidades, que era a questão da reposição do cadastro e de todas as metas, assim como rebatemos todas as questões relacionadas com recomendações que a ERSAR nos fez, designadamente por força de uma nova adaptação do regime de tarifário, sem implicar alterações de valores. Nós fizemos a aplicação de todas as propostas que a ERSAR nos fez, acolhemos efetivamente um capítulo relacionado com a telemetria no plano de investimentos, e fizemos ligeiras adaptações. Esclarecemos melhor a questão do comparador público, no âmbito de um processo de internalização, e, portanto, todas as questões e o dossier que foi elaborado tem em conta esse parecer.-----

Neste momento, aprovado pela Assembleia Municipal, teremos as condições necessárias para enviar para o Tribunal de Contas o dossier, e dar conhecimento da posição assumida na Assembleia, junto da ERSAR, e, desencadear todo o processo de registo no Registo Nacional de Pessoas Coletivas da nova Empresa Municipal, e acolher o processo e o período de transição, que de alguma forma, foi solicitada no confronto do resgate da concessão pelo Município junto da concessionária Águas do Lena." Seguidamente, colocou-se á disposição dos deputados presentes para prestar os esclarecimentos, que entenderem.-----

Iniciou o período de esclarecimentos o senhor deputado Francisco Coutinho para tecer alguns considerandos sobre este assunto, uma vez que se está a chegar à conclusão que "estamos aqui a viver uma manta de retalhos. E uma manta de retalhos que tem haver exatamente com aquilo que o CDS defendeu, que era o não aceitar das descentralizações que o Governo tem vindo a impor, veja-se o caso que se está a passar com a Saúde, veja-se o caso que se está a passar com a Educação, que nos na altura votamos contra, chamámos à atenção, e o resultado está à vista.-----

Neste caso concreto que temos aqui presente, o processo em causa tem vindo a sofrer diversas vicissitudes, designadamente com os entendimentos que vinham do ano setenta e sobretudo da gestão municipal do passado recente.-----

O nosso ponto de vista, de imediato, e sabemos que o Município não vai aceitar, era a suspensão do ponto de trabalhos em causa para melhor atenta apreciação do procedimento que são propostos pelo Executivo. É que o Executivo tem vindo a falar que não há dinheiro, que as verbas são justas, que há efetivamente a propalação de determinadas circunstâncias. Mas, nós verificamos aqui numa primeira análise, que vai haver um conselho de administração que não tem encargos, mas logo a seguir fala-se numa eventual função executiva, em alternativa, com um diretor geral, que não faz parte do conselho de administração, o que quer dizer que vai ter de ser remunerado. Por outro lado, falamos num aumento significativo para o encargo do Município na transição dos trabalhadores. E aí, e em tempo útil, foram ditadas várias alternativas, assim como diversos diálogos com todos os



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 37 de 75

representantes dos partidos políticos existentes no Município, prefigurando-se então, então algumas alternativas. Considerando o que era dito nos pareceres da ERSAR e do Tribunal de Contas, a nova gestão municipal «A Batalha é de todos», determinou pela atual maioria que seria criada a empresa municipal «Águas da Batalha E.M. S.A.» cujos estatutos agora nos são presentes. -----

Por outro lado, e segundo notícias vindas a público, certamente oriundas do gabinete de publicidades e relações públicas do Município da Batalha (estou agora a chegar à conclusão que o Município não tem nada haver com isso), a distribuição de águas naquele concelho sofrerá em janeiro um aumento de 6,11% vulgo 0,71%, pese embora, o executivo na pessoa do Excelentíssimo Presidente admitir a descida dos preços para um tarifário mais baixo do que aquele que resulta por parte da atual concessionária, eventualmente a partir de junho de 2023. -----

Afirma-se conforme cita aquele órgão de comunicação social, que tal aumento visa o evitar multas e outros. -----

O CDS/PP sempre votou contra a constituição de Empresas Municipais ou outras, que fiquem fora da alçada direta do Município, porque eleitos para o efeito. -----

Assim, e considerando todos os desenvolvimentos e argumentos que têm vindo a ser propaladas sobre a distribuição de água no concelho da Batalha, vem o CDS/PP requer, nos termos da legislação em vigor, e no que concerne às competências e fiscalização da ação do órgão executivo por parte desta Assembleia, que o Excelentíssimo Presidente da mesa solicite ao executivo como segue:-----

A suspensão do ponto da ordem, que consideramos que não vai ser possível. E, caso assim não se entenda, por razões a que somos alheios e independentemente da decisão que se venha a tomar, o CDS/PP mantém o propósito no sentido de ser facultado a quem o entende e que desde já se requer cópia de Todos os documentos e demais elementos como trocas de correspondência e outros e procedimentos envolvendo o executivo e todas as partes externas ao mesmo, incluindo o que motivou o presente estudo de viabilidade económica e financeira, até a decisão por parte da ERSAR, assim como cópia de todas as propostas de concursos ou convites que envolveram todo o procedimento até à ressurto data. Porquê isto? Porque realmente entendemos que quando muda o Executivo, o Município é o mesmo, e, portanto, há compromissos que vem do passado. Isto foi uma cambalhota que se deu aqui. Esta cambalhota vai trazer, embora se diga que não, encargos extra para o cidadão. Prova evidente é já o aumento da água, posteriormente, o resto que daí advém. Portanto, se não quiserem suspender esta votação, ou melhor, retirar este ponto da ordem de trabalhos, o CDS, para além de requerr estes elementos que acabei de citar, votará contra esta proposta. Muito obrigado” ---

Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**, tendo questionado o senhor deputado Francisco Coutinho se pretendia requer a suspensão do ponto junto do executivo, ao que o senhor deputado respondeu que requer a retirada do ponto da ordem de trabalhos. Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia questionou se o senhor Vice-Presidente queria dizer algo relativamente ao assunto. -----

Posto isto, usou da palavra o senhor **Vice-Presidente, Carlos Monteiro**, para tecer mais algumas coisas sobre esta questão. Admitindo que é um tema muito difícil, disse: “Mas repare: porque é que a



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 38 de 75

água está a aumentar? Porque o contrato de concessão, que foi prorrogado automaticamente e mensalmente, na sequência do anterior executivo tem uma cláusula que indica que tem que ser atualizado para este ano 6,11 %. E quando na altura, nesta Assembleia, vos transmitimos que o novo modelo da Empresa Municipal vai baixar esse tarifário, é que vai mesmo. Mais: não vai aumentar o pessoal, para além daquele que estritamente está ligado à exploração atual da concessão, e o modelo do EVEF tem isso mesmo. O conselho de administração não será remunerado. Segundo, o conselho consultivo não será remunerado. Terceiro, o administrador, ou diretor, ou o que quer que se lhe chame, é tão simplesmente a direção técnica atual da concessionária. Ou seja, não sei se tem a noção, mas na atual concessionária existe uma pessoa que tem que liderar a operação. Se fosse dentro da Câmara Municipal chamar-se-ia diretor de Departamento, ou então administrador como acontece em Leiria. Na Empresa Municipal, é um diretor ou uma diretora, que neste momento, por acaso, até está na estrutura de recursos humanos atual da concessionária, que é a pessoa que controla os aspetos técnicos. E, porque é que nós mantemos esta posição que foi corroborada, e a própria ERSAR diz efetivamente «que reconhece a ERSAR o adequado trajetório/evolução evolutiva e financeira prevista no EVEF das Águas da Batalha». Reparem: só vos vou dar uma comparabilidade. Na Empresa Municipal, nós vamos ter que cumprir as mesmas regras de um serviço municipalizado no que diz respeito à contratação pública. Na Empresa Municipal, só detida e controlada pelo Município, nós vamos ter uma estrutura mais baixa de recursos humanos, do que aquela que seria nos serviços municipalizados. Porque eu vou-lhe explicar porquê. Nós temos que explicar isto, por uma razão simples. É que, no regime de uma Empresa Municipal, o regime jurídico dos trabalhadores é o código do trabalho; a relação de vínculo é o código do trabalho; e estes trabalhadores na atual concessão têm um valor de piquete, ou seja, tem uma percentagem sobre a remuneração deles de piquete. Esse piquete significa que estão em permanente estado de alerta e de disponibilidade, se durante a noite ocorrerem roturas, e isto está assente em treze pessoas. Se for para o serviço municipalizado, aumenta seis pessoas, e podem avaliar isto tecnicamente. E porque é que aumenta seis pessoas? Aumenta seis pessoas porque tem de se fazer turnos, porque a possibilidade de praticar subsídio de piquete não é possível num regime de contrato em funções públicas. Só é possível fazer “roulement” em equipas desdobradas, durante a noite, o que significa que nós temos de fazer turnos, e isso, implica, incremento do pessoal. Isso foi demonstrado junto da ERSAR. E, portanto, entre uma solução em que a Câmara Municipal vai controlar os destinos da empresa e uma solução de serviço municipalizado e, face à incapacidade dos Municípios em contratarem assistentes operacionais. Ninguém vem para a câmara com o salário mínimo nacional para assistente operacional, para andar na rua a trabalhar nas águas, nós temos que ter esta prática através desta empresa. Não vai agravar custos em relação à situação atual. Aliás, a atualização no âmbito desta concessão este ano só nos vem demonstrar que a continuidade de uma concessionária no nosso concelho iria agravar o custo do tarifário, e nós, no EVEF, estamos a prever um tarifário mais baixo. Segundo, nos últimos 10/15 anos é verdade, não conseguimos fazer investimento através da concessionária, e vamos ter que, logicamente, através do recurso a fundos comunitários fazer esse investimento. Portanto, nós



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 39 de 75

estamos a acolher as orientações da ERSAR, estamos a acolher a melhor solução que tem menor impacto no crescimento do tarifário para os nossos munícipes. A partir de junho, esse tarifário diminui face à atualização. A atualização foi uma obrigatoriedade; ainda há pouco transmitiu-se essa questão; 6,11% que é aquilo que o contrato de concessão determina, que implica no tarifário cerca de 0,71 € de acréscimo por contrato mensalmente, 0,71 € por contrato relativamente ao ano anterior. E, portanto, não é demagogia, é a realidade dos factos. Isto foi feito, foi efetivamente avaliado mais do que uma vez. Nós vínhamos de um documento anterior, no anterior Executivo. É evidente que também participei parcialmente nesse processo, claro que sim! Tinha muitas dificuldades relativamente à repartição dos investimentos no EVEF anterior, e, de facto, face ao modelo do caderno de encargos que na altura se equacionou para uma nova concessão para privados, a ERSAR fez um conjunto de reclamações. Avaliando um processo, e o outro, e o retorno dos capitais investidos que a ERSAR nos determinou para avaliar como critério de consulta ao mercado, nós efetivamente tínhamos que repensar todas as soluções, porque ia ser brutalmente prejudicial para o Município, e não sabíamos se iriam ficar os mesmos, ou se no concurso público vão ficar outros, e nós temos múltiplos exemplos das situações que se agravaram nas concessões.

*Seguiu-se a intervenção do senhor deputado **Alfredo Matos** para esclarecer que, desde o princípio a proposta do partido que representa não passava pela internalização dos serviços das águas na Câmara da Batalha, uma vez que tinham preferência pela continuidade da concessão. Seguidamente lembrou que “não é exatamente como o senhor Vice-Presidente estava a dizer, que, por causa da concessão, em janeiro, temos que aumentar 6,1 %. Não. O que motiva isso é que todos os contratos de concessão têm uma cláusula, é de lei, em que eles são ajustados ao índice de inflação. Isto não era previsível há dois anos, há um ano, que as águas aumentassem agora em janeiro, mas vão ter que aumentar como aumentam todas as outras coisas, motivados pela taxa de inflação que infelizmente está bastante alta e que motiva realmente esse valor. Foi por essa razão, que a bancada do PSD, propôs que a Câmara assumisse esse diferencial, esse aumento, uma vez que já sabíamos que a Câmara, ou neste caso as Águas do Lena, tem por intenção, quanto a nós fazendo política com as tarifas, baixar a tarifa quando passar a ser explorada pela empresa municipal. Neste momento, por força de lei e do contrato que está em vigor com a concessionária vai haver um aumento de 6,1%; ou seis virgula qualquer coisa por cento; e já sabemos que a direção das Águas do Lena quando começar a administrar, quanto a nós para ficar bem na fotografia, vai baixar esses 0,70 € para dizer que realmente foi bom passarmos para as Águas do Lena, porque já estamos a pagar menos. Esperemos que seja assim, e que isso não vá afetar as contas das Águas do Lena, porque a inflação não é uma coisa que possamos não lhe dar importância, porque ela vai aumentar todos os custos de exploração, e todas as outras despesas. Quando o senhor Presidente diz que não vão aumentar os empregados, é claro que vão, é de lei, eles vão ter que ser obrigatoriamente aumentados, eles vão ter que acompanhar os índices de inflação, todos os empregados, e aumentam mais porque a inflação é maior, e nós somos todos obrigados a acompanhar esses valores. Mas, para além disso, relembrar que nós eramos contra o acabar com a concessão, porque não acreditamos que a água possa vir a*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 40 de 75

ficar mais barata e de melhor qualidade, e com melhor serviço para os munícipes do que tínhamos até agora, e admitíamos que no caso de a nossa vontade, a nossa proposta não ser aceite, que a internalização das águas o fosse através dos serviços da Câmara, e não na criação de uma empresa municipal. Para nós, tem vários aspetos negativos. Uma delas, e que realmente o senhor Vice-Presidente diz que não o vai fazer, por enquanto, e ficar-lhe-ia mal dizê-lo agora, mas a verdade é que uma situação dessas permite a contratação de amigos, coisa que, na Câmara não permitia. Permite, realmente como já disse, o aproveitamento político das tarifas, baixar o preço para focar bem perante os munícipes, não conseguindo reduzir os custos de exploração. Isso sim, seria uma justificação. Agora, só porque sim, a partir do momento em que começam a fazer a exploração das águas baixar o preço não é a melhor medida quanto a nós. Achamos também, que a empresa municipal começa coxa, o capital social é insuficiente para o volume de investimentos e de negócios que vai ter que fazer. Portanto, 50 mil euros é um valor bastante insuficiente para capital da empresa. Sem dúvida nenhuma que vai obrigar a grandes financiamentos, alias, vê-se nas previsões que nos apresenta, e que logo no primeiro ano a empresa municipal Águas da Batalha vai pagar mais de juros do que paga hoje o Município da Batalha. Por essas razões, voltamos a votar contra, vamos apresentar uma declaração de voto porque realmente queremos desvincularmo-nos da responsabilidade desta decisão.-----

O senhor deputado Vitor Correia, no uso da palavra começou por fazer uma interpelação à mesa: Eu acho que para estrito cumprimento do regimento, e que tamos todos a aprender e todos a melhorar, apelo que na próxima Assembleia Municipal se faça como se faz noutras Câmaras ou noutros Municípios, que é podermos registar os tempos de intervenção de cada uma das partes nos ecrãs, e assim, para controlo do regimento nós havemos de estar todos dentro daquilo que é as normas. A segunda interpelação que eu faço à mesa, é que nós não conseguimos apreciar por completo este ponto, porque nós enquanto deputados não recebemos o documento da ERSAR, recebemos apenas a resposta do Município a esse documento, não recebemos o original, tivemos depois que saltar alguns obstáculos para o obter, e agradecia que na próxima isso tivesse incluído.-----

Continuou dizendo: Nós já tínhamos levantado muitas reservas na definição do modelo e constituição da empresa municipal na gestão das águas, como disse o meu colega Alfredo. É muito importante para nós, voltando a referir e a insistir com isto que é, acabando a gestão privadas das Águas do Lena que funciona bem, que temos os preços da água mais barato de todos os distritos. E que então, nós defendemos que realmente se é para acabar com uma gestão privada, que em primeiro lugar defendemos, então, pelo menos, que sejam serviços municipalizados, e não uma empresa municipal que como já foi dito pelo deputado do CDS e pelo deputado do PSD, vai aumentar os custos com pessoal, vai haver nomeação de administradores que são remunerados, e obviamente há uma falácia que isto vai ser tudo bom para o contribuinte. A verdade, é que vamos ter de pagar esta estrutura maior um dia, mais tarde, naquilo que é o nosso tarifário da água.-----

Agora, na última Assembleia em que nós falamos deste tema, tudo o que foi as nossas chamadas de atenção e preocupações enquanto deputados do PSD, foram exatamente as mesmas que a entidade



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

[Handwritten signatures]
Página 41 de 75

reguladora levantou, que havia erros e ajustes necessários aos seguintes documentos, e que como tal teriam que ser corrigidos. Estamos a falar dos estatutos da empresa; e nós enquanto deputados do PSD falamos exatamente disso; o contrato de gestão delegada também. E há erros no estudo de viabilidade económica e financeira, nomeadamente premissas erradas, taxas de juro negativas, taxas de inflação, assume que a população está a crescer, quando a população vai decrescer, entre outras, entre outras, entre outras. Por isso, dado que a ERSAR nos deu razão, confirma que a nossa posição não é política. Relativamente à escolha do modelo de fornecimento para as águas, é muito importante para nós, porque afeta diretamente a nossa qualidade de vida enquanto munícipes, e como tal estes processos devem ser geridos com muito cuidado, comparados e escrutinados por todos, inclusive esta Assembleia. Posto isto, preocupa-nos adicionalmente outra coisa que é a nossa intervenção em março na Assembleia sobre este tema foi precisamente para alertar que o estudo de viabilidade económica e financeira não estava bem, e como não estava bem todos os gráficos apresentados pelo Executivo, em que comparava o modelo de gestão privada, o modelo dos serviços municipalizados e o modelo da empresa municipal, vendeu-se uma realidade às pessoas que não era a correta. Apresentou-se gráficos todos bonitos, nós não vamos ter que pagar uma estrutura maior, não vai haver aumentos de tarifários, mas todos esses gráficos eram baseados nas premissas erradas que foram detetadas exatamente pela ERSAR, e por nós. Como tal, temos que ter muito cuidado com isto, porque realmente eu gostaria de proteger o facto de que somos o concelho com a águas mais barata de todo o distrito. -----

Há outra coisa adicional, que é eu sei que o senhor Vice-presidente da última vez não gostou da minha intervenção porque usei o exemplo da Tejo Ambiente, que é exatamente o mesmo modelo da empresa municipal a tomar conta das águas, mas eu passo a citar mais uma notícia do Mirante do mês de passado, que diz assim, relativamente à Tejo Ambiente: «acumulou prejuízos de 2,2 milhões de euros, e perto de 900 mil euros nos dois anos de atividade, porque o estudo de viabilidade estava desfasado da realidade», não sou eu que o digo, estava escrito no jornal. E como eu disse, é precisamente este o problema, o nosso estudo de viabilidade da Batalha para a empresa municipal também está desfasado da realidade. Erros nós todos os fazemos, eu também os faço. Então, o que nos propomos é que se corrigem os erros, e que se corrijam todos os pontos do estudo comparativo, e que antes de se avançar, realmente deve-se mostrar novamente às pessoas o comparativo entre os três modelos, porque se não apresentarmos um estudo realista para todos os modelos com a projeção de tarifas para os próximos anos, é muito difícil as pessoas entenderem os riscos e as vantagens de todos os modelos envolvidos. Porque continuamos a ter dúvidas, relativamente aos critérios adotados, investimento versus financiamento, estruturas e custo de pessoal, tarifas de preços, qualidade no serviço prestado ao cliente, etc. -----

E só para terminar a minha intervenção, dado que o tema em apreço não é propriamente os tarifários, mas já que o executivo falou nisso, e outros deputados falaram nisso, eu gostava que constasse na ata que relativamente à minha última pergunta sobre qual a justificação do executivo de não aceitar a proposta do PSD para não aumentar os preços das águas no ano 2023, não foi



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 42 de 75

respondida pelo executivo. Eu gostava que isso ficasse registado na ata, e ao mesmo tempo, dando oportunidade ao executivo para responder após a minha intervenção. Obrigado".-----

Seguiu-se a intervenção do senhor deputado **Armando Rosa** para referir que "quem tem a água mais barata no distrito não é a Batalha, é a Marinha Grande. Na fatura global é que é o concelho da Batalha. -----

Acresce a isto algo ainda mais importante a nosso ver. Na Assembleia Municipal a 30 de junho, entre outras, discutimos a questão da água. Voltamos sempre ao mesmo. A minha pergunta é só uma, e as nossas questões são unicamente intrínsecas num ponto essencial. Em março de 22, numa Assembleia Municipal anterior à de junho já aqui discutimos, ou seja, andamos pela terceira discussão, sobre o mesmo ponto. Houve oito anos no mandato anterior em que não foi tomada uma decisão. Verificamos adiamentos constantes de decisões até 2021. A ERSAR, nesse momento, recordo-vos, emitiu um parecer desfavorável. Desde outubro de 2021 que foi solicitado o EVEF, e o comparador público. Foi apresentado, foi discutido, houve reuniões, houve tomadas de decisão. A decisão, na qual eu e demais elementos das bancadas aqui presentes participaram juntamente com o executivo e com as juntas de freguesia, visou apresentar os modelos de gestão. Não vi, em momento algum, friso uma vez mais, uma proposta do PSD, do CDS, da Iniciativa Liberal, ou do CHEGA sobre o modelo de gestão. Estamos aqui a discutir o quê meus senhores? O que é que todos vocês apresentaram? -----

Aqui chegados exige ao Município uma tomada de decisão ao Executivo que o lidera, foi isso que fez. Fê-lo, participou, discutiu-se, discutimos na terceira Assembleia. Antes disso houve sessões de esclarecimento, não vi em momento algum ser apresentada motivadamente uma diferença para o modelo de gestão proposto. Atiram-se questões para o ar, em concreto, o que é que foi apresentado. A opção por SMAS, a opção por concessão, a opção por concurso, a opção por internalização, nunca em momento algum houve uma proposta, nenhum. Nesta Assembleia nunca existiu. ----- Retomamos o que se exige. Obras na rede de água. Só com a empresa municipal ou Autarquia. É urgente melhorar as condutas como aqui já vimos, como aqui já ouvimos várias vezes. Como é que isso se pode financiar? Os senhores analisaram isso? Como é que se pode recorrer a financiamento para isso? E se existiu em algum lado essa análise trouxeram aqui para discutirmos? Nunca. Qual é o entendimento e a prática na Europa viram? Estudaram o tema? É que nós estamos aqui para, obviamente nos próximos meses, e nos próximos anos, fiscalizar o trabalho e fiscalizar as decisões que estão a ser tomadas, mas estes senhores foram eleitos para tomar decisões. -----

O senhor deputado **Armando Rosa** continuou a sua intervenção dizendo "estamos aqui todos nós para fiscalizar o trabalho e as propostas que estão a ser apresentadas, pois o Executivo tomou um caminho. Será o melhor caminho? É o caminho que está a ser apresentado, e é o único caminho que até ao momento foi comprovado como sendo um caminho viável. Gostaria de discutir convosco outros caminhos. Não vi nenhuma proposta para poder ser discutida. -----

Neste sentido, obviamente que, não só aprovamos, como também temos que sublinhar o trabalho feito num tão curto espaço de tempo, numa decisão que é essencial a todos nós, mas é uma decisão que está a ser tomada. Estes senhores, foram eleitos para tomarem decisões, não foram eleitos para



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 43 de 75

prolongar decisões. Neste sentido, é esse voto de confiança que nós damos, e é esse caminho que nós estamos aqui, naturalmente, para fiscalizar face aos pressupostos apresentados, face ao modelo de gestão apresentado. É com isso que contam connosco, e, é com isso que assim o faremos. Muito obrigado senhor presidente.”-----

Usou, novamente da palavra o senhor deputado **Alfredo Matos** para referir: “*Eu realmente só desculpo esta intervenção do deputado Armando Rosa, porque eu também já estive nessa situação de ter que defender coisas que às vezes eram muito difíceis de defender, só por isso, eu compreendo as suas palavras. Agora o senhor vir aqui acusar o PSD de nunca ter feito propostas, de nunca dito nada. Não é o PSD que está a gerir a Câmara, o senhor já se esqueceu? São estes senhores! Eles é que têm que apresentar as propostas aqui, e nós temos a obrigação de as discutir e votar. Foi isso que sempre fizemos. E sempre demos a nossa opinião, e sempre justificamos onde é que não concordávamos. Apresentamos alternativas para essas propostas que a Câmara aqui trouxe, nós sempre dissemos desde a primeira hora que a nossa opção era continuar com a concessão das águas, sempre dissemos desde a primeira hora que em caso de terminarmos a concessão; a qual nunca nos opusemos; nunca nos opusemos a que terminassem a concessão ou nunca dissemos que não devia de continuar. Demos sempre a nossa opinião e que por nós continuaria, porque entendíamos que o melhor modelo de gestão era esse para os munícipes, com todas a vantagem de preço e de qualidade de serviço. Este executivo entendeu o contrário, entendeu terminar a concessão, terminou, com todo o direito que lhe compete. Nós apresentamos sempre propostas depois, se há internalização, então façam-no nos serviços municipalizados, façam-no através da Câmara. Entenderam que criar uma empresa municipal com o vosso apoio, a responsabilidade é vossa. Não temos que ser nós a proibir que façam a empresa municipal, nem nunca nós poderíamos vir aqui apresentar uma proposta, os senhores estão proibidos de fazer uma empresa municipal. Era isto que o senhor queria que nós fizéssemos? Nós apresentamos propostas, apresentamos ideias, justificámos as nossas opções, sempre. Não foram aceites porque a maioria não o entendeu. Agora, chegados aqui, vai ser criada a empresa municipal, a responsabilidade é vossa, os senhores é que a apoiaram. Nós estamos fora, votamos contra, isso não é abster-nos de dar opinião. Nós estamos a dar uma opinião concreta, nós não concordamos e votamos contra. É isso que é a nossa obrigação aqui, e justificar, que é o que temos feitos.”-----*

O senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu a intervenção do senhor deputado Alfredo Matos, concedendo depois, e na sequência da intervenção do senhor deputado Armando Rosa, a palavra ao senhor deputado **Francisco Coutinho**, que aproveitou o ensejo para relembrar “*que existiram várias reuniões que vossa excelência não esteve presente, porque certamente não estava cá, e não convive com os assuntos da Batalha, e por isso mesmo não acompanhou essas situações, e como tal, existiram reuniões inúmeras com propostas do CDS, com propostas do PSD, onde esteve o executivo, onde estiveram todos os representantes na altura eleitos, e que faziam parte do órgão da Assembleia Municipal, e entretanto eu comungo das palavras que disse o nosso deputado Alfredo. Portanto, o executivo tem esta situação, chegou à conclusão que esta é a melhor fórmula, quem concorda,*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 44 de 75

concorda, quem não concorda, vota contra. Agora, eu acho é muito estranho, por exemplo os serviços municipalizados de Caldas da Rainha, Leiria, Alcobaça, para não falar de outros, funcionam, são eficazes...não percebo. Aqui há outra ideia, tudo bem. Votaremos contra".

Após agradecer esta intervenção, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor **Vice-Presidente, Carlos Monteiro**, que começou esta sua intervenção afirmando que "eu sei que este é um tema que nos divide, difícil. Eu só apelo o seguinte: a uma ação fiscalizadora à futura da empresa municipal, na qual, pessoalmente fazia questão que todos fossem participativos, não só nos órgãos que vão representar a empresa de fações diferentes, e vamos então fazer a prova dos nove nessa altura. Acredito, convictamente, pelo passado em que já estive envolvido num processo para construção de uma concessão também, acredito convictamente naquilo que estou a fazer sob o ponto de vista de avaliação técnica. Acredito, e sei, que vamos ter tarifas mais baixas do que temos atualmente.

Segundo aspeto, queria só mencionar factos. Primeiro facto, a ERSAR reprovou o modelo de concessão que na altura foi enviado, inclusive, colocou em causa os investimentos bi-partidos. Segundo facto, em tempo útil, na altura, eu tive a oportunidade, por escrito e via email, de alertar para esse risco, embora, no contexto daquela altura acreditasse que nós poderíamos ser bem-sucedidos. Terceiro facto, quando reingressei na Câmara Municipal, analisei muito minuciosamente o parecer anterior da concessão da ERSAR, e vi qual o caminho que estava a ser trilhado relativamente a novas concessões.

Continuou: "Há pouco mencionou-se, faz-se tanta questão de mencionar aquela empresa. Mas temos que falar de virtudes, sabe. A Câmara Municipal nos últimos 10 anos realizou menos 150 mil euros de investimento em águas. Aquela empresa que falou, realizou investimento de 24 milhões financiados pela Comunidade Europeia. Segundo facto: aqueles Municípios davam um prejuízo anual de quase 4,4 milhões de euros, a empresa passou para os 2,2. Fez investimento, sabe? Não comprometeu gerações vindouras. Obviamente que as pessoas não gostam de pagar mais tarifa e é legítimo. Eu estou a dar-vos a garantia que vamos ter menos tarifa que a atual concessão, e o modelo é para transpor para o quadro de pessoal toda a estrutura que já está neste momento com capacidade para atuar na empresa. Outro aspeto: ainda há pouco falou de capital social. O capital social é o inicial, senhor Alfredo, quando forem integradas as infraestruturas; vocês sabem perfeitamente que vamos ter um período de transição. Tivemos que notificar as Águas do Lena para fazer a reversão e a transição a favor do Município. Estamos em processo em que vamos dizer quais são os valores líquidos contabilísticos a incorporar na Câmara e na empresa municipal e, nessa altura, nos fundos da empresa teremos os reflexos das infraestruturas, no impacto de robustez dos fundos próprios da empresa. Numa linguagem muito simples, que tecnicamente, depois, tem um reflexo contabilístico: o que é que isso vai fazer? Com que haja uma robustez para que os ativos da empresa municipal sejam devidamente contabilizados para efeitos futuros de escudar a política de financiamento dessa empresa. Os novos fundos comunitários permitem à empresa municipal concorrer aos investimentos para efeitos de apoio, e nós já conhecemos neste momento qual é a intervenção prioritária para esse



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 45 de 75

feito. E, portanto, convictamente acreditamos que a empresa vai ter um reflexo positivo, e não é uma intermunicipal, é controlada totalmente pelo Município. -----

Há aqui também, um outro aspeto que não deixaria de salientar, que é a atualização. Se nós neste momento não podemos dispensar a atualização de tarifário, entendem? O que é que iria acontecer? Nos teríamos que fazer um processo indemnizatório da concessionária durante aquele período dos seis meses, e foi isso que nós não votamos a favor, precisamente porque estamos numa fase muito complexa de transição da concessão, e seriam eles que tinham de enviar para a Câmara o pedido de ressarcimento da diferença da tarifa para nós subsidiarmos. Neste contexto, de transição da empresa é complexo fazê-lo, e eu pessoalmente mencionei isso na reunião do Executivo, e, portanto, são tudo contornos complexos. -----

Deixem-me só dizer-vos: o modelo de gestão tem os três cenários; tem internalização por via dos serviços municipalizados – chegámos a equacioná-lo na altura também - tem por via da empresa e tem por via da concessão, e todos os mecanismos nos levam a crer, face à comparabilidade, que este é o melhor cenário, ponto. Obviamente que há posições diferentes sobre isto. Respeita-se! Eu acredito convictamente que vamos ter a melhor solução para o munícipe, vamos ter incrementos de investimento, vamos ter sustentabilidade económica da operação porque ela já está numa posição de estabilidade pelo lado da concessão, e o valor impactante do tarifário mesmo apesar de ser em cenário de redução vai permitir acolhimento de um delta de investimento. Obviamente, que a trajetória futura vai ter que ser corrigida anualmente, e de cinco em cinco anos aquele EVEF vai ter que ser revisto, é o que determina a ERSAR. Era esta questão que queria só mencionar-vos, respeitando a opinião e a diferença de cada um relativamente a este assunto. -----

Após os devidos esclarecimentos prestados pelo senhor Vice-Presidente da Câmara relativamente à decisão final acerca da constituição da Empresa Municipal – Águas da Batalha, E.M., após parecer da ERSAR, previamente aprovada em reunião de executivo municipal de 21 de novembro de 2022, sob a deliberação n.º 2022/0507/G.A.V., cujos fundamentos aqui se dão por integralmente reproduzidos, foi o ponto posto a discussão da Assembleia Municipal. -----

(...)

Findo o período de discussão, foi o ponto posto a votação da Assembleia Municipal, tendo sido deliberado, por maioria, com 14 (catorze) votos a favor, 10 (dez) votos contra, aprovar, ao abrigo das normas legais e contratuais aplicáveis, nomeadamente nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, em conjugação com o disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: -----

a) A versão final dos Estatutos da “Águas da Batalha” E.M., S.A.; com a ressalva que a denominação prevista, Águas da Batalha E.M., S.A., pode não ser deferida pelo Registo Nacional de Pessoas Coletivas, o que a verificar-se implica a correspondente alteração da redação do artigo 1.º - 1 dos



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 46 de 75

- Estatutos, acolhendo a denominação que vier a ser diferida em conformidade com o “Certificado de admissibilidade de firme ou denominação para constituição de entidade” a emitir pelo RNPC; --
- b) A versão final do Contrato de Gestão Delegada, para a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, a celebrar entre o Município da Batalha e a referida “Águas da batalha, E.M., S.A.” (admitindo-se, em conformidade com o referido na alínea anterior, a alteração da denominação desta empresa), e respetivos Anexos;-----
- c) A versão final do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) para o período de 15 anos;-----
- d) Submeter os referidos documentos à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), para posterior remissão do processo a fiscalização Prévia do Tribunal de Contas, nos termos legalmente previstos.-----

Votaram contra os senhores deputados municipais Alfredo Matos, Hugo Vicente, Nuno Santos, Vítor Correia, Fernando Marques, Elodie Zeferino e Marco Vieira do PPD/PSD, bem como o senhor deputado municipal Francisco Coutinho do CDS/PP, o senhor deputado municipal Ricardo Vala da Iniciativa Liberal e o senhor deputado municipal Eduardo Veiga do Chega.-----

Os deputados municipais do PPD/PSD, do CDS/PP e da Iniciativa Liberal apresentaram declarações de voto que ficam anexas à presente ata, e que aqui se dão por integralmente reproduzidas.-----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.-----

----- ** -----

----- **Ponto 5** -----

Apreciar e deliberar sobre a reorganização interna de serviços, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, conjugado com a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e o disposto na alínea ccc), n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação – Proposta de alteração ao Regulamento Interno dos Serviços e Organograma-----

MGD n.º 102, de 09/11/2022-----

A pedido do senhor **Presidente da Assembleia** usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** informando que esta alteração ao regulamento resulta da extinção de um Departamento, e a fixação de sete divisões, sendo elas: a Divisão de Administração Geral, a Divisão de Educação, Desporto e Tempos Livres, a Divisão de Cultura e Turismo, a Divisão de Ordenamento do Território, a Divisão de Obras Municipais, a Divisão de Ambiente, Manutenção e Exploração e a Divisão de Auditoria e Controlo de Gestão. Mais disse que esta proposta resulta da necessidade de maior agilização, pois concluiu-se, com o passar do tempo que a estrutura anterior não se justificava, colocando-se de seguida disponível para prestar quaisquer esclarecimentos.-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 47 de 75

Neste sentido, interveio o senhor deputado **Nuno Santos** referindo que “a bancada do PSD, vem demonstrar a sua preocupação com o organograma apresentado pelo executivo.-----

É notório o aumento da estrutura do município e ainda para mais, a insistência na criação de cargos de chefia, e não só, agravando o aumento de custos com o pessoal para 2023 em cerca de 500 mil euros. No passado trouxeram um organograma em que a grande novidade era a criação de um lugar de diretor de departamento. Abriram o concurso, anularam o concurso e as divisões continuaram a trabalhar de igual forma. Afinal, o lugar de diretor de departamento não era necessário para a estrutura do Município.-----

Como exemplo, foi criada uma equipa multidisciplinar (Planeamento, Energia e Ambiente), em 2022, equipa composta por chefes de divisão que acumulam a função na equipa por nomeação, não apresentando mais custos para o Município.-----

Segundo sabemos, já existe um gabinete de apoio ao emigrante e um gabinete de inserção profissional, que tem entre outras, a missão de «divulgação e encaminhamento para medidas de apoio ao emprego e ao empreendedorismo».-----

Achamos completamente desnecessária a criação de uma equipa multidisciplinar para o apoio aos fundos comunitários, desenvolvimento económico, empreendedorismo e apoio ao emigrante agora apresentado no organograma, pois o PSD acha que essas funções, podem muito bem ser acumuladas por um chefe de divisão, como funciona a equipa atrás referida.-----

Estamos preocupados, pois já não é a primeira vez que este executivo tenta a colocação de funcionários de forma a contornar concursos públicos, fazendo nomeações ou contratação direta. Esta postura do executivo é muito preocupante, pois todos sabemos quais as reais intenções destas promoções e não podemos de modo algum, fechar os olhos a estas situações.-----

Pergunto-lhe, quem vai liderar essa equipa? Vai abrir concurso público, ou vai haver nomeação de um funcionário dos quadros do município com aumento de vencimento?-----

Os deputados e vereadores eleitos pelo PSD, estão muito atentos às futuras contratações e nomeações para os quadros do Município, mas também para a empresa municipal, Águas da Batalha. Obrigado.”-----

Seguiu-se a intervenção do senhor deputado **Francisco Coutinho** mencionado que sobre este ponto o CDS admite o seguinte “a caracterização do concelho não teve implicações nos últimos anos que justificassem um significativo e substancial aumento de trabalhadores, designadamente com tantas divisões e chefias, que a nosso ver poderiam ser aglutinadas. Como tal, e atendendo à situação socioeconómica que se vive no país e na Europa, e contrariamente ao que se propõe, procederíamos a uma redução de custos, designadamente com as valências existentes numa economia de valores controlada, e não numa proliferação de cargos como parecer ser a nomenclatura proposta pelo Executivo.-----

Se a problemática é enquadrar no âmbito do PRR, PT2020 e 2023 equipas multidisciplinares, porque não se socorrer de entidade pontuais e específicas casuísticas para a natureza das matérias versadas.



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 48 de 75

Questionamos se o Município encerrar portas em 2030, o PRR e demais apoios já estão definidos com o seu término, o que fazer com tantos quadros? -----

Em suma, o nosso objetivo tem uma forma de governar diferente, mas não com uma visão curta, mas sim, com uma visão de futuro e não numa posição imediatista. -----

Ora bom, o que é que se pretende com isto? Pretende-se realmente que algumas divisões; porque o concelho não é tão grande, por exemplo estamos a admitir Divisão de Educação, Desporto e Tempos Livres e a Divisão de Cultura e Turismo. Bom, estas duas divisões podiam perfeitamente ser aglutinada, não vejo motivo para haver dois chefes de divisão. Isto é um exemplo, mas como não queremos imiscuir-nos no desenvolvimento do concelho, e sobretudo por quem nos está a governar, limitar-nos-emos a dizer que votaremos contra esta organização interna. Muito obrigado.» -----

Seguiu-se a intervenção do senhor deputado Alfredo Matos que aproveitou para "lembrar só que há um ano, há um ano, foi aprovado e publicado em Diário da República o regulamento já proposto por esta equipa, que anulou um outro Regulamento que tinha sido aprovado e publicado também em Diário da República, um ano antes, de janeiro de 2021. Ora em 2022 foi publicado um outro regulamento a anular esse e agora vamos ter um novo regulamento. Dá a impressão que nunca mais acertamos na medida correta. Esse regulamento que foi aprovado há um ano, teve o nosso voto contra, e pelos vistos tínhamos razão, pois já na altura entendíamos que não era aquela a melhor organização do pessoal e votamos contra, e agora, estamos todos a votar a anulação desse que foi votado há um ano. Se calhar tínhamos razão que aquilo estava mal feito. O novo regulamento, na nossa opinião, agrava os erros do anterior, aumenta os custos, e não nos garante melhorias de serviço, pode garantir outras coisas, mas melhorias de serviço não garante. Mas já agora aproveito para por uma questão direta ao senhor Presidente da Câmara, porque há dias esteve um emigrante na minha casa, e ao falar comigo, fez-me uma referência a uma entrevista na rádio Alfa que o senhor Presidente tinha dado em França, onde referiu que ia criar um gabinete de apoio aos emigrantes (qualquer coisa desse género), que iria ser chefiado pelo dr. Rui Cunha, que iria sozinho para uma casa apalaçada da Batalha. O senhor até estava convencido que o dr. Rui Cunha ia para lá viver para receber os emigrantes. Eu gostaria que nos esclarecesse realmente o que é que se passa em relação a esse gabinete de apoio. Por todas estas razões, o nosso voto será também contra este organograma novo." -----

A pedido do senhor Presidente da Assembleia, usou, novamente da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas. Assim, e relativamente, à intervenção proferida pelo senhor deputado Nuno Santos, disse "Eu penso que começa a ser aqui uma espécie de tabu, quando se prevê que determinado funcionário possa ir para aqui, ou para acolá. Há aqui um anátema que eu não vou permitir, seja com quem for. Não faço esse tipo de jogos, e, portanto, as pessoas valem pela sua competência. Eu posso não gostar delas, mas se são competentes aceito-as para trabalhar em equipa. Quando não trabalharem em equipa, ou saltarem fora do eixo, tenho muita pena, mas tem que seguir a vida deles para outro lado. E, portanto, eu não vou permitir que se continuem a fazer assassinatos de carácter seja com quem for, e por isso, há que dar o benefício da dúvida daquilo que



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 49 de 75

nós entendemos que será o melhor para o Município. E faço aqui um pequeno desafio, para responder também a outros intervenientes. É ou não verdade que melhorámos em muito alguns dos serviços da Câmara? Quantos anos de atraso tinha a parte do urbanismo? Quantos milhares de processos estavam pendentes? Como é que estávamos de obras? Haviām obras? Sabemos como é que elas foram feitas, e sabemos também como é que algumas coisas serão resolvidas. E, portanto, aquilo que nós entendemos é que o processo de gestão de uma Autarquia tem que ser dinâmico, temos que nos adaptar em função das contingências que temos que assumir, e por isso, dizer-se também que são recursos exagerados, e que em 2030 vai acontecer, vai deixar de haver fundos comunitários, vai deixar de haver não sei o quê. Futurologia a gente não faz. As premissas que nós queremos é que, por um lado, ter projetos em carteira para o que der e vier, e podem se calhar em 2030 estar desatualizados, mas se calhar é um meio caminho para serem retomados. Agora, quando somos confrontados com possibilidades de candidaturas aqui e acolá, e não temos projetos para apresentar, acho que isso é um sinal de péssima gestão.

Por conseguinte, a questão que está aqui relativamente a uma equipa multidisciplinar, que eu presumo que também está aqui, mas que também, estamos a tentar ver a sua potencialidade relativa ao planeamento, energia e ambiente. Penso que a congregação se calhar de alguns quadros ajudará a ter uma visão, que é o que temos feito até agora quando reunimos às segundas feiras com as chefias para tentarmos avaliar em conjunto as melhores soluções. E a verdade é que dizer-se que alguns desses quadros poderiam fazer o processo internamente nós também gostávamos, mas não me obriguem aqui a falar de alguns processos feitos internamente.

Por último, queria chamar a atenção para uma coisa, o que eu disse em Paris, na rádio Alfa é que há um protocolo para a criação de um gabinete da diáspora em novos moldes, que o novo Secretário de Estado aquele que está em funções, remeteu a todos os Municípios. Nós queremos também, já tinha afirmado isto numa outra intervenção a pretexto deste ponto, que ali deverá ser feita a preparação das candidaturas a fundos comunitários. Temos que centralizar isto, não podemos ter isto espalhado. Temos que ter isto num único sítio. Ali, também vamos desenvolver as ações relativa às empresas do concelho, aos apoios que poderão vir a ter, mediante programas que venham ao nosso conhecimento. O coworking também é dinamizado a partir dali. Portanto há um conjunto de coisas que vão acontecer, e só espero aqui, e peço-vos para darem o benefício da dúvida durante algum tempo. Mais para a frente lá chegaremos. Se há coisa que eu não tenho qualquer problema, se vir razão nisso, é dobrar o braço, e continuo a fazê-lo. Agora se eu tenho convicção que este é o caminho certo para irmos para a frente, para fazermos mais e melhor, têm que nos dar o benefício da dúvida se somos capazes ou não de fazer mais e melhor, e se as nossas teses são válidas ou não. Por isso é que estes processos são dinâmicos, não são estáticos, e é nesse sentido que nós estamos aqui a propor a estabilização possível face ao atual contexto, não esquecendo, as novas competências que estamos a receber. Não esquecer aquilo que se vai passar com a ação social, com o rendimento mínimo de inserção, não esquecer aquilo que houve já com a educação, e o drama que está a ser gerir tudo isto porque o valor das transferências não consegue dar resposta àquilo que são os novos



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Página 50 de 75

encargos que a Câmara teve que assumir. E a mesma coisa se vai passar na saúde, onde já tivemos algumas questões que não estávamos à espera que acontecessem.

Disse ainda: "Não é por aqui que a gente quer ir. Tem que haver ponderação, temos que ser todos tolerantes uns com os outros, para tentarmos obter os melhores resultados. Isto é que é o desafio, e já só faltam perto de três anos para mudar, se é que é para mudar. Portanto tenham calma aqueles que estão mais nervosos, tenham lá calma".

Continou: "O tempo está a correr depressa demais, as dificuldades cada vez são maiores, o ano de 2023 pode ser muitíssimo complicado, e, portanto, também aqui é preciso termos uma tolerância uns com os outros, alguma capacidade de nos podermos envolver em conjunto nas soluções que vão ter que aparecer. Os recursos não são inesgotáveis, e, portanto, temos que ter atenção a isso tudo. Muito obrigada."

Interveio o senhor deputado **Nuno Santos** referindo que o senhor Presidente da Câmara não lhe tinha respondido às questões colocadas, designadamente, quem é que vai liderar essa equipa e se o cargo será ocupado por concurso público ou nomeação. Tendo de seguida, o senhor deputado Hugo Vicente afirmado que pretendia fazer a mesma pergunta

Retomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para informar que quem irá liderar este grupo a funcionar na Casa do Dr. Gens, e até ser definida a possibilidade de haver ou não um concurso, será o Rui Cunha.

Discussão e deliberação sobre a reorganização interna de serviços do Município da Batalha, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro em conjugação com a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, designadamente alteração ao Regulamento Interno dos serviços e organograma nos termos da proposta constante na Deliberação de Câmara n.º 2022/0505/G.A.V., tomada em reunião do executivo municipal de 21 de novembro de 2022 foi o ponto posto a discussão.

(...)

Findo o período de esclarecimentos, foi o ponto posta a votação da Assembleia Municipal, tendo sido deliberado por maioria, com 16 (dezasseis) votos a favor e 8 (oito) votos contra aprovar:

1. A proposta de alteração ao regulamento interno dos serviços e organograma nos termos propostos na deliberação n.º 2022/0505/G.A.V., tomada em reunião do executivo municipal de 21 de novembro de 2022;
2. Manter as despesas de representação a todas as chefias intermédias de 2.º grau, nos termos fixados no despacho conjunto a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;
3. Fixar a base remuneratória das chefias das equipas multidisciplinares até ao limite da chefia intermédia de grau 2.º.
4. A revogação parcial da deliberação tomada na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 25 de fevereiro de 2022, que nomeou o júri do procedimento concursal para provimento de um cargo

de Direção Intermédia de 1.º Grau – Diretor de Departamento de Educação, Cultura e Turismo, publicitado na Bolsa de Emprego Público em 11/03/2022, com o Código de Oferta N.º OE202203/0402.-----

Votaram contra os senhores deputados municipais Alfredo Matos, Hugo Vicente, Nuno Santos, Fernando Marques, Elodie Zeferino, Marco Vieira e Vitor Correia do PPD/PSD, bem como o senhor deputado municipal Francisco Coutinho do CDS/PP, tendo este último apresentado uma declaração de voto que fica anexa à presente ata e que aqui se dá por integralmente reproduzida. -----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.-----

**

-----Ponto 6-----

Apreciar e deliberar sobre o Orçamento 2023 e Grandes Opções do Plano 2023-2027, nos termos das disposições legais conjugadas no n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (na sua atual redação); alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na sua atual redação), e do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), onde se inclui a aprovação de:-----

- I. Assunção de compromissos plurianuais (até 100.000 euros), para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 08/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;-----
- II. Mapa do Pessoal para 2023, para os efeitos previstos na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; -----
- III. Autorização para a inscrição de rubricas de receita cuja necessidade de cobrança ocorra durante a execução, desde que exista rubrica no classificador orçamental para a mesma e não se pretenda aumentar o valor global do orçamento, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;-----

MGD n.º 103, de 09/11/2022 -----

Dada a necessidade de se ter que ausentar durante dois minutos, o senhor **Presidente da Assembleia**, solicitou à primeira secretária que procedesse à leitura deste ponto, após a qual questionou o senhor Presidente da Câmara se pretendia fazer alguma intervenção relativamente a este ponto, tendo este mostrado a sua disponibilidade para responder às questões que os senhores deputados entendessem colocar. -----

Iniciou este período de intervenção a senhora deputada **Célia Cadima**, aproveitando o momento para "*felicitar o senhor Presidente da Câmara e restantes membros do Executivo pela proposta de orçamento e de grandes opções do plano para 2023, aqui apresentada. A sua elaboração foi,*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 52 de 75

certamente, um exercício pleno de desafios e constrangimentos no atual contexto socioeconómico, que poderá, no próximo ano, sofrer novos agravamentos. Dada a incerteza e as dificuldades que se avizinham, considero a proposta equilibrada, sensata, e que, para além do mais, acolhe propostas da oposição, aquelas que parecem exequíveis.-----

Li as propostas apresentadas pela senhora vereadora e pelos senhores vereadores do PSD com atenção. Declaram que nos espera a todos um ano particularmente difícil, devido à elevada inflação. Não é essa, infelizmente, a única ameaça que paira sobre nós! Dessa leitura, desde logo, fiquei surpreendida porque não vi com as propostas quaisquer cálculos ou previsões referentes ao impacto financeiro da sua aprovação em sede de orçamento municipal. Ora, fazer propostas sem atender às suas consequências e custos revela, em meu entender, alguma leviandade no que toca à gestão financeira, nomeadamente em termos de solidariedade intergeracional, porque, afinal, não queremos onerar as gerações mais jovens e as vindouras com uma dívida criada por nós, no presente.-----

Nas suas propostas, a senhora vereadora e os senhores vereadores do PSD argumentam que não se reveem nas Grandes Opções do Plano e que a Câmara Municipal, na sua proposta de orçamento para o próximo ano, não vai suficientemente longe e que aposta em investimento menos prioritário no atual contexto económico. A que investimento se referem, ao investimento em Saúde, ao investimento em Educação, ao investimento que é forçoso fazer em contrapartida de fundos recebidos para o realizar?-----

Volto a frisar que a incerteza dos cenários económicos para os próximos anos aconselha alguma prudência e uma gestão financeira rigorosa, criteriosa e que não ponha em causa a sustentabilidade financeira do município, nem o futuro dos mais jovens. A proposta do atual executivo é prudente, tenta realizar o que é possível realizar, criteriosamente, acudindo àqueles que mais precisam, numa lógica de justiça distributiva e de não comprometimento do futuro. E já agora, justiça distributiva, não significa como há pouco aqui foi dito a propósito da assunção pela Câmara de parte do aumento da tarifa da água, subsídios com dinheiros públicos, mesmo para aqueles munícipes que não apresentam qualquer carência económica.

Com esta proposta de orçamento e grandes opções, investe-se na Educação, na Saúde, no apoio à terceira idade e às famílias jovens e com crianças em idade de frequentar a creche, entre outras áreas. Certamente, o Executivo gostaria de ter sido mais ambicioso nas suas propostas, porém, fazê-lo, a meu ver, teria sido imprudente ou impossível, ou ambas as coisas. Muito obrigada.-----

*Seguiu-se a intervenção do senhor deputado **Francisco Coutinho**, referindo que “nós entendíamos no que concerne às grandes opções do plano 2023/2027, se esperavam mais inovações, mas pelos vistos não existem inovações, e nem sequer existe algo que se tenha vindo a propalar ao longo dos tempos da campanha. O resultado da auditoria ou da sindicância não existe, as promessas são mais do que muitas. A demagogia tem a sua vertente, por conseguinte lamenta-se, que se esteja no mesmo, ou melhor que o plano seja uma manta de retalhos casuísticos. Um ano decorrido, chegou a altura de não se culpar o passado pelas escolhas feitas, são poucas as exceções nas nomeações de técnicos ou outros, sem qualquer ligação ao concelho.*-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 53 de 75

Chegou a altura de provar à cidadania que se recuperaram os dossiês atrasados, dando assim fundamento prático às substituições que o Executivo está a fazer, e vem fazendo desde o início do mandato. -----

Estamos a cumprir com o que nos comprometemos com o eleitorado. A maioria fala sempre no desenvolvimento do concelho, estranhamos, de entre outros:-----

- não ter lugar o reforço do fundo social de emergência para apoio às famílias, atendendo o valor da inflação e da exclusão social que se aproxima, e que já se vai verificando;-----

- o alojamento e intervenção junto de pessoas em situação de exclusão social, violência doméstica e outras, não se fala;-----

- o programa municipal de apoio ao estudante é diminuto;-----

- não se fala de construções de casas com renda acessível, até para jovens, creches ou centros intergeracionais, designadamente com o aproveitamento da antiga escola do Reguengo do Fetal, e outras escolas primárias, que tanto quanto sabemos estão ao abandono, nomeadamente, na área da saúde também não se vislumbra o que se faz ao centro de saúde da Golpilheira;-----

- não se vislumbra medidas que minimizem o impacto negativo de focos de poluição, designadamente por suiniculturas, central betuminosa, pedreiras, etc;-----

- na realização e financiamento de eventos, os elementos disponíveis são pouco detalhados, o que se impunha melhor informação;-----

- constata-se que não são colhidas as inúmeras experiências existentes nos serviços do Município; ----

- se existe veterinário municipal, pouco ou nada se diz; -----

- sobre o plano municipal de ação climática – do novo centro de saúde e do novo quartel dos bombeiros – é tudo muito superficial e vago, que quanto a nós CDS, contrariamente aquilo que se possa afirmar, entendemos que o atual quartel dos bombeiros deve ser revitalizado, recuperado e aí sim, ser construído um centro de saúde. O quartel dos bombeiros atual, ser removido para um local mais eficaz, mais dinâmico e com outras condições. -----

Concluindo, habitação pouco ou nada, mobilidade, igualdade, subsídio de arrendamento, ou isenção municipal sobre transações onerosas de imóveis, de pouco ou nada se fala. O Município não pode ser uma máquina de desenvolvimento ou de investimentos. A Batalha não pode cair no ridículo. -----

Com este plano, muito lamentamos, mas votaremos contra. Muito obrigado.” -----

*A senhora deputada **Elodie Zeferino**, no uso da palavra referiu que “sendo espetável um ano de 2023 particularmente difícil, para famílias, empresas, associações, motivado pela crescente inflação, o orçamento apresentado não dá resposta às necessidades do concelho, a nosso ver, e das pessoas, podendo e devendo, ir mais longe em determinadas áreas, em detrimento de investimentos que consideramos menos prioritários face ao atual contexto socioeconómico. Em termos genéricos temos um orçamento de 19 milhões, em que a despesa corrente aumenta quase 11% face ao ano passado. O PSD apresentou vinte medidas distribuídas por área fulcrais como; ação social e saúde, habitação, ambiente, infraestruturas, economia e setor empresarial e educação, desporto e cultura. Algumas foram contempladas na versão inicial do orçamento, como é o exemplo da nossa proposta de*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 54 de 75

atribuição do plano de saúde a todos os residentes do concelho. Posteriormente foram acolhidas quatro medidas propostas pelo PSD que ascendem ao valor de 94 mil euros, a saber: reforço do valor das bolsas de estudo (proposta número dois), arrendamento jovem (proposta número seis), obras de requalificação da escola da Torre (a número dezoito) e apoio na ampliação do cemitério do Casal Vieiro, que foi a proposta número dez.”-----

Interveio de seguida, o senhor deputado **Ricardo Vala** tendo aproveitado para agradecer ao dr. Carlos Agostinho por ter recebido a Iniciativa Liberal, tendo-os esclarecido relativamente às questões que tinham acerca do orçamento. Disse que, no entanto, existe um assunto que lhes traz preocupação e que se prende com a descentralização de competências. Neste sentido referiu que, *“para melhor entender e acompanhar publicamente todo o processo de descentralização de competências para os Município, sugerimos e lançamos o repto para no final desta sessão da assembleia, reunir esforços na criação de um conselho de acompanhamento, com todos os partidos e entidades da sociedade civil e partes interessadas.*-----

O nosso objetivo é acompanhar o processo de descentralização no Município da Batalha, identificar os pontos fracos e fortes, entender se as transferências financeiras são suficientes e tirar lições para os futuros processos de descentralização que possam acontecer.”-----

Seguidamente, usou da palavra o senhor deputado **Marco Vieira**, que após cumprimentar todos os presentes, destacou, com agrado e no seguimento da análise efetuada ao orçamento, a inclusão de algumas rubricas afetas a investimento em São Mamede, contando inclusive com algumas medidas apresentadas pelo PSD. No entanto, relativamente ao pavilhão de São Mamede constatou que a rubrica afeta a este consta o valor previsto inicialmente para terminar a obra, constatando por isso que não existia nenhuma mexida no valor quer para terminar a obras como se previa, quer relacionada com a ampliação que se pretende, questionou o senhor Presidente se esta obra seria para terminar em 2023, ou não.-----

O senhor deputado **Octávio Vilaça**, no uso da palavra, e após cumprimentar todos os presentes, deixou algumas notas relativamente ao orçamento e grandes opções do plano em apreço. Neste sentido, disse que *“para início acho que é extremamente difícil, seja para a Câmara, seja para qualquer empresário, seja para quem for fazer orçamentos num atual contexto socioeconómico que temos no país e, no mundo. Taxas de inflação elevadas, que já não acontecia há vários anos a esta parte. Saímos de dois anos de pandemia e estamos com uma guerra na Europa. Aumento de preços que muitas vezes é bastante superior à inflação que é referida, nomeadamente em cabazes de bens essenciais. E, isto, no meu ponto de vista torna muito difícil fazer-se um orçamento por um ano, e projetá-lo, ainda por cima, para anos seguintes. O que é que quero dizer com isto? Quer dizer que analisando as grandes opções e o que está no orçamento, também obras que veem do passado e que se prevê que sejam feitas, ou que concluídas não só como o pavilhão de São Mamede que já foi aqui falado, mas também Ecovias, Ciclovias. Já no decorrer deste ano foi feito um protocolo para as obras no Mosteiro, que também são importantes, o Mosteiro não deixa de ser o cartão de visitas da Batalha, ou um dos maiores cartões de visita da Batalha, não é o único, obviamente. No centro de*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 55 de 75

saúde que também já foi aqui referido hoje, também está previsto melhoramentos de vias rodoviárias. O saneamento, já foi falado aqui, nesta sessão e noutras sessões, são investimentos de grande porte, não só para 2023, mas também para anos seguintes. -----

Relativamente a transferência de competências, nomeadamente, na educação, aquilo que me tenho apercebido é que efetivamente não há uma receita que acompanhe os custos inerentes a esta transferência de competências. A creche, também já foi aqui referido hoje, mais alunos, cerca de mais cem alunos, se a memória não me falha. Alunos também com necessidades educativas especiais, como foi referido e bem, há insuficiência em termos de assistentes e outros auxiliares. Portanto, tudo isto nos traduz que, no meu ponto de vista, obviamente, tem que se ter muito cuidado e algum nível de precaução nos investimentos e no orçamento a ser feito. Todavia, também queria realçar, que é importante do meu ponto de vista; obviamente; garantir que o grau de execução do orçamento em 2023 seja acima de 85%. Esperamos, ou espero que a evolução dos PRR, dos 2030 e das verbas que venham a ser atribuídas, permitam obviamente, e estou convencido de que tudo será feito nesse sentido. Há alguma pressão a nível nacional para que esses programas tenham celeridade, e, portanto que venham permitir fazer as obras quer estão previstas, e se possível, contemplar mais algumas, obviamente não descurando a parte socioeconómica da população, que na medida do possível e se houver oportunidade, serem contempladas com medidas adicionais durante o ano de 2023, se assim o justificar, porque o ano de 2023, estou convicto, não sou o único infelizmente, vai ser um ano muito complicado para todos nós..” -----

Interveio, de seguida o senhor **Presidente da Câmara** para deixar algumas notas relativamente ao que foi dito quanto a este ponto. “Senhor deputado Francisco Coutinho é evidente que os tempos mudaram e o princípio de gestão já não é idêntico há anos atrás. E, nós evoluímos muito nesta matéria por razões óbvias. -----

Dizer também à deputada Elodie, as questões que levantou, algumas foram aceites, outras nem por isso, também estamos cá para fazer o nosso programa.” -----

Quanto à sugestão deixada pelo deputado Ricardo Vala relativamente ao acompanhamento da descentralização referiu achar bem, “outros podiam fazer o mesmo, para depois se puderem aperceber bem qual é o efeito prático da chamada descentralização. -----

Mas eu queria aqui focar especificamente a intervenção do senhor Presidente da Junta, o senhor Marco Vieira, que está preocupado com o pavilhão de São Mamede. Estranhamente, o pavilhão de São Mamede tem demorado tempo demasiado na elaboração, aliás na determinação de quais os custos da ampliação, que há de ser a nossa base da decisão. Eu sei que vocês têm essa informação também, e, portanto, temos estado à espera que apareça a proposta final para que depois em reunião do Executivo decidirmos o que é que vai acontecer. Há um teto até onde acho que podemos ir, a partir daí terá que haver, se calhar, outras formas de resolver isto. E eu digo que tem sido um processo estranho, na medida em que estava longe de imaginar algumas coisas que, entretanto, aconteceram, e ouviu-se falar de valores incríveis, que nem sequer correspondiam à realidade. Aquilo que eu peço é mais alguma tolerância, porque de certeza que este mês, em princípio vamos ter essas



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 56 de 75

informações, sem prejuízo de, se entendermos que ultrapassa determinados valores, termos que consultar um especialista para validar os valores que lá constam, com aquilo que é o atual. Portanto, é este trabalho que tem sido feito no sentido de se puder ver da viabilidade de se executar uma obra que eu penso que vai valer a pena, mas dentro das medidas que devem corresponder. Não podemos agora, a pretexto de alguma pressão, estarmos aqui a aceitar preços, extremamente elevados, para os quais não encontramos nenhuma justificação e, por isso, a necessidade de rever quer as medidas, quer os valores de mercado. Vamos ter esperança que dentro de uns dias, se calhar, finalmente teremos isso. E, eu sei que vocês sabem que isto tem estado a ser avaliado a outro nível, e que tem havido dificuldades. -----

Seguidamente passou a palavra ao senhor **Vice-Presidente, Carlos Monteiro**, que iniciou esta sua intervenção referindo que não pretendia maçar os presentes com o power-point que tinha trazido para apresentar, em virtude de a noite já ser bastante longa, contextualizando de seguida os eixos estratégicos que o Executivo pretendia alcançar com este orçamento, destacando os principais projetos. Posto isto, disse que *"as nossas grandes opções estratégicas para 2023/2027 focalizam-se nestas áreas, pessoas, ambiente e recursos, economia e competitividade do território. Nas pessoas, obviamente que na discussão que fizemos não deixaremos de acolher vertentes focalizadas para os momentos difíceis que aí vêm relativamente a medidas de impacto social, e, portanto, também ficámos sensíveis às propostas do PSD, e obviamente iremos avaliar concretamente nas reuniões do Executivo seguintes. Na área do ambiente uma grande preocupação para todo o processo de regeneração do sistema de abastecimento público de água, assim como os recursos naturais, ver se conseguimos integrar a componente das termas e a medida de prevenção de fogos florestais. Em economia a expansão das zonas empresariais da Jardoeira e São Mamede. No urbanismo comercial os bairros digitais, o turismo sustentável, plataforma de colaboração com o operador. Redes de cultura, no âmbito do novo aviso que estamos a trabalhar que é Cultural Heritage and European Identities. Depois a competitividade do território, garantir todo o processo vigente de alteração para ver se conseguimos criar melhores condições de fixação dos jovens, e também atrair mais empresas; e no âmbito dos processos de regionalização contribuir para que os recursos do PT2030 sejam potenciados.* -----

Continuou dizendo: *"E sob o ponto de vista orçamental que orçamento é que temos? Para vocês perceberem. Ainda há pouco transmitiu-nos aqui um crescimento da despesa corrente, é a realidade. E como é que está estruturada a despesa corrente? Há cerca de cinco anos, sensivelmente, a despesas correntes na área de recursos antes de 2015, provavelmente, a despesa com os recursos humanos estava nos 2,4 milhões, 2,6, 2,7; e obviamente que isto tem vindo a progredir com a integração da área da educação, outras áreas, etc. Os impostos municipais que nós definimos pressupõem receita de 3,5 milhões de euros, depois as taxas e serviços 1,8, transferência de competências 2,52. Os rendimentos de propriedade são fixados por um valor resultado da média e depois a outra rubrica residual. O que significa que temos de receita corrente de 13,55 milhões de euros, e de capital (aqui é que é preciso ter atenção neste indicador). Nós estamos a fazer*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

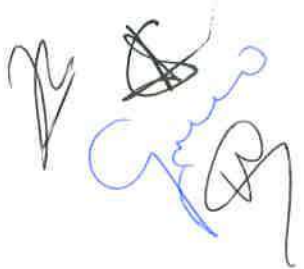
[Handwritten signature]
Página 57 de 75

orçamentos contando com uma fatia muito grande para conseguir e realizar investimentos, como tem sido sempre nos últimos anos, que é a componente dos fundos comunitários, 3,53 milhões de euros. Este valor previsto para o orçamento de 2023, é o valor de financiamentos comunitários já aprovados. Ainda o recurso a empréstimo que tem haver com aquela questão do empréstimo que já foi contratualizado para o Pavilhão de São Mamede e a venda de outros serviços e outros valores que são residuais. O que significa que de capital temos 5,47 milhões de euros, no entanto, só cerca de 1,3 milhões de euros é que depende da receita própria do orçamento, por via das transferências do orçamento de estado em FEF de capital 0,64 milhões de euros. Portanto, são 640 mil euros. E, depois, a questão da venda dos investimentos, e também o saldo entre a receita corrente e a despesa corrente. O que significa que para isto qual é que é a despesa? Reparem: em 13,55 milhões de euros, a nossa despesa situa-se em 12,83. Quais são as grandes fatias? Pessoal, como vocês viram ainda há pouco: 5,4 milhões de euros; aquisição de serviços: 6,54 milhões de euros. Destes 6,54 milhões de euros, só para terem uma ideia, grandes rubricas que estão aqui inseridas: SUMA; ADL, Valorlis, energia e gás, neste momento já estão perto dos 4 milhões de euros. Estas despesas todas cresceram substancialmente; por exemplo, os sistemas de tarifários que estas entidades em alta, que gerem o nosso lixo, que gerem o nosso saneamento. Reparem: nós tínhamos na ordem de 700, 800 ou às vezes a atingir 1 milhão de euros para energia e gás, e agora vai naquele valor já superior a 1,5 milhões de euros. Portanto, estas rubricas cresceram substancialmente em termo de despesa corrente. -----

E a despesa de capital prevista, são valores que enquadram maioritariamente a possibilidade de obtenção dos fundos comunitários, e para os montantes já contratualizados, para alavancar o investimento nos próximos três anos, nós vamos ter de contar com 4,17 milhões de euros de fundos comunitários, para 1,37 de fundos próprios; 7,74 milhões para 1,2 milhões para 2024 e 7,95 milhões para 0,67 em 2025. -----

Quais são as grandes vertentes do orçamento? Fundamentalmente a rede viária, para a qual nós não temos uma capacidade imediata para realizar este investimento pelo orçamento. Está a ser construído no âmbito do Plano de Desenvolvimento Territorial, um contexto de negociação através da linha BEI, para se puderem fazer investimentos estruturantes nesta área para a rede. Depois proteção civil, a educação. A educação, como sabem com o Centro Tecnológico, nós vamos ter uma despesa residual que se prende com ligeiras adaptações da infraestrutura para acolher o Centro Tecnológico, e também o elevador. O projeto correu pelo lado do Agrupamento de Escolas com o nosso permanente apoio técnico e de interligação e de atração das empresas para os protocolos; a residência de estudantes; a creche; a beneficiação de refeitórios escolares exteriores da sede, e, depois todos os projetos na área do empreendedorismo e da prevenção do insucesso escolar. -----

Na saúde, o novo centro de saúde, o cartão municipal. Economia, muito focalizadas para as áreas de localização empresarial, para a racionalização da energia. Neste momento, temos o concurso praticamente em processo de adjudicação, vamos a curto prazo apreciar em reunião do executivo a adjudicação definitiva das obras das Piscinas Municipais, que envolve cerca de 600 mil euros de



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 58 de 75

investimento, com um programa de apoio que não tem sido executado. Depois, 100 % led de iluminação pública está a equacionar-se neste momento no âmbito de um processo paralelo à ITI para as Comunidades intermunicipais, uma linha direta a fundo perdido para acelerar o processo de iluminação pública em LED; substituição das luminárias de vapor de sódio para tecnologia LED, porque isso vai-nos permitir uma poupança brutal. Só para terem uma ideia, os contratos de concessão com a E-REDES, significa que anualmente temos que alinhar o escalonamento das luminárias, faltam-nos cerca de sensivelmente cinco mil e duzentas luminárias para substituir no concelho da Batalha. Obviamente que a E-REDES não tem capacidade para antecipar esse plano, e nós se podermos antecipar esse plano nós vamos ter os ganhos resultantes da diminuição da energia. E, portanto, vamos refletir no futuro também em poupança de despesa corrente.

Depois, ambiente e saneamento. Reparem: eu coloquei aqui no plano plurianual para vocês perceberem que estes investimentos têm que ser repassados pelo lado da empresa municipal; e, depois, a cultura e desporto, pavilhão de São Mamede, substituição do relvado sintético (já estamos neste momento em elaboração do projeto para lançar o concurso). Reabilitação do multiusos, porque os projetos na área da regeneração urbana na ITI vão permitir integrar esse tipo de requalificações. Requalificação das instalações do IVV, e, redes culturais património da humanidade.

Seguidamente, deu a conhecer o mapa no qual constam os projetos já submetidos no âmbito das Acessibilidades 360.º no montante de 1,6 milhões de euros, dos projetos em curso no âmbito do CENTRO 2020 nos quais falta executar cerca de 1,2 milhões de euros, no âmbito do POSEUR 720 mil euros, estando os projetos com maior expressão inseridos no PRR com um valor aprovado de 5,279 milhões de euros. Desta forma pretendeu que todos os presentes ficassem com a noção "da dinâmica e do trabalho que tem sido realizado internamente e com o suporte técnico também no âmbito dos projetos de execução, porque não há nenhum fundo comunitário que seja aprovado que não tenha por base um projeto de execução técnico, de arquitetura, projeto de especialidades e outro tipo de situações.

É esta a nossa realidade, é um orçamento em que o investimento vive em função dos fundos comunitários. E qual é a nossa capacidade intrínseca anula se não tivéssemos fundos comunitários? Só tínhamos dois recursos, um é que o nosso orçamento anualmente só liberta 1,3 milhões de euros para esses investimentos, segundo é a capacidade de endividamento, se quisermos aumentar esta fasquia temos que ir ao banco. Qual é o valor de endividamento disponível? Quase 11,5 milhões de euros. E, portanto, espera-se que o debate futuro seja que investimentos prioritários é que vamos financiar através de recurso bancário se for necessário, e que o PT2030 não vai financiar. Não vai financiar rede viária, e, portanto, temos que avançar com um projeto de reestruturação da rede viária, inclusive, por exemplo a Estrada da Perulheira (A estrada da Perulheira custa quase 1,2 milhões de euros, para requalificar e colocar a zona pedonal de passeios). Nós temos muitas necessidades de investimento, apesar da inovação que estamos a contextualizar na vertente de empreendedorismo e tecnologia, por via do projeto do Centro Tecnológico, da dinâmica do ensino profissional no concelho,



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

[Handwritten signatures and initials]

Página 59 de 75

da renovação do parque escolar acolhendo nova tecnologia. Temos aqui a necessidade de satisfazer as nossas necessidades.” -----

*Seguiu-se mais um período de pedido de esclarecimentos iniciado pelo senhor deputado **Eduardo Veiga** referindo que “apesar de acharmos que o orçamento está equilibrado no seu geral, e entendermos esta conjuntura, há sinais transmitidos contraditórios, onde se esperavam medidas para mitigar as dificuldades que a população irá sentir em 2023. Um sinal positivo seria manter em vigor todas as medidas vigentes durante a pandemia de apoio à população e à atividade económica, nomeadamente, isenção de estacionamento e taxas camarárias relacionadas com a atividade económica, que não tendo grande expressão orçamental passa aos munícipes um sinal correto. Pela falta desses pequenos sinais de esperança, e não acreditando, pessoalmente, na abstenção como sentido de voto, serei obrigado a votar contra este orçamento.” -----*

*O senhor deputado **Hugo Vicente**, no uso da palavra, congratulou em primeira instância o senhor Presidente da Assembleia por lhe ter dado a palavra, tendo este último referido nunca lhe ter tirado a palavra, apenas o uso indevido da mesma. -----*

*Prosseguiu a sua intervenção o senhor deputado **Hugo Vicente**, e “antes do comentar aquilo que o ponto seis nos obriga, devo realmente realçar que o senhor deputado Armando Rosa veio aqui mais uma vez passar um atestado de incompetência a todos os deputados, à exceção da bancada dele. A todos os deputados, ele falou a todos os deputados, é preciso ter noção. É preciso ter noção que todos nós trabalhamos em prol dos batalhenses, e não é o senhor que vem aqui dizer-nos como é que nós devemos, ou não devemos trabalhar. Somos tão ou melhor que vocês, e não deve de forma alguma menosprezar o nosso trabalho, e o nosso conhecimento, em detrimento de alguma coisa. Já agora, fale mais...talvez as pessoas lá em casa lhe percebam melhor.” -----*

*O senhor **Presidente da Assembleia** interrompeu a intervenção do senhor deputado para o relembrar que se encontravam na discussão do ponto número seis, prevenindo-o, de seguida, que seria obrigado a cortar-lhe a palavra caso continuasse nessa pessoalização do seu discurso. -----*

Retomou a palavra o senhor deputado Hugo Vicente, e relativamente ao pavilhão de São Mamede disse que “quando nós tivemos aqui em junho a Assembleia, o senhor Presidente disse-nos que nos ia apresentar resultados em setembro, lembro-me perfeitamente disso. O que é certo é que para além de não nos apresentar resultados, não tem qualquer tipo de proposta para saber o que é que vai fazer. Coloca numa rubrica 1 milhão de euros, que efetivamente não vai fazer nada, porque não sabe o que é que há de fazer. Está à espera das melhores propostas, quando as melhores propostas não existem, porque toda a gente sabe que neste momento os preços estão superinflacionados, sejam eles de mão-de-obra, sejam eles de materiais. Isso não vai existir. O que é certo é que continuamos com um mono em São Mamede, continuamos com uma obra não feita, e isto para nós, pessoas de São Mamede é muito importante, independentemente de você lá querer por 900 lugares, ou 200 lugares. Evidentemente aquilo que as pessoas de São Mamede precisam é de um pavilhão, que foi aquilo que foi projetado e aprovado no antigo executivo, e que vocês só tinham era que aprovar, e continuar o trabalho que já estava feito. Hoje não temos nada, e continuamos sem nada. Aliás, nós



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 60 de 75

somos prós em não ter nada, porque deixaram-nos lá dois ou três pavilhões incompletos, e que ainda continuam por fazer.” -----

Referiu ainda: “Aquilo que me trouxe aqui foi aquilo que não foi falado ali, e ali, e passámos todos por cima, chama-se a área social. E a área social dentro deste orçamento posso-vos dizer que tem um decréscimo de 2022 para 2023 de 0,5 milhões de euros. Meio milhão de euros! Temos aqui as grandes opções do plano em que efetivamente temos um acréscimo de 2 milhões de euros, esses 2 milhões de euros estão esbatidos no centro de saúde que vai ser realizado lá para 2027, entretanto as pessoas continuam à chuva, tudo bem, mete-se uma tenda, perfeito, mas continuam à chuva. Ou seja, efetivamente em 2022 nós tivemos uma rubrica de 3,351 milhões de euros, e este ano retirando a Casa do Mimo que está inserida no social, retirando o Centro de Dia que está inserido no social, retirando os 2 milhões de euros, efetivamente temos um investimento de 2,694 milhões de euros, ou seja, menos de 656 mil euros do que na época transata. Isto quer dizer que nós, como toda a gente foi de acordo, 2023 vai ser um ano difícil. E o que é que este Executivo propõe, um desinvestimento total na área social de menos 600 mil euros. Vai aumentar a energia como já está a aumentar, vai aumentar os créditos bancários como já estão a aumentar; vai aumentar o próprio cabaz essencial para os bens alimentares. E as famílias do nosso concelho o que é que podem recolher da Câmara da Batalha? Zero, nada, um desinvestimento total na área social. É este o caminho? É esta a vossa prioridade as pessoas como foi ali apresentado, e acolá apresentado? É essa uma das vossas prioridades, as pessoas? Não as vejo aqui esbatidas senhor Presidente.” -----

Usou da palavra o senhor deputado **Vitor Correia** tendo pedido autorização ao senhor Presidente da Assembleia para suportar a sua ideia com recurso a um audiovisual, tendo esta sido concedida. Começou a sua intervenção dizendo: “A nossa preocupação é esta, e eu tenho aqui alguns exemplos, e títulos de jornais e o que é que as outras Câmaras estão a fazer, e aquilo que não se vê refletido neste Orçamento de 2023. O exemplo da Câmara de Condeixa, o exemplo do Município de Pombal, o exemplo de Cascais, o exemplo de Lisboa. Todos eles têm como título principal para o orçamento do próximo ano planos de combate e de mitigação à inflação, e nós não vemos isto neste orçamento de 2023. E, é por isso que eu tenho que relembrar um bocadinho estes tópicos de inflação, porque tendemo-nos a esquecer um bocadinho do que é que vai acontecer à inflação no próximo ano, e que já está a acontecer. -----

Um é a inflação está nos 10 %, isto significa para uma família média, chegam ao final do mês e têm menos 200 euros, gastaram o dinheiro, mas compraram menos 200 euros de coisas, é isto que significa a inflação. Depois, o que significa também, até do ponto de vista alimentar, a inflação alimentar está nos 18 %, ou seja, se eu tiver um cabaz de bens essenciais médio na casa dos 180 euros, esse cabaz custa mais 34. Isto é o que representa a inflação para nós cidadãos, neste momento e para o próximo ano. Mais, para as empresas também. Os custos de produção aumentaram 20 %, maior aumento dos custos de produção desde o ano em que eu nasci, que foi há quase quarenta anos atrás, em 1983. E sobre isto, nós temos um orçamento que nos pede o seguinte, e eu tive que fazer este contraste porque realmente a população vai ter que apertar o cinto, a população vai ter menos



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 61 de 75

dinheiro para despende, vai sofrer um aumento de custo e de vida, mas no entanto, à Câmara Municipal e neste orçamento não se pede nenhum esforço, nenhum sacrifício, e pelo contrário como eu vou demonstrar de seguida, a Câmara até engorda e aumenta sem grande controle. -----

A começar pela despesa com o pessoal, eu fui buscar uma notícia do Jornal de Leiria de novembro do ano passado em que o senhor Presidente, Raul Castro, dizia que não há dinheiro, a Câmara não tem dinheiro, tem apenas dinheiro para pagar salários. Mas, a verdade é que a Câmara sem dinheiro não vai aumentar as despesas com o pessoal desta forma. Em dois anos, a Câmara vai aumentar, já no ano de 2023, a despesa com o pessoal aumenta em 28 % é mais 1,2 milhões de euros. O Executivo pode dizer, bem o aumento do salário mínimo, o Governo obriga-me a atualizar o salário das pessoas, etc, mas eu tenho outro gráfico que mostra um bocadinho mais a realidade. Entre 2021 e 2023, eu tenho um aumento de 23% no número de pessoas, são mais 51 pessoas para 2023. Ou seja, aumentamos a despesa com o pessoal de uma forma incrível. -----

Depois, se olharmos para aquilo que é impostos, taxas e serviços, realmente dizia o senhor Presidente, e eu tive que ir buscar uma notícia também, que não baixar impostos e taxas permite garantir o equilíbrio na gestão financeira do Município, atendendo ao contexto de forte crise. Vamos reforçar a Câmara, que é para a Câmara não ficar a perder com a inflação. A verdade é que a Câmara tem um aumento de receita no valor de 10 %, entre 2022 e 2023, é mais 1,8 milhões de euros. Pode-se dizer, é devido ao PRR, é devido a um conjunto de coisas técnicas, mas a verdade é, devido em grande parte, aquilo que é rubrica de impostos, taxas e serviços. Quem paga esses impostos, taxas e serviços, somos nós, os contribuintes. E mesmo que seja a questão do PRR, são dinheiros públicos, e os dinheiros públicos são nossos, são dinheiro dos contribuintes, porque a Câmara não é uma empresa. Ou seja, este aumento de receita é devido aquilo que nós, como contribuintes, contribuímos em termos de impostos, taxas e serviços. -----

E ali o número 10% é muito importante. Porque eu disse-vos que a inflação estava nos 10 %, a Câmara aumenta o nível de receitas em 10 %, para a Câmara a inflação não tem peso nenhum, mas nós enquanto cidadãos; eu não vou ver o meu salário aumentado em 10 %, porque as empresas não vão poder aumentar os salários em 10 %, por isso, pede-se à população para apertar o cinto, mas não se pede à Câmara. -----

Finalmente, e muito importante, e é por isso que este orçamento em especial não reflete, não apresenta nenhum plano de mitigação da inflação e não pensa nas pessoas. O senhor Presidente disse, em outubro deste ano que «a Autarquia adianta estar ainda a analisar que a aplicação de medidas e apoios com o intuito de mitigar os efeitos de crise económica junto da população mais vulnerável», ótimo, acho que esse é que é o caminho senhor Presidente, mas o problema é que o seu orçamento não reflete aquilo que está a dizer, porque a rubrica da ação social cai, afunda em 451 mil euros, relativamente ao ano passado, é menos 30 % gastos na rubrica da ação social. Podem dizer mas há a função social, há as escolas, há os centros de saúde que vão iniciar a construção, seja lá o que for. As pessoas não vivem de paredes, as pessoas não vivem de escolas, as pessoas precisam de



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 62 de 75

dinheiro para comer, e aquilo que é a proteção das pessoas mais vulneráveis que esta rubrica (que acho que é a 232 ou 233), cai em 471 mil euros face ao ano passado.”-----

Continuou: “O PSD tinha apresentado cerca de vinte medidas para este orçamento, muitas delas cobriam aquilo que seria um plano de mitigação da inflação, seja na ação social e saúde, na habitação, no ambiente, na energia, nas infraestruturas, na economia setor empresarial. Nós até tínhamos uma proposta que era, efetivamente, compensar as empresas seja do pinto de vista de impostos ou outro tipo mecanismo. As empresas que veem os seus custos aumentados pelo seu esforço energético, pelo aumento do custo energético; nós propusemos um mecanismo para compensar as empresas neste sentido. Outras medidas para reduzir o custo da energia na Câmara, etc, etc, etc. O reforço da ação social e outras coisas que os meus colegas também vão apresentar. --- Eu não me vou alongar muito, mas realmente nós tínhamos dentro destas vinte propostas do PSD, muitas delas corresponderiam aquilo que seria um orçamento com base realmente nas pessoas, e nas dificuldades que nós vamos passar todos no próximo ano.”-----

Seguiu-se a intervenção do senhor deputado, Nuno Santos, e apesar do assunto que motiva a sua intervenção já ter sido abordado nesta Assembleia, disse: “É com desagrado, que verificamos que neste orçamento não foi prevista qualquer rubrica para o pavilhão da Torre, conforme proposta apresentada pelo PSD. Eu compreendo os argumentos do senhor Presidente, mas até o Ministro da Educação veio dizer e referenciar, que são necessários espaços desportivos, porque eles não foram contemplados no PORTUGAL2020, e então pediu para que fossem refletidos no PT2030. E aí, se fosse aberta a rubrica no orçamento, a Câmara estava permitida a fazer uma candidatura para a reformulação e melhoramento das infraestruturas desportivas existentes. Você já justificou, e já disse que não é intenção do Executivo fazer esse pavilhão, mas também digo que sem recintos e sem condições, a prática do desporto também se torna mais difícil, e também não há tanto incentivo para os jovens, e para quem quiser praticar desporto, o fazer.”-----

Lamentamos a exclusão total deste projeto, alvo de protocolo assinado por várias entidades, no passado ano de 2021, como referiu a senhora Diana, aqui anteriormente.”-----

*Aproveitou a oportunidade para desejar boas festas a todos os batalhenses e um ótimo ano de 2023. Após terem sido rececionadas mais duas inscrições para intervir relativamente a este ponto, o senhor **Presidente da Assembleia**, informou que a intervenção do senhor Presidente da Câmara iria ocorrer no final destas.-----*

*Neste pressuposto, usou da palavra o senhor deputado **Arlindo Marques**, que após cumprimentar todos os presentes efetuou um pequeno comentário, relativamente ao conjunto de propostas apresentadas pelo PSD para as grandes opções do plano para 2023, dizendo: “não quero deixar de dizer que estamos perante conjunto propostas apresentadas que são muito arrojadas e sobretudo muito corajosas. No entanto, resta saber se tudo isto é exequível e se haveria espaço orçamental para outras propostas, contrariamente, um bocadinho àquilo que o senhor disse.-----*

Todos sabemos que um orçamento municipal requer ser justo, equitativo e sobretudo equilibrado, mas este certamente este não o seria. Quantificando e mensurando todas estas propostas (as vinte),



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)


Página 63 de 75

depressa se deparava um conjunto orçamental desequilibrado, assimétrico, sem qualquer cabimento para outras propostas. -----

No contexto atual, onde todos os momentos de incerteza são cada vez mais constantes, a volatilidade de preços é algo nunca visto e é paradigma que veio para ficar. Na tomada de decisão passa a vigorar como regra o curto prazo e ninguém, neste momento, arrisca no médio e longo prazo, sendo indicadores que têm de ser levados em linha de conta. Gerir hoje é bem mais difícil do que gerir no passado. -----

Não temos dúvidas de que este conjunto de propostas comprometeria, seriamente, o orçamento municipal, colocava em causa a sustentabilidade do nosso concelho e seria letal para a nossa economia local. -----

São propostas que iriam imputar as reais necessidades assumidas pelo nosso executivo, para 2023.

As necessidades que eu considero são:-----

Mais apoios às famílias, um novo centro de saúde, mais espaço para cultura, maiores benefícios habitacionais, adaptar as escolas e o ensino ao meio e ao contexto empresarial. Não tenhamos dúvidas que a economia sustentável deve assentar nestes pilares. Quanto maior e melhor for a qualidade deste capital, melhores são os recursos e consequentemente, melhor o sucesso para as nossas empresas. -----

Já se falou aqui por duas vezes no pavilhão da Torre, e eu não queria falar, até porque eu sou um bocado suspeito. Eu sou morador na Batalha, tenho sangue torrejano, e não quero deixar de falar neste ponto, também focado pelo PSD Batalha. Para mim é um assunto no qual estou muito sensível, aquilo que eu quero dizer sobre isto é só mais o seguinte, apelo a todas as forças políticas, todas, do nosso concelho: que não usem mais, não usem mais, o pavilhão da Torre e as suas gentes como arma de arremesso nas campanhas eleitorais ou em qualquer momento de interesse próprio. O povo da Torre, a direção da Torre são gente honesta, trabalhadora, merecem todo o nosso respeito e não querem ser mais usadas da mesma forma, para interesses de terceiros". -----

Continuou: "Antes das eleições de 2017, não fui eu que estive, em outubro de 2016, no Centro Recreativo da Torre, reunido com alguns elementos da direção do centro, transmitindo às suas gentes que iriam requalificar este espaço, ou seja, o fecho do pavilhão. -----

Não fui eu que estive no início de 2017, nas instalações do Centro Recreativo da Torre, reunido com a Direção e alguns dos sócios fundadores, dia em que o projeto foi apresentado os respetivos valores orçamentados. Desta reunião foi dito o seguinte às gentes da Torre: o projeto era exequível e iria avançar. Eu ouvi, não estou a inventar. -----

Entretanto, aconteceram as eleições, 2017, pura desilusão, o projeto passou a ser uma obra megalómana, esse termo foi utilizado em toda a linha, passando nitidamente para o plano secundário. -----

Passados mais quatro anos, agosto de 2021, um mês antes destas últimas eleições, nova reunião para assinatura de pretenso protocolo (para mim é pretenso) sobre o pavilhão na Torre, desta vez no



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 64 de 75

ringue desportivo, local de onde as pessoas, na sua maioria, estavam convencidas de que, o pavilhão iria ser feito.-----

Resumindo: tem sido uma obra apenas utilizada unicamente para interesses de alguns, em períodos estratégicos, entenda-se, períodos eleitorais.-----

Neste momento, o Centro da Torre, tem investimentos feitos, trabalhos efetuados, estudos, projetos a rondar os 25 mil, 30 mil euros, não devo fugir muito. -----

Eu partilho, e quero partilhar um bocadinho das palavras do senhor Fernando Lucas que é o presidente da Junta que disse que «É uma obra que necessita de intervenção urgente.» Eu não digo o fecho, um outro projeto, uma outra circunstância, porque o seu estado atual está a degradar-se de dia para dia. Falo nomeadamente nos balneários, isto mais ano menos ano vai tudo.» -----

Este período, terminou com a intervenção do senhor deputado **Alfredo Matos**, tendo afirmado que quase tudo já tinha sido dito à cerca do orçamento. No entanto, “gostaria de chamar a atenção aqui para dois números do orçamento. Um que é a margem de endividamento, que realmente hoje está nos 14 milhões, e o valor dos juros que a Autarquia pretende pagar, 18,5 mil euros. Eu vou-me focar um bocadinho mais nas funções económicas, porque realmente é uma área onde eu estou mais à vontade, e é uma área onde eu venho a dar a minha opinião e a debater por um princípio, modelo de negócio, que há vinte anos eu tento que seja seguido, mas até hoje ainda não consegui. Há mais de vinte anos que nós assistimos a ouvir falar da Zona Industrial de São Mamede, há mais de vinte anos que, por vários anos seguidos foram implementadas as medidas preventivas que impediam os proprietários de fazerem lá o que quer que fosse, porque se estavam a fazer estudos, porque se estavam a fazer projetos, porque se estavam a fazer essas coisas todas. E a zona industrial continua exatamente na mesma, e aquilo que eu temo é que vá continuar na mesma para depois de 2027. 2028. Realmente, o modelo de negócio está errado, a forma como a Câmara propõe fazer alguma coisa pela zona industrial de São Mamede está completamente errada. A Câmara neste orçamento apresenta-nos como modelo de negócio adquirir os terrenos para fazer as infraestruturas da zona industrial, e tem para isso, uma verba de 600 mil euros. Depois tem uma verba prevista para a construção dessas mesmas infraestruturas, que ao longo de cinco anos gastará 1,3 milhões de euros. Portanto, temos aqui aproximadamente 2 milhões de euros para gastar na zona industrial de São Mamede, durante cinco ou seis anos, ficando ao fim desse tempo com zero para reembolsar o investimento. Este é o modelo que a Câmara propõe. -----

Eu sempre defendi o modelo contrário que é, a Câmara compra os terrenos, temos margem de endividamento, perdemos uma oportunidade excelente de juros negativos e de juros quase a zero, em que nos podíamos ter endividado, ter feito as infraestruturas, e ter vendido os lotes de terreno. E, aí sim, era um endividamento em investimento, em mercadoria, que poderíamos vender, estávamos sempre a tempo de realizar dinheiro. Portanto, perdemos a oportunidade de juros baixos, que nunca mais voltam a ser tão baixos como eram, mas mesmo assim, continua a ser viável e continua a ser a única hipótese de alguma vez haver a zona industrial em São Mamede. A Câmara não tem hipótese nenhuma de gastar lá 2 milhões de euros para reaver zero, e sem garantia nenhuma que os

proprietários se entendam por venderem o que sobra daqueles terrenos onde foram feitas as infraestruturas, porque qualquer terreno está sujeito a passar-lhe um estrada a meio e ficar um bocadinho de cada lado que serve de zero. Mas a Câmara não tem condições para fazer isto que está aqui a propor.-----

Na Batalha, a mesma coisa. Na área de localização industrial da Batalha a Câmara tem previsto agora para a aquisição de terrenos, 800 mil euros em dois anos. Eu penso que esses 800 mil euros são também para instalar as infraestruturas. Então acho pouco dinheiro. A Câmara tem previsto um investimento de infraestruturas na zona industrial de 3,1 milhões de euros ao longo dos anos, o que significa que em 2027 teria lá gastos 4 milhões de euros, 800 mil em terrenos e 3,1 milhões em infraestruturas. Isto é impossível rentabilizar este tipo de investimento, porque eu não sei qual é a área que a Câmara pretende compara com 800 mil euros na zona industrial da Jardoeira, e como é que pode ser rentável depois de gastar lá 3,1 milhões de euros aos preços de hoje. Portanto, eu acho que a ideia é boa, já era boa há vinte anos, será boa daqui a vinte ou trinta, mas pelo que eu vejo no orçamento vamos chegar ao fim de 2027, e vamos ter zero feito em São Mamede, e zero feito aqui na Jardoeira, porque estes números não são exequíveis. Espero que um dia, consiga convencer os autarcas a seguirem o caminho correto, que é comprarem os terrenos, urbaniza-los e vendê-los. Como são muitos proprietários não é possível algum privado fazer isso, terá que ser a Câmara a fazê-lo e a Câmara consegue rentabilizar e consegue tirar dali uma mais valia. Isso sim, trará o desenvolvimento à Batalha, trará postos de trabalho, trará pessoas a comprarem habitação, a viverem cá, e isso sim, criará o desenvolvimento da nossa terra. Por esta forma nunca lá chegaremos. É o que está a fazer Porto de Mós, que é um concorrente direto nosso. Estão neste momento a alargar a zona industrial deles em cerca de 40 hectares, salvo erro, e tem procura para os lotes que estão lá a construir, e a Câmara fez exatamente isso, durante um ano ou dois comprou os terrenos todos, e agora está na fase de fazer a urbanização e a venda dos lotes, e já tem programada mais duas ou três ampliações, e por fases, farão ali uma zona industrial que vai absorver tudo o que sejam empresas aqui da região e que tenham necessidade de se instalar vão para ali, porque ali têm realmente todas as condições. Hoje está mais que visto que já não é compatível com os tempos eu que eu comecei, e que outros começaram, com uma fábrica na garagem do carro. Hoje isso é impossível, tem que se começar em zonas industriais, tem que se ter condições, não se consegue legalizar de outra forma. Na Batalha, desta forma nunca teremos uma zona industrial em condições. - O orçamento realmente continua equilibrado, eu temo que ele possa vir a desequilibrar, porque com o aumento que temos de despesa de salários, o aumento que temos de despesas de energia, os custos que nós já temos no saneamento, e no tratamento de resíduos e transporte, nós nos próximos cinco anos vamos gastar mais de cinco milhões de euros no saneamento. Nos próximos cinco anos vamos gastar mais de 6 ou 7 milhões de euros no transporte e recolha do lixo. Com a inflação que se avizinha, essas despesas vão continuar a subir e o orçamento pode realmente ficar desequilibrado. Adianto também como o senhor Presidente há bocadinho dizia, e bem, isto não é o Sporting x Benfica, eu acredito que as pessoas que estão à frente do Município são pessoas bem intencionadas,



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 66 de 75

a intenção deles é a mesma que a nossa, é querer o melhor para a Batalha, acredito piamente nisso, razão pela qual eu acho que chegará o consenso em algumas decisões que terão de tomar. Nomeadamente eu nunca falei nisto, mas tenho que falar, só porque realmente o senhor Presidente insiste com isso. Eu nunca falei na "praia da Batalha", não falei porque desde sempre achei que aquilo era uma asneira, mas todos nós todos temos o direito a fazer asneiras, e podemos enganar-nos, e às vezes há sentimentos que nos levam a tomar melhores ou piores. A verdade é que hoje, falo nisso porque o senhor Presidente quer repetir essa asneira, e uma asneira repetida não passa a ser bom, continua a ser asneira. Ao prever investir na praia da Batalha mais 70,5 mil euros, eu espero que o bom senso prevaleça e não gaste lá dinheiro nenhum, porque realmente aquilo não nos trouxe benefício nenhum, não vi batalhenses a praticar andebol de praia, não vi batalhenses a assistir aos jogos, só se foi no tal canal 11 onde transmitiram, inclusive foi motivo de chacota de alguns concelhos vizinhos o facto de termos uma "praia na Batalha". Não nos traz mais valia nenhuma, apenas compreendo que esteja aqui esta rubrica, se calhar para poder contabilizar algumas despesas feitas e que ainda não estejam contabilizadas, isso é outra coisa. Mas espero que o bom senso prevaleça e que estes dinheiros não sejam gastos nessas coisas. -----

Temos também outras coisas que eu acho que poderão ser repensadas. Acho que se calhar é importante que se façam jantares temáticos no Mosteiro, mas a Câmara Municipal gastar 41,5 mil euros em jantares temáticos no Mosteiro, eu não acho bem, isto dá muito jantar, é capaz de dar mil jantares, e se calhar não somos muitos e ainda me calha um convitezinho, mas eu só irei a um jantar desses se pagar o meu jantar, porque acho que não é a Câmara que tem de pagar jantares para as pessoas irem lá divertir-se, e assistir a jantar temáticos. Penso que essa verba poderá vir a ser canalizada para outro investimento qualquer. Tal como conferências e exposições de trajes, onde se gastam 50 mil euros, penso que poderão ser repensadas de forma mais económica. Não digo que não se façam, são importantes que se façam, agora a Câmara Municipal gastar 35 mil euros numa conferência, que ainda por cima é para repetir no ano seguinte (portanto são 70 mil euros), ou os conferencistas são muitos, ou são muito caros, ou não sei o que é que possa levar a que se faça uma despesa dessas. A exposição de trajes de cinema não sei se será assim tão importante para custar 15,5 mil euros, quando nós vimos outras rubricas, como pro exemplo o festival de folclore que tem uma verba atribuída de 2 mil euros, que eu penso que é insuficiente para as despesas que eles têm e para o trabalho que eles têm. -----

Ainda assim, como disse, esperamos e confiamos no bom senso dos decisores, vamos dar um voto de confiança, vamos ficar atentos porque realmente apreciamos o facto de terem aceite algumas das nossas propostas. Agora vamos ficar vigilantes há forma como elas vão ser executadas, não basta abrir a rubrica, meter lá 100 euros ou 500 euros de financiamento definido, e depois não fazer nada. Portanto, nós vamos ficar vigilantes, vamos perceber o que é que vai acontecer, e desta vez não vamos votar contra o orçamento da Câmara Municipal da Batalha". -----

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** a fim de prestar os esclarecimentos finais relativamente a este assunto dizendo que "em relação aquilo que foi dito aqui sobre este ponto,

aquilo que me permite comentar, e que é passível desse comentário, nomeadamente ao deputado Hugo Vicente e deputado Vitor Correia, é que há mais gente a saber fazer contas, só que a diferença é que são contas certas e reais, e não contas feitas de uma certa maneira para iludir seja quem for. Se estão a dizer que baixou 400 mil ou 500 mil na parte social, é bom lembrar que no ano passado, no anterior orçamento constava lá a casa do Mimo, deixou de constar, porque, entretanto, conseguiu-se uma candidatura para eles e vão ser eles a fazer a obra. Pois lembrava também aqui outras questões: estão a esquecer-se, por exemplo, e o apoio social que tem por base o IAS que é de 443,20 € vai passar para 480,00 €, estão-se a esquecer por exemplo, que nós alteramos o Crescer Mais, não a base do IAS, mas a base do salário mínimo nacional que quase duplicou esses valores. Portanto é preciso olhar para isso e perceber essas coisas. Aliás, este tipo de situações para as quais acresce ainda os aumentos obrigatórios aos funcionários que vai para 300 mil euros, e que depois se diz que há aqui gastos a mais. Bom se extrapolarmos isso tudo, vamos lá ver o que é que as contas dão, é capaz de não ser nada disso que para aqui se falou. -----

Eu queria chamar a atenção para um problema, problema que estamos a tentar ultrapassar como é óbvio, e não quero divagar muito sobre isto, mas se calhar estar a pôr responsabilidades para cima de outros, para tentar resolver problemas com muitos anos. Eu lembrava que o PDM aprovado em 2015 tinha lá um anexo que sita as UOPG'S para zonas industriais e para zonas residenciais. Se nessa altura, e em sete anos nada foi feito, tivessem desenvolvido os projetos para ampliação da área industrial da Batalha, ou para se iniciar a zona de São Mamede, se calhar hoje era mais fácil para quem vem a seguir. Agora, quer dizer, em sete anos nada se fez, e agora ao fim de um ano carrega-se no botão e tem que se exigir já e fazer. Só que há aqui diferenças: os preços, se calhar nessa altura eram dez vezes menos do que é hoje, e hoje é complicado gerir isto porque temos preços de 40,00 euros o m2, o que inviabiliza qualquer zona industrial, porque 40,00 euros o m2, mais 20,00 ou 25,00 euros que seja das infraestruturas, ninguém vem para aí a pagar 65,00 ou 60,00 euros. Estas são as realidades com que nós nos confrontamos, portanto temos que ver como é que vamos dar a volta a isto. Temos avaliações por um determinado acordo para ver se há acordo e, se não houver, a alternativa é avançar com a expropriação, que é sempre um processo incómodo. Atenção, quando se vem dizer que a zona industrial tem que avançar, bom poderiam ter avançado há sete anos, que foi aquilo que começámos a avançar agora. Só que depois na prática, para dar este exemplo, é preciso resolver o problema das águas pluviais na ampliação da zona industrial da Jardoeira. Passa pela cabeça de alguém que é preciso 1,2 milhões de euros para resolver o problema? A nós não nos passava, e também não sei se haverá dinheiro para isso, mas aquilo tem que ser resolvido. São estas pequenas coisas do dia-a-dia, que nós sentimos e estamos a ser confrontados, e que se calhar passa despercebido à maior parte, até dos senhores deputados. -----

Voltamos à mesma, lá está. Quando fala aqui da margem de endividamento e que não se aproveitou os juros negativos, quando havia juros negativos era outro executivo, poderiam ter aproveitado, não o fizeram. -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 68 de 75

O valor que está aí de jantares temáticos é obvio que não é para oferecer jantares a ninguém, aquilo é valor que pode ser dos custos, mas que depois tem que ser com contrapartidas do pagamento dos jantares. É assim que funciona nos outros lados. É lançado a temática do jantar e depois funciona com entradas pagas. Envolve também, eventualmente, algum apoio comunitário, só para esclarecermos.-----

Só dar aqui uma nota. Chacota? Eu diria inveja, eu diria inveja. A arena da Batalha causou engulhos a muita gente, porque agora estão a aparecer as Federações a querm trazer para cá eventos, a querm trazer para cá seleções a estagiar na Batalha, e isso é metermo-nos com a economia local, é importante. Houve aí dias de jogos, no tour nacional, por exemplo, dois fins de semana, em que houve equipas que já não tiveram alojamento na Batalha, estava tudo esgotado. Temos que olhar para essas coisas. Quando se faz não é para agradar a A, ou B, ou C, é para tentar influenciar e mexer com a economia local".-----

Referiu ainda: "Não fui eu que fui até às Federações, as Federações é que vieram até nós e perguntaram se havia a possibilidade de se realizar o evento. E fizemos, e terminámos com jogos internacionais. Aliás, já tinha havido antes no andebol, e depois no futebol com as duas transmissões televisivas. Isto é tudo promoção do concelho, no bom sentido. A seleção de Emiratos que esteve cá a estagiar, querm cá voltar no próximo ano. Não vimos porque houve aí gente que não aceita que isto possa ser feito, não tem interesse nenhum. Vamos ver se é possível e tentar arranjar mais apoios. -----

Continou, dizendo: "Não estamos sequer a avançar com algumas ideias, e para as quais temos já aí esboços, como é o caso do grande prémio internacional de arquitetura a ser realizado de dois em dois anos. E, portanto, para seis anos, que traz gente de todo o mundo, custa 600 mil euros e se o Ministério não comparticipar o evento e não houver financiamento comunitário, não o vamos fazer, porque é um risco grande. Eu sei que pode correr bem, mas também pode haver um azar qualquer, e poderíamos ter grandes nomes na Batalha a discutir isto. Se alguém souber como nasceu o festival literário de Óbidos e quanto é que teve de apoio, começou numa loucura dessas, onde se gastaram 700 ou 800 mil euros, e conseguiram a tempo e horas cativar esses financiamentos, porque era a novidade. Agora, se não houver apoios de quem também lucra com isto, é difícil irmos lá sozinhos. Está é que é a realidade, e temos que nos confrontar com isso. Podíamos ficar todos quietinhos e deixar correr os dias, era uma maravilha. Portanto, como é que querm fazer? Estamos cá para tentar dinamizar, com ideias até de outros, para ver se é viável, e damos a cara pelas coisas, e é assim, que isto tem que funcionar. Para estar sentadinho sem fazer nada, é melhor a gente ir embora e fechar a porta.-----

Portanto, aquilo que eu vos dizia em relação a isto, o orçamento: se vocês fizerem as contas entre aquilo que são as receitas estimadas, mais os fundos comunitários, mais as transferências da Administração Central, se extrapolarmos os fundos comunitários, as receitas são só para os custos e não se faz nada, esta é que é a realidade. Tem que haver aqui o benefício da dúvida. Eu não estou aqui a dizer que no próximo já vamos acertar em tudo, isso nunca aconteceu em lado nenhum, e portanto também não vai ser aqui. Quem disser o contrário é porque está a mentir. Por isso, aquilo



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 69 de 75

que nós esperamos é o benefício da dúvida de todos vós, para desenvolvermos o programa com base no orçamento que conseguimos fazer. Pegamos nos custos fixos do ano de 2023, os custos variáveis, o que é que sobra? Um milhão. Então dá para fazer o quê? Agora quem está na Câmara tem que arriscar também. Não vem cá só para gerir o dia a dia, quer fazer obra, quer chegar junto das pessoas, como todos vós querem.”-----

Discussão e deliberação sobre o Orçamento 2023 e Grandes Opções do Plano 2023-2027, nos termos das disposições legais conjugadas no n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na sua atual redação), e do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).-----

Após apresentação do documento em apreço, e atento aos fundamentos enunciados na Deliberação n.º 2022/0506/G.A.V., tomada na reunião do Executivo Municipal de 21 de novembro de 2022, foi o ponto posto a discussão. -----

(...)

Findo o período de esclarecimentos, foi o mesmo posto a votação da Assembleia Municipal, tendo sido **deliberado, por maioria, com 14 (catorze) votos a favor, 2 (dois) votos contra e 8 (oito) abstenções, aprovar o Orçamento 2023 e Grandes Opções do Plano 2023-2027, nos termos das disposições legais conjugadas no n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (na sua atual redação); alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na sua atual redação), e do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), onde se inclui a aprovação de:** -----

i. ---**Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro emissão de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes:**-----

a)---**Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;**-----

b)---**Resultem do previsto no orçamento e nas Grandes Opções do Plano;**-----

c)---**Os seus encargos não excedam o limite de 100.000,00 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de 3 anos.**-----

ii. ---**Mapa de Pessoal para 2023, para os efeitos previstos na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;**-----

iii. --- **Autorização para a inscrição de rubricas de receita cuja necessidade de cobrança ocorra durante a execução, desde que exista rubrica no classificador orçamental para a mesma e não se pretenda aumentar o valor global do orçamento, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

Votaram contra os senhores deputados municipais Francisco Coutinho do CDS/PP e o senhor deputado municipal Eduardo Veiga do Chega. O senhor deputado municipal Francisco Coutinho do



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 70 de 75

CDS/PP apresentou uma declaração de voto que fica anexa à presente ata e que aqui se dá por integralmente reproduzida.-----

Abstiveram-se os senhores deputados municipais Alfredo Matos, Hugo Vicente, Nuno Santos, Vítor Correia, Fernando Marques, Elodie Zeferino e Marco Vieira do PPD/PSD, bem como o senhor deputado municipal Ricardo Vala da Iniciativa Liberal.-----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.-----

----- ** -----

-----**Ponto 7**-----

Apreciar e deliberar sobre a retificação da área de cedência para domínio público, localizada no Canto do Areeiro, sito em Jardoeira, freguesia da Batalha, ao abrigo do disposto na alínea q) do artigo 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro – retificação da deliberação tomada na Assembleia Municipal de 25/02/2022;-----

Processo n.º 06/2021/53 – Requerimento n.º 5483/2022-----

A pedido do senhor **Presidente da Assembleia**, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para explicar que estamos perante uma parcela de terreno cedida para o domínio público, na qual se insere a via de acesso de ligação da 356, à empresa em questão, sendo necessário registá-lo para haver da parte da EDP justificação para desenvolver o reforço da eletricidade para esta entidade. Mais referiu que esta cedência tem parecer das Infraestruturas de Portugal.-----

Após prévio esclarecimento prestado pelo senhor presidente da Câmara, relativamente à necessidade de se proceder à retificação da área de cedência para o domínio público municipal de 718,95 m2 para 664m2, **localizada no Canto do Areeiro, sito em Jardoeira** atento aos fundamentos constantes na Deliberação de Câmara n.º 2022/0504/D.O.T. tomada em reunião do Executivo Municipal de 21 de novembro de 2022, foi o ponto posto a votação da Assembleia Municipal.-----

A Assembleia Municipal **deliberou, por unanimidade, aprovar a retificação da área de cedência para o domínio público municipal a que se refere o “Canto do Areeiro”, sito em Jardoeira, freguesia da Batalha, aprovada em Assembleia Municipal de 25/02/2022 – (ponto 11), de 718,95 m2 para 664m2, em conformidade com o processo de licenciamento 01/2021/24 e para o qual foi emitido o alvará de obras 63/2022 nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 71 de 75

Ponto 8

Apreçar e deliberar sobre a atualização do valor da quota anual do Município da Batalha enquanto associado da ENERDURA, nos termos das disposições legais conjugadas na alínea n) do nº 1 do artigo 25º e alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, alínea b) do nº 1 do artigo 54º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro e artigos 51º e seguintes da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto MGD n.º 10286, de 08/11/2022

A pedido do senhor **Presidente da Assembleia**, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para explicar que estamos perante a comunicação, por parte da Associação, em aumentar para o dobro o valor da quota anual suportada pelos Municípios.

Usou da palavra o senhor deputado, **Ricardo Vala**, para informar que a Iniciativa Liberal irá votar contra este ponto, expressando que *"neste sentido é necessário deixar bem claro a nossa posição: --- A Iniciativa Liberal não vota contra por estar em causa um aumento de quotas ou por qualquer questão financeira - até porque os valores são irrelevantes. ---"*

Votamos frontalmente e determinadamente contra, porque a Enerdura é uma Entidade Pública falhada, desnecessária e redundante. Sejam os claros: qual é a função desta entidade? ----- Segundo o relatório de contas que passo a citar, «a Enerdura tinha como objetivos «desenvolver diversas atividades para os municípios, nomeadamente "Iluminação Pública", "Monitorização de Consumos de Energia e Emissões em Edifícios Municipais", "Diagnósticos às Frotas de Veículos Municipais", "Pacto de Autarcas em matéria de Clima e Energia – Europa" e "Monitorização da Sustentabilidade Energética e Climática"»;

E com isto devemos perguntar-nos: faz sentido a existência desta entidade? As competências da CIM da Região de Leiria não conseguem acolher estas atividades? Poderia justificar-se a sua existência como plataforma de colaboração entre os Municípios, e outras entidades do setor energético e da educação, mas voltamos a perguntar: não é também para isso que servem as CIMs?-----

Afinal precisamos mesmo da Enerdura?! A resposta é simples: Não! -----

Não é apresentado qualquer relatório desses serviços supostamente efetuados. -----

Quando se fala em cortar as despesas do Estado, admitimos que nem sempre é fácil tomar decisões, ou entender efetivamente o que são excessos ou não. Mas a Enerdura é claramente, uma daquelas entidades mesquinhas criadas nos anos de 2000 que atualmente não fazem sentido e servem apenas de palco para um ou 2 antigos autarcas. -----

Sejam os claros: a Iniciativa Liberal é contra, e será frontalmente contra todas estas situações ridículas de despesas estatais sobretudo num momento difícil como espera vir a ser em 2023 e deixamos o repto ao senhor Presidente Raul Castro que acolha a nossa visão e desvincule o Município da Batalha desta entidade parasitária." -----

Retomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** dizendo que não poderá acrescentar muito mais relativamente a este ponto, mas esta entidade tem realizado alguns trabalhos para os Municípios, se

calhar, não estará potenciada ao máximo, como devia de estar, mas também não poderá ter mais recursos, uma vez que não tem dinheiro para os suportar. Mais disse ter conhecimento que algum trabalho tem vindo a ser aproveitado, e por esta via será mais barato para os Municípios, não havendo, pois, capacidade de resposta para todos os Municípios.-----

Discussão e deliberação sobre a atualização do valor da quota anual do associado Município da Batalha na ENERDURA, para o ano de 2022 e seguintes, no montante de 1.995,20 € (mil novecentos e noventa e cinco euros e vinte centimos), atento ao exposta na Deliberação de Câmara n.º 2022/0531/G.A.V. tomada em reunião do Executivo Municipal de 02 de dezembro de 2022, foi o ponto posto a votação da Assembleia Municipal.-----

Após prévios esclarecimentos prestados relativamente a este assunto, foi o ponto posto a discussão.- Findo o período de discussão, foi o ponto posto à votação da Assembleia Municipal, tendo sido deliberado, **por maioria, com 22 (vinte e dois) votos a favor, 1 (um) voto contra e 1(uma)abstenção aprovar a atualização da quota anual do Município da Batalha enquanto associado da ENERDURA, para o ano 2022 e seguintes no montante de 1.995,20 € (mil novecentos e noventa e cinco euros e vinte centimos), nos termos das disposições legais conjugadas na alínea n) do n.º 1 do artigo 25º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e artigos 51º e seguintes da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.**-----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.-----

Votou contra o senhor deputado municipal Ricardo Vala da Iniciativa liberal, tendo apresentado a declaração de voto que fica anexa à presente ata e que aqui se dá por integralmente reproduzida. ----

Absteve-se o senhor deputado municipal Francisco Coutinho do CDS/PP.-----

-----Ponto 9-----

Apreciar e deliberar sobre a proposta de alteração ao Regulamento Interno do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha (publicado na 2ª série do DR nº 81 de 24-04-2012 na redação dada pelo aviso nº 11266/2012 publicado na 2ª série do DR nº 163 de 23 de agosto de 2012), nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alíneas k) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação-----

MGD n.º 796, de 28/11/2022-----

A pedido do senhor Presidente da Assembleia, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara informando os presentes que foram realizadas pequenas alterações ao regulamento em apreço, sendo a que a mais substancial se prendeu com a redução do horário na época de inverno para



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 73 de 75

encerrar às 17h00, uma vez que dado a ausência de movimento não se justificava estar aberto até às 18h00 no inverno.-----

Interveio o senhor deputado **Alfredo Matos**, para questionar a que se deve a verba prevista no orçamento afeto ao Museu no montante de 25 mil euros referente a uma exposição de pedra para o ano de 2023 estando ainda previsto um valor de 5 mil euros para o ano seguinte.-----

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para referir que esta exposição está a ser desenvolvida como um evento internacional que irá permitir trazer pessoas importantes desta área à Batalha, podendo o orçamento afeto à mesma ser reduzido, no entanto, entendeu-se importante dar alguma expressividade a este evento.-----

Após esclarecimentos prestados pelo senhor presidente da Câmara acerca da necessidade de proceder à alteração Interno do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha (publicado na 2ª série do DR nº 81 de 24-04-2012 na redação dada pelo aviso nº 11266/2012 publicado na 2ª série do DR nº 163 de 23 de agosto de 2012), em vigor, tendo por base os fundamentos enunciados na deliberação n.º 2022/0532/G.A.V., aprovada em reunião de executivo municipal de 02 de dezembro de 2022, foi o ponto posto a discussão da Assembleia Municipal, nos termos do preceituado na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alíneas k) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.-----

(...)

Findo o período de discussão, foi o ponto posto a votação da Assembleia Municipal, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a alteração ao Regulamento Interno do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alíneas k) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, devendo o predito documento, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (na sua redação vigente), ser submetido a apreciação pública, pelo prazo de 30 dias, através de publicação efetuada no Boletim Municipal e no sítio institucional do Município.-----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.-----

**

Ponto 10-----

Tomar conhecimento do Seguro de Acidentes Pessoais para Autarcas-----

MGD n.º 737, de 03/11/2022-----

A pedido do senhor **Presidente da Assembleia**, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para informar que com este ponto pretende-se que os senhores deputados tomem conhecimento das



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 74 de 75

coberturas que a câmara irá assumir relativamente ao seguro de acidentes pessoais para ficarem cientes dos valores e das tipologias.-----

Interveio sobre este ponto, o senhor deputado **Alfredo Matos**, para solicitar um esclarecimento relativamente a uma informação constante nos documentos distribuídos e que se prende com o facto de se mencionar que para os membros da Assembleia Municipal se propõe uma apólice aberta, sujeita a flutuações do número de sessões. Disse ainda que apesar de não ser especialista na área dos seguros, entende que o que deverá estar seguro, se prende com o risco do momento do momento, independentemente do número de sessões em que tenha participado.-----

Devidamente autorizado, pelo senhor **Presidente da Câmara**, interveio o senhor **Vice-Presidente, Carlos Monteiro**, para esclarecer que essa alusão decorre de uma recomendação efetuada por parte das seguradoras, uma vez que, se a apólice for fechada, as seguradoras podem levar até ao limite do número de sessões ordinárias concretizadas. Assim, se elas flutuarem ao longo do ano, sabem que não nos podem limitar caso existam necessidades que daí ocorram.-----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** das condições do seguro de acidentes pessoais dos membros de órgãos autárquicos, constituído nos termos artigo 17º, da Lei nº 29/87, de 30 de junho, na sua redação atual (Estatuto dos Eleitos Locais), previamente aprovadas pelo Executivo Municipal através da deliberação nr.º 2022/0493/D.A.G., tomada em reunião de 14 de novembro de 2022, de acordo com o acompanhamento que lhe é conferido por força do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.-----

**

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para desejar a todos boas festas, um Santo Natal e que 2023 seja melhor que 2022, com todas as dificuldades que vão surgir, *"mas pelo menos a ver se conseguimos criar aqui um ambiente mais puro. Votos que são extensíveis às vossas famílias"*.-----

Antes de terminar esta sessão o senhor **Presidente da Assembleia** colocou à votação dos senhores deputados municipais a aprovação das deliberações em minuta, para que as mesmas possam ter execução imediato, tendo a Assembleia deliberado por **unanimidade** aprovar as mesmas. -----

De seguida, desejou, em nome da Mesa, feliz natal e boas festas, *"e que também este ano, permita retomar ao caminho da paz, que bem precisamos. E também que possamos dar o nosso contributo para o desenvolvimento do concelho."*-----

**

-----ENCERRAMENTO-----

Eram uma hora e cinquenta minutos, e por não haver mais nada a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da Mesa presentes e por mim, Vera Lúcia Almeida Rito, Técnica Superior, que a redigi e subscrevo.-----

Batalha 13-12-2022 -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

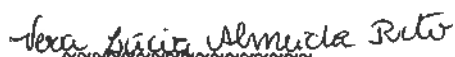
Página 75 de 75

OS MEMBROS DA MESA:


(Joaquim José Pereira Ruivo)
Presidente


(Elsa Maria Martins Libânio)
1º Secretário


(Germano Santos Pragosa)
2º Secretário
**


(Vera Lúcia Almeida Rito)
Técnica Superior



DECLARAÇÃO DE VOTO

Sobre a votação ao ponto 4 da sessão da Assembleia Municipal 13/12/2022 (terça-feira)

Tendo em consideração que:

1. O ponto 4 da sessão da Assembleia Municipal ordinária de 13 (treze) de dezembro de 2022 era referente à apreciação e deliberação sobre os Serviços de Abastecimento Público de água do Concelho da Batalha – Constituição da Empresa Municipal “Águas da Batalha, E.M., S.A”;
2. Tendo a Iniciativa Liberal apreciado os documentos relevantes referente ao ponto em discussão, este partido decidiu votar CONTRA, pelas razões que abaixo se apresentam:
 - a. Em consideração pela votação CONTRA deste partido ao ponto 3 da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 30/06/2022;
 - b. Em consideração pela votação CONTRA deste partido ao ponto 9 da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 31/03/2022;

O representante eleito pelo Partido Iniciativa Liberal, à Assembleia Municipal da Batalha, Ricardo Vala, presente na referida sessão da Assembleia Municipal da Batalha, votou contra na proposta da Constituição da Empresa Municipal “Águas da Batalha, E.M., S.A” a que se refere o ponto 4 da referida sessão em epigrafe.

A Iniciativa Liberal da Batalha
O deputado,
Ricardo Vala

Assinado por: **RICARDO ANTÓNIO MATIAS VALA**
Num. de Identificação: 09911693
Data: 2022.12.16 13:52:15+00'00'



DECLARAÇÃO DE VOTO

PONTO 4

REUNIÃO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

Ponto 4 – Apreciar e deliberar sobre os Serviços de abastecimento público de água do Concelho da Batalha – Constituição da Empresa Municipal “Águas da Batalha, E.M., S.A.” - Decisão final após parecer da ERSAR, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, em conjugação com o disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, para posterior fiscalização prévia do Tribunal de Contas e remessa da versão final à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Os deputados eleitos pelo PSD entendem que ao ser tomada a decisão da internalização do serviço das águas no Concelho, o mesmo deveria ser incorporado nos serviços camarários e não numa empresa municipal.

Em Assembleia Municipal de 30 de junho de 2022, evocamos várias dúvidas, como por exemplo, os pressupostos de taxa de juro negativa e inflação que vieram mais tarde a ser recomendações de correção ao modelo por parte da ERSAR.

Num cenário de tantas incertezas económicas que agravam cada vez mais os orçamentos das famílias e das empresas, os serviços municipalizados da águas, estando dentro da esfera de decisão da Câmara, poderiam ser um meio de apoio as entidades no Concelho em momentos de crise.

Assim mantendo a posição relativamente ao modelo de gestão das águas na Batalha, votamos contra a constituição da empresa municipal que fará a exploração das águas no Concelho.

O líder da bancada dos eleitos pelo PSD

Alfredo Monteiro de Matos

DECLARAÇÃO DE VOTO

SOBRE O PONTO 4 DA OT (ABASTECIMENTOS DE ÁGUA)

O processo em causa tem vindo a sofrer diversas vicissitudes, designadamente com os entendimentos que vinham do antecedente e sobretudo da gestão municipal do passado recente.

Ai e em tempo útil foram aditadas várias alternativas assim como diversos diálogos com todos os representantes dos partidos políticos existentes no Município, prefigurando-se então algumas alternativas. Considerando o que era dito nos pareceres da ERSAR e do Tribunal de contas, a nova gestão municipal “A Batalha é de todos.” determinou pela atual maioria que seria criada a empresa municipal “Águas da Batalha EM.SA” cujo os estatutos agora nos são presentes.

Por outro lado, e segundo notícias vindas a público, certamente oriundas do gabinete de publicidade e relações públicas do Município da Batalha, a distribuição de águas naquele concelho sofrerá já em janeiro um aumento de 6,11% vulgo 0,71%, pese embora, o executivo na pessoa do Excelentíssimo Presidente admitir a descida dos preços para uma tarifa mais baixa do que aquele que resulta por parte da atual concessionária, eventualmente a partir de junho de 2023.

Afirma-se conforme cita aquele órgão de comunicação social, que tal aumento visa o evitar multas e outros.

O CDS/PP sempre votou contra a constituição de empresas municipais e outras, que fiquem fora da alçada direta do Município, porque eleitos para o efeito.

Assim e considerando todos os desenvolvimentos e argumentos que têm vindo a ser propaladas sobre a distribuição de água no



Concelho da Batalha, vem o CDS/PP requerer nos termos a legislação em vigor, e no que concerne as competência e fiscalização da ação do órgão executivo por parte desta Assembleia, que o Excelentíssimo Presidente da mesa solicite ao executivo como segue:

1. Suspensão do ponto da ordem de trabalhos em causa para melhor e atenta apreciação de procedimentos que são propostos pelo executivo.

(O que certamente não será o entendimento da maioria.)

2. Caso assim não se entenda, por razões a que somos alheios e independentemente da decisão que se venha a tomar o CDS/PP, mantém o propósito no sentido de ser facultado a quem o entenda e que desde já se requer cópia de:

- Todos os documentos e demais elementos como trocas de correspondência e outros e procedimentos envolvendo o executivo e todas as partes externas ao mesmo, incluindo o que motivou o presente estudo de viabilidade económica e financeira, até a decisão por parte da ERSAR, assim como copia de todas as propostas de concursos ou convites que envolveram todo o procedimento até a presente data.

Em suma, cópia de todo o dossier desde a adjudicação a águas do lena até a presente data, melhor requer-se cópia de todo o processo existente desde o seu início até a decisão agora conclusiva.

Só assim e depois de ponderada reflexão o CDS/PP poderá em consciência votar a eventual proposta final.

Com os cumprimentos o partido CDS/PP



DECLARAÇÃO DE VOTO

SOBRE O PONTO 5 DA OT (ORGANIZAÇÃO INTERNA)

A caracterização do Concelho não teve implicações nos últimos anos que justificassem um significativo e substancial aumento de trabalhadores, designadamente com tantas divisões e chefias que a nosso ver o CDS/PP poderiam ser aglutinadas. Como tal e atendendo a situação socioeconómico que se vive no país e na Europa, e contrariamente ao que se propõe, procederíamos a uma redução de custos, designadamente com as valências existentes numa economia de valores controlada e não numa proliferação de encargos como parece ser a metodologia proposta pelo executivo.

Se a problemática é enquadrar no âmbito do PRR-PT 2020 e 2023 equipas multidisciplinares, porque não se socorrer de entidades pontuais e específicas casuisticamente para a natureza das matérias versadas.

Questionamo-nos, se o PRR e demais apoios então já definidos encerrarem, o que fazer a tantos quadros superiores após 2030 por parte do Município, justificar-se-ão?

Em suma, o nosso objetivo tem uma forma de governar diferente, não como uma visão curta, mas sim, com uma visão de futuro e não numa posição imediatista.

Por isso, votamos contra.

Com os cumprimentos o partido CDS/PP



DECLARAÇÃO DE VOTO

SOBRE O PONTO 6 DA OT (OPÇÕES DO PLANO)

No que concerne as grandes opções do plano 2023/27, sempre o CDS/PP esperava inovações.

Lamenta-se, por conseguinte, que se esteja no mesmo, ou melhor que o plano seja uma manta de retalhos.

Um ano decorrido e chegou a altura de não se culpar o passado pelas escolhas feitas.

São inúmeras as nomeações sem sentido de técnicos ou outros, sem qualquer ligação ao Concelho.

Chegou a altura de provar a cidadania que se recuperaram os dossiês atrasados, dando assim fundamento prático as substituições que o executivo está a fazer desde o início do mandato, onde se anunciou uma auditoria/sindicância sem que até hoje nada exista.

Estamos a cumprir com o que nos comprometemos com o eleitorado. A maioria está sempre a referenciar as empresas, esquecendo-se do cidadão comum.

Estranhámos de entre outros:

- Não ter lugar o reforço do fundo social de emergência para apoio as famílias, atendendo o valor da inflação e da exclusão social que se avizinha;
- Alojamento e intervenção junto de pessoas em situações e de exclusão social, violência doméstica e outras;
- Programa Municipal de apoio ao estudante é diminuto;



- Não se fala de construções de casas com renda acessível, até para jovens, creches ou centros intergeracionais;
- Não se vislumbram medidas que minimizem o impacto negativo de focos de poluição, designadamente por suiniculturas, central betuminosa, pedreiras, etc,;
- Na realização e financiamento de eventos, os elementos disponíveis são pouco detalhados, o que se impunha melhor informação;
- Constata-se que não são colhidas as inúmeras experiências existentes nos serviços municipais, oriundas do antecedente;
- Se existe veterinário municipal, pouco ou nada se diz sobre o bem-estar animal;
- Sobre o Plano Municipal de ação climática – do novo centro de saúde e do novo quartel de bombeiros – é tudo muito superficial e vago, pois não existe que seja do conhecimento do CDS/PP a localização do eventual novo Centro de Saúde.
- O que defendemos é a requalificação do quartel de bombeiros, para centro de saúde e demais valências.
- Quanto ao quartel de bombeiros, deve-se pensar na construção de um novo em zona acessível e desafogada;
- Que destino a dar as escolas primarias e outros do Concelho desativadas, como por exemplo vejam-se a Escola Primaria de Reguengo do Fetal, o Edifício do Centro de Saúde de Golpilheira e outros;
- Concluindo, habitação, mobilidade, igualdade, subsídio de arrendamento ou isenção municipal sobre transações onerosas de imóveis, de pouco ou nada se fala.



- O Município não pode ser uma máquina de desenvolvimento ou de investimentos. A batalha não pode cair no ridículo.

Só assim e depois de ponderada reflexão o CDS/PP poderá em consciência votar a eventual proposta final, pelo que desde já votaremos contra.

Com os cumprimentos o partido CDS/PP

DECLARAÇÃO DE VOTO

Sobre a votação ao ponto 8 da sessão da Assembleia Municipal 13/12/2022 (terça-feira)

Tendo em consideração que:

1. O ponto 8 da sessão da Assembleia Municipal ordinária de 13 (treze) de Dezembro de 2022 era referente à apreciação e deliberação sobre a atualização do valor da quota anual do Município da Batalha enquanto associado da ENERDURA, em consideração pelas mais disposições legais apresentadas;
2. Tendo a Iniciativa Liberal apreciado os documentos relevantes referente ao ponto em discussão, este partido decidiu votar CONTRA, pelas razões que abaixo se apresentam:
 - a. Analisada as funções, e planos de atividades da ENERDURA, apresenta-se resumidamente a sua utilidade em: *«desenvolver diversas atividades para os municípios, nomeadamente “Iluminação Pública”, “Monitorização de Consumos de Energia e Emissões em Edifícios Municipais”, “Diagnósticos às Frotas de Veículos Municipais”, “Pacto de Autarcas em matéria de Clima e Energia – Europa” e “Monitorização da Sustentabilidade Energética e Climática”»;*
 - b. Em consideração com o ponto anterior, a Iniciativa Liberal considera que as competências da CIMRL são suficientes e de forma alargada, mais competentes, para acolher estas funções. Note-se aliás que em Ata do Município da Batalha, com a referência: Ata N.º 29/2022 é referido o seguinte no seu ponto 4: *«Que o trabalho desenvolvido pela ENERDURA tem sido maioritariamente desenvolvido para os municípios, quer através de parcerias diretamente estabelecidas com estes, quer através de parcerias com a CIMRL – Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria;»*, ou seja, entende-se que a ENERDURA servirá apenas de plataforma de agregação dos seus associados, sem reais fins associativos ou programáticos, e que com a criação das CIMs perdeu o seu âmbito de atuação, devendo neste sentido ser, extinta.
 - c. À pergunta do Sr. Deputado Municipal da Iniciativa Liberal Ricardo Vala: *“Afinal, precisamos mesmo da Enerdura?!”* A resposta dada pelo Sr. Presidente Raúl Castro foi uma tónica: *“A Enerdura tem feito alguns trabalhos para os Municípios...se calhar não está potenciada como podia estar...mas não pode ter mais recursos porque não tem dinheiro para os suportar...portanto ela vai-se mantendo...algum trabalho tem sido aproveitado ...sabemos que internamente é mais barato..e há outras entidades que estão associadas...”*
 - d. Em resumo: Não funciona, não tem recursos humanos nem de capital, internamente sairia mais barata aos municípios e apesar de envolver outras entidades privadas, na realidade uma consulta às Atas das reuniões da Enerdura demonstram que a maior parte das vezes estas entidades não estão presentes. Em suma, a Enerdura não serve de nada nem a ninguém;
 - e. Assim,

O representante eleito pelo Partido Iniciativa Liberal, à Assembleia Municipal da Batalha, Ricardo Vala, presente na referida sessão da Assembleia Municipal da Batalha, votou contra na proposta da atualização do valor da quota anual do Município da Batalha enquanto associado à Enerdura na discussão do Ponto 8.

A Iniciativa Liberal da Batalha
O deputado,
Ricardo Vala

Assinado por: RICARDO ANTÓNIO MATIAS VALA
Num. de Identificação: 09911693
Data: 2022.12.16 13:52:55+00'00'

